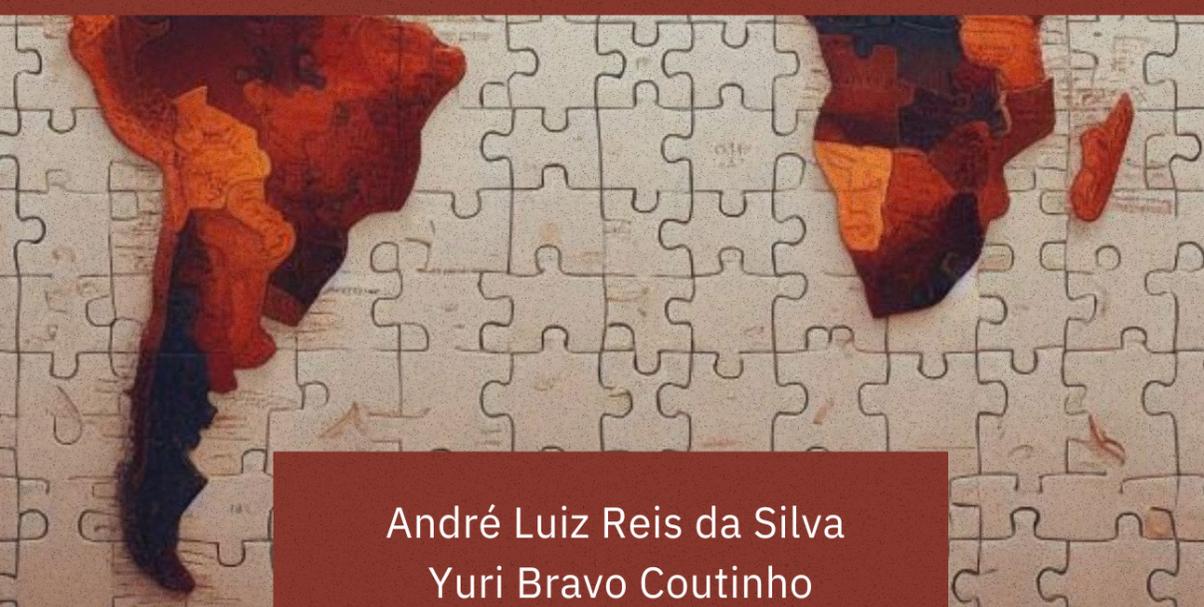




ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

O BRASIL E OS BRICS NO SUL GLOBAL



André Luiz Reis da Silva
Yuri Bravo Coutinho
Organizadores

ORGANIZADORES:

André Luiz Reis da Silva – Doutor em Ciência Política. Professor do Curso de Relações Internacionais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ2). Coordenador do Neprisul. Email: reisdasilva@hotmail.com.

Yuri Bravo Coutinho – Doutorando e Mestre em Estudos Estratégicos Internacional pela UFRGS. Bolsista de Pós-Graduação da CAPES. Membro pesquisador do Neprisul. Email: yuri.bravo1998@gmail.com.



Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais do Sul Global

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - Centro Histórico
Porto Alegre - RS, 90040-000
<https://www.ufrgs.br/neprisul/>

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Felipe Oliveira

SILVA, André Luiz Reis; COUTINHO, Yuri Bravo (orgs). **Análise de Política Externa: o Brasil e os BRICS no Sul Global**. Porto Alegre: FCE/Neprisul, 2024.

1ª Edição

ISBN 978-65-01-21839-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A532 Análise de política externa: o Brasil e os BRICS no Sul Global
[Recurso eletrônico] / André Luiz Reis da Silva, Yuri Bravo Coutinho. –
Porto Alegre: FCE/NEPRISUL, 2024.

E-book (PDF)

1. Estudos estratégicos. 2. Política Internacional. 3. Cooperação internacional. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais do Sul Global (NEPRISUL). II. Silva, André Luiz Reis da, organizador. III. Coutinho, Yuri Bravo, organizador. IV. Título.

CDU 327.5

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
---------------------	----------

André Luiz Reis da Silva e Yuri Bravo Coutinho

1. O PAPEL DO BRICS NA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA CHINESA	11
--	-----------

*Nátalia Lucena Lagoas, Lucas Barreto Leite Isdra,
Paola Giovanna Alves Maieski Rodrigues Gonçalves e Roberta Grehs Faller*

2. POLÍTICA EXTERNA COMPARADA DE BRASIL E CHINA: O IMPACTO DA POLÍTICA EXTERNA NAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS DOIS PAÍSES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	32
--	-----------

*Augusto Lorenzo Esposito, Isadora Vedana,
Gabriele Lima de Souza, Laura Feijo Dal Farra e Luiza de Souza*

3. BRASIL E CHINA NA AMÉRICA DO SUL: PERDA DA LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA FRENTE À ASCENSÃO CHINESA	54
--	-----------

*Gisele Gregorio, Júlia Lovato Flores,
Thais Elizabeth Muller e Yasmin Matos Siqueira*

4. PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-CHINA: A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE LULA A BOLSONARO (2003-2022)	75
--	-----------

*Anita Machado de Oliveira, Eduardo Hippler Wollmann,
Laura Griesang Sant'anna, Mariana Carbonera Trintinaglia e Martina Trujillo Renck*

5. BRASIL E CHINA NO SUL GLOBAL: DIFERENÇAS E CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES NA ÁFRICA E AMÉRICA LATINA	78
--	-----------

*Beatriz de Castro Ferreira, Isadora Azevedo Canto,
Juli Arusiewicz Berta, Monah Spier Barbieri, Piettra Belloli Roletto e Victor Lucena*

6. ARÁBIA SAUDITA, EMIRADOS ÁRABES E OS BRICS: AS RELAÇÕES COM BRASIL E CHINA **115**

Felipe Werner Samuel, Marcelo Alves Melnek e Vicente Carpi Nejar

7. A EXPANSÃO DOS BRICS PARA CHINA E BRASIL: UM DESCOMPASSO ENTRE NAÇÕES **139**

Felipe Fonseca, Felipe Oliveira e Natalye Cezar

8. A ENTRADA DA ETIÓPIA NO BRICS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES BILATERAIS COM BRASIL E CHINA NO SÉCULO XXI **162**

Carlos da Costa Viegas, João Pedro Gedoz, João Vittor Pereira Mullemaister, Maria Luísa Pigatto Trevisan e Pedro Henrique Atiense Alves

9. A ÍNDIA E A TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA E BRASILEIRA PARA O ESTADO INDIANO **175**

Aramis Dawas, Leonardo Lagemann Pereira da Silva, Luís Felipe Guth Johnson e Vitor Redivo Ferreira

APRESENTAÇÃO

André Luiz Reis da Silva

Yuri Bravo Coutinho

Este livro é resultado das pesquisas desenvolvidas na disciplina de Análise de Política Externa, oferecida para o curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2024. O planejamento da disciplina consistiu no objetivo de debater teorias, conceitos e métodos pertinentes ao campo científico da Análise de Política Externa, em uma perspectiva crítica e voltada à compreensão dos grandes temas que permeiam as Relações Internacionais. A condução destes debates durante o primeiro ciclo da disciplina teve como tema central e articulador a abordagem do Brasil diante dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do Sul Global.

A Análise de Política Externa constitui, de fato, um campo de estudos aberto a diversas abordagens teóricas e metodológicas. Tendo sempre como referência o papel do Estado, as análises inicialmente estiveram voltadas à compreensão dos processos de tomada de decisão da política externa. Com o avanço das pesquisas durante a segunda metade do século XX, a disciplina incorporou questões essenciais sobre as disputas entre os mais diversos atores e processos que incidem sobre a política externa, integrando as dinâmicas internas e externas ao Estado.

Consideramos que, para assimilar de forma ampla os processos de formulação e decisão da política externa, é necessário considerar as múltiplas esferas que os formulam junto ao Estado – poder executivo, corpo diplomático, forças armadas, setores econômicos, parlamento – e as frações da sociedade civil que procuram, através do Estado, manter, ampliar ou alcançar o poder

hegemônico. Ademais, a noção de disputa de classes também deve ser complementada pela visualização da luta interburocrática pelo poder que ocorre no seio do Estado. Em síntese, um discurso (e uma prática) hegemônico de política externa é o resultado de uma complexa luta dentro do Estado – considerando sua relativa autonomia – e fora do Estado, nas pressões que a sociedade civil exerce, através do bloco de poder hegemônico, para fazer valer seus interesses e demandas.

Por outro lado, a formulação da política externa na periferia internacional exige reflexões epistemológicas. Isso porque existem diferenças na formulação da política externa a partir da configuração hierárquica das relações internacionais, conforme os condicionantes histórico-estruturais da formação tanto do Estado periférico quanto dos grupos sociais que o compõem. Incidem sobre esse arranjo analítico a agência e interesses das elites nacionais, as capacidades domésticas (econômicas, tecnológicas, securitárias, sociais, entre outras) e o grau de autodeterminação do Estado em relação às estruturas hegemônicas de poder. Quando os atores responsáveis pela política externa têm em mente os limites e possibilidades atreladas à sua posição periférica, essas variáveis são conjugadas não apenas no processo de formulação da política externa, mas na percepção dos estímulos e da viabilidade das estratégias em resposta ao ambiente internacional.

Sob esse aspecto, a emergência de polos de poder fora do Atlântico Norte e a crescente aproximação entre eles reacendeu a discussão sobre o Sul Global nas últimas décadas. O Sul Global abrange países da Ásia, África e América Latina, e também é utilizado como elemento identitário de comunidades de emigrantes que vivem nos países desenvolvidos. Como uma metacategoria, é passível de crítica por generalizações e simplificações, além de não ser corretamente preciso do ponto de vista geográfico. Entretanto, o conceito de Sul Global articula um conjunto de países que tem algumas características em comum, como menor nível de desenvolvimento, compartilhando um passado colonial e que já haviam sido enquadrados anteriormente como Terceiro Mundo durante o processo de descolonização durante a Guerra Fria (1947-1991). Uma questão central é que o Sul Global também funciona como uma forma

de articulação de países em desenvolvimento, uma identidade compartilhada com efeitos políticos e diplomáticos relevantes. Além disso, há o fenômeno da emergência de potências oriundas do Sul Global, que servem como catalisadores de movimentos de contestação e construção de alternativas à ordem global.

Nesse sentido, países dos BRICS despontam como críticos das regras do jogo da ordem internacional. Os BRICS, apesar de todas as críticas sofridas, mantêm uma agenda de encontros anuais, criaram instituições alternativas como o Novo Banco de Desenvolvimento e estão conduzindo uma vigorosa expansão, incorporando outros países do Sul Global. A presença da China e da Rússia nos BRICS já traz uma dimensão geopolítica importante, e um reforço da defesa da multipolaridade. Nesse novo mundo que se descortina, com todas as suas contradições, hesitações e ambiguidades, muitas questões são levantadas sobre os potenciais de conflito e cooperação. Para o Brasil, o desafio é se colocar como um polo mediador da transição hegemônica, ao mesmo tempo em que procura se resguardar dos conflitos potenciais e reais da nova ordem. Significa, sobretudo, encontrar mecanismos para alcançar autonomia e desenvolvimento.

Para lidar com estas questões na disciplina, as estratégias de aprendizagem foram baseadas nas metodologias de ensino pela pesquisa e pela extensão. No ensino pela pesquisa, os alunos são estimulados a problematizar e construir conhecimento novo, crítico, utilizando as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis. Já o ensino pela extensão constitui um desafio novo, pois o conceito de extensão universitária tem múltiplos entendimentos e abarca um conjunto amplo de possibilidades e estratégias, envolvendo a produção de conhecimento voltado para a sociedade. Nesse caso, nosso objetivo é incentivar o conhecimento sobre temas candentes das relações internacionais e de grandes desafios da política externa brasileira contemporânea, não só alcançando professores e estudantes de Ensino Médio e Superior, mas também atribuindo a ele uma fonte de conhecimento crítico e científico para a sociedade no geral, tão importante em tempos de rápida mudança da cena internacional.

Os temas centrais tratados pelos capítulos desta obra exploram a importância dos BRICS na reforma da governança global, das instituições finan-

ceiras e para a ampliação da multipolaridade e, também, em como a crescente influência de Pequim sobre os demais poderes emergentes tem favorecido uma mudança gravitacional do poder global para o Leste geopolítico, sustentando, em certa medida, a ascensão chinesa nos últimos trinta anos. Ao mesmo tempo, a convergência do Sul Global com a China cada vez mais parece influenciar as dinâmicas regionais, deslocando países que buscam exercer um papel regional mais proeminente, como o Brasil na América do Sul. Todavia, outros fatores que conformam a perda de espaço para a liderança brasileira no seu entorno regional são colocados à prova para entender o cenário de crescente dependência política e econômica da China nas últimas décadas.

Para além do desafio imposto pelos chineses, a política externa brasileira tem enfrentado dificuldades na execução e retomada de uma diplomacia protagonista também no âmbito global. Um deles diz respeito às parcerias multilaterais, sobretudo no âmbito da Cooperação Sul-Sul, realçando a importância desses espaços para o alcance da diplomacia brasileira. Nessa instância, a mais proeminente e recente dinâmica é o processo de expansão dos BRICS (ou BRICS outreach) para o Golfo Pérsico e o norte e leste da África, integrando a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, Irã, Egito e Etiópia à membresia do bloco. Com a vertiginosa ascensão chinesa e a institucionalização dos BRICS na última década, os debates sobre o grupo agora ganham contornos que tangenciam ambos aspectos, sob a perspectiva de que as regiões contempladas no BRICS+ invariavelmente são descritas com bons olhos pela estratégia de aprofundamento da presença global da China, fortalecendo laços bilaterais e desarticulando a influência ocidental através da integração geopolítica do Sul Global. Estas são algumas questões trabalhadas neste livro.

O primeiro capítulo destaca a centralidade da China no BRICS e suas implicações para os objetivos do Brasil dentro do grupo. O segundo capítulo compara os objetivos de Brasília e Pequim na política internacional, envolvendo o teor da interdependência comercial na parceria sino-brasileira. O terceiro capítulo analisa os fatores de deslocamento da liderança brasileira na região frente à aproximação chinesa dos sócios sul-americanos. O quarto capítulo incide sobre as oscilações da política externa brasileira no decorrer do fortale-

cimento da parceria estratégica sino-brasileira desde o primeiro governo Lula (2003-2010) até o governo Bolsonaro (2019-2022). Expandindo os horizontes da PEB, o quinto capítulo investiga as semelhanças e diferenças da abordagem brasileira e chinesa para os sócios latino-americanos e africanos. Em outro contexto, o sexto capítulo examina as motivações e implicações da entrada da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos no BRICS. Por sua vez, o sétimo capítulo trata de como a diplomacia brasileira enxerga a adesão dos cinco novos membros e como isso impacta nas relações do Brasil com o bloco. Similarmente, o oitavo capítulo explora como a inclusão da Etiópia nos BRICS permite alavancar o desenvolvimento do país africano e favorece o fortalecimento da influência e dos investimentos do Brasil e da China no Chifre da África. Por último, o nono capítulo aborda a visão da política externa indiana com relação aos efeitos do processo de expansão dos BRICS na dinâmica de poder global.

Este projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais do Sul Global (Neprisul), coordenado pelos professores André Luiz Reis da Silva e Guilherme Ziebell de Oliveira, no âmbito da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, com participação de diversos pesquisadores e estudantes, e que tem como objetivo trabalhar com os grandes temas do Sul Global e seu impacto para as Relações Internacionais. Um agradecimento especial para Felipe Oliveira pela editoração e para todos os demais alunos que se engajaram no projeto.

O PAPEL DO BRICS NA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Natália Lucena Lagoas¹

Lucas Barreto Leite Isdra²

Paola Giovanna Alves Maieski Rodrigues Gonçalves³

Roberta Grehs Faller⁴

INTRODUÇÃO

Em 2001, em artigo para os assinantes da Goldman Sachs Assets Management, seu então presidente Jim O’Neill cunhou o acrônimo “BRICs” para descrever as chamadas economias emergentes do Brasil, Rússia, Índia e China e recomendá-las aos investidores, descrevendo-as como o futuro da economia mundial. O termo se popularizou e os BRICs tornaram-se um grupo de fato em 2006, iniciando a primeira Cúpula em 2009 (Wallerstein, 2013).

No contexto da crise financeira global de 2008, uma coesão mais clara entre os BRICs emergiu e se fortaleceu. A posição das grandes economias emergentes no desencadear da crise — relativamente melhor do que a de seus pares desenvolvidos, afetados desproporcionalmente pela crise — fomentou a colaboração entre os BRICs (Peruffo, 2020). Mais tarde, a África do Sul foi

1 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: n.lucenalagoas@gmail.com.

2 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: lucasbarretoisdra@gmail.com.

3 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: paolamaieski@gmail.com.

4 Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: roberta.faller@hotmail.com.

adicionada como membro, alterando o “s” minúsculo para um “S” maiúsculo (Wallerstein, 2013).

As relações dentro do BRICS são marcadas por uma profunda assimetria entre a China e os outros membros do bloco. O país se distingue dos demais não somente por suas performances econômicas, mas também por suas despesas militares, sua tecnologia industrial, sua importância no comércio internacional e, ainda, na população mundial. Apesar de seu poder assimétrico, a China aparenta ter escolhido ficar em pé de igualdade com os demais membros do BRICS (Prates; Peruffo, 2024).

Assim, o presente trabalho deseja explicitar a relação da China com os demais países emergentes, e em especial o Brasil, a partir da ótica dos BRICS. Iremos demonstrar que o grupo serve como instrumento para as propostas de política externa chinesa em ascensão. Para tanto, trabalha-se com a ideia de os países emergentes possuem interesses comuns para os rumos do sistema, moldando-o voltado para a multipolaridade. A partir disso, propõem-se uma retomada das relações político-econômicas do século presente, de modo a criar um panorama geral das relações entre essas nações. A pesquisa foi elaborada a partir de documentos oficiais, bibliografia especializada e notícias, de modo a compreender a evolução do protagonismo chinês e a intensificação das relações com o Brasil a partir da reascensão da potência asiática.

A REASCENSÃO CHINESA

A China é um país de tradição milenar e contínua, onde muitos valores do passado ainda são relevantes para a análise do presente (Lyrio, 2010). Dessa forma, para analisar a China dos tempos atuais, e o processo de elevado crescimento econômico e ascensão que o país realiza desde a Revolução Chinesa de 1949 e as reformas de Deng Xiaoping de 1978, é necessário também examinar, mesmo que brevemente, o passado do país. Como bem demonstrado por Lyrio (2010), há uma grande convergência de diversos autores de que, ao longo dos três últimos milênios, poucos foram os períodos em que a civilização chinesa não esteve entre as nações mais avançadas do seu tempo.

Até o século XV, a China deteve a maior renda per capita do mundo e esteve na vanguarda das inovações tecnológicas do período (Lyrio, 2010). Apesar da Europa ter superado a renda per capita chinesa nesse período, a China foi capaz de manter o maior produto nacional até o século XVIII, quando, em função da Revolução Industrial (1760-1842), teve um declínio abrupto (Lyrio, 2010). A partir desse momento o progresso das civilizações europeias e de seus exércitos fez com que a posição da China como uma grande potência fosse prejudicada. Já em 1839, com a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), e durante todo o próximo século, a Ásia oriental despencou. A China, particularmente, tornou-se nessa época um dos países mais pobres do mundo, e foi rebaixada à uma posição de submissão em relação ao imperialismo dos países da Europa (Arrighi, 2008; Lyrio, 2010).

Menos de um século depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é indiscutível a presença da China entre as maiores potências do mundo novamente, crescendo em apenas algumas décadas o que os países da Europa fizeram ao longo de mais de dois séculos (Xuetong, 2006). Após o início da década de 1950, o país experienciou um crescimento exponencial do Produto Interno Bruto (PIB), e mesmo nos períodos de maior crise e instabilidade ainda crescia em taxas duas vezes maiores do que a de outros países (Lyrio, 2010).

Das razões para o gigantesco crescimento econômico que a China experienciou desde 1949, menciona-se o nível de escolaridade razoável da população do país e a já existência de uma infraestrutura de transportes e comunicação razoável. Além desses elementos, a presença abundante de fatores de produção subutilizados também foi relevante, conforme explicitado no seguinte trecho:

O crescimento econômico chinês tem-se baseado fundamentalmente na utilização extensiva de fatores subutilizados, mais do que em ganhos de produtividade de fatores já devidamente incorporados à economia formal. Exemplo maior da incorporação crescente de fatores produtivos à economia formal chinesa é o maciço movimento, do campo para as cidades, de trabalhadores que deixam a agricultura de subsistência para trabalhar na indústria e no setor de serviços dos pequenos e grandes centros. A combinação entre, de um lado, custos reduzidos em termos de emprego de capital para a utilização da vasta mão-de-obra disponível e, de outro, a existência de altas taxas de poupança interna e de investimentos decorrente do ainda

baixo nível de consumo da população tem sido apontada como razão principal do acelerado crescimento chinês (Lyrio, 2010, p. 37).

Com esses elementos, e uma relativa estabilidade política propiciada pela ascensão do PCC, a China cresceu em média 6% ao ano durante o período de 1948 até 1978, um período marcado por grande instabilidade internacional. Enquanto isso, no período de 1978 até 2008, cresceu em média 9.5% ao ano, um crescimento três vezes maior do que o dos Estados Unidos (Lyrio, 2010). Durante esse período, o número de chineses vivendo com menos de US\$1,00 por dia caiu de 490 milhões para 88 milhões. O PIB per capita aumentou quase dez vezes entre 1978 e 2004, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) subiu de 0,53 em 1975 para 0,78 em 2006 (Nonnenberg, 2010). A urbanização também cresceu de forma impressionante, com a população urbana passando de 18% em 1978 para quase 44% em 2006. A economia chinesa, que em 1975 era a nona maior do mundo e representava 13% do PIB dos Estados Unidos, tornou-se a segunda maior em 2001, alcançando 46% do PIB americano em 2006 (Nonnenberg, 2010).

O século XXI marca uma época de mudança, decorrente do maior impacto das potências emergentes na política e economia internacional. Com o desenvolvimento econômico e social da China, o país também deixou de ter uma política externa mais tímida e responsiva e passou a exercer um papel maior na política mundial, tornando-se um ator de grande peso (Niu, 2013). Até o momento, o regime internacional de cooperação ao desenvolvimento tem visto um aumento nas iniciativas entre países do sul global, com a China liderando o movimento (Vadell et al., 2020). Este país mantém uma posição pragmática, e não exige que países em necessidade de auxílio adotem reformas para serem elegíveis a recebê-lo; entretanto, a sua iniciativa não é isenta de críticas, muitas vezes problematizando os auxílios por estarem mais relacionados aos interesses dos doadores e também por não adaptar os auxílios adequadamente às realidades locais dos países receptores (Sharma, 2016 apud Vadell et al., 2020).

Caso o crescimento da economia e do poder militar da China continue como nas últimas cinco décadas, é muito provável que a China ultrapasse os

Estados Unidos como o maior poder do sistema internacional antes do fim deste século (Lemke; Tammen, 2003). Os Estados Unidos, no atual cenário de declínio de sua influência e de aumento exponencial do poder e da influência dos novos poderes emergentes, veem o cenário da Armadilha de Tucídides⁵ se repetir (Layne, 2009, p. 147–72 apud Glosny, 2009). A ascensão chinesa e seus desdobramentos representam um desafio à manutenção da ordem internacional dominada pelos Estados Unidos, levantando a preocupação de que uma China em ascensão, por si só ou em cooperação com outros, tente e consiga derrubar a ordem internacional (Glosny, 2009, p. 102).

Os especialistas em política externa estão altamente cientes dos argumentos elaborados por teóricos tradicionais de relações internacionais da escola realista, que indicam que um poder emergente estará fadado a desafiar o hegêmona existente ou o atual sistema e ordem internacionais, levando a grandes guerras ou guerras sistêmicas, e buscam tranquilizar os outros países e evitar a posição de desafiador da ordem vigente (Roy, 1997 apud Cheng, 2015, p. 360; Mearsheimer, 2014; Niu, 2013). Porém, a posição que os líderes chineses assumem desde a época de Mao Zedong é declarar que a China não tem a propensão de se tornar uma potência hegemônica, buscando muito mais reformar o atual sistema internacional de uma forma que também se beneficie (Cheng, 2015; Lukin; Xuesong, 2019).

A China valoriza o papel que o multilateralismo exerce para a sua ascensão pacífica, e mantém uma posição firme buscando negociações para reformar o sistema internacional enquanto mantém e constrói sua imagem internacional responsável, construtiva e previsível para afastar os desafios de lidar com o dilema da transição de poder (Niu, 2013). Para o país, o atual Sistema Internacional (SI) provou-se não adequado para manter a ordem, uma vez que não atende ao interesse das potências emergentes e falha em promover o desenvolvimento de países menos desenvolvidos, e por este motivo é necessário que seja reformado (Cheng, 2015).

5 Armadilha de Tucídides é um termo cunhado pelo Professor Graham Allison, baseado na observação do historiador grego Tucídides de que a Guerra do Peloponeso foi inevitável devido ao medo que a ascensão de Atenas instigou em Esparta. De forma análoga, este conceito ecoa no contexto da rivalidade sino-americana, com uma potência em rápida ascensão, a China, desafiando o status quo de uma potência estabelecida e dominante, os Estados Unidos.

A criação do grupo BRICS em 2009 foi um reconhecimento de que, apesar de existirem muitas economias emergentes, poucas tinham a capacidade de se afirmar como potências emergentes capazes de moldar o comportamento de outros países e contribuir para a oferta de bens públicos globais. Os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul – foram reconhecidos como as principais potências emergentes, com a China liderando o movimento como a maior economia do grupo. A partir disso, estes países começaram a se organizar formalmente em resposta à necessidade de se coordenarem para exercer maior influência sobre as decisões globais, especialmente em um momento de mudança na ordem internacional (Niu, 2013, p. 205).

Um dos principais benefícios é a ampliação da voz das potências emergentes no sistema internacional. Através do BRICS, a China, juntamente com outros países emergentes, busca aumentar a influência em negociações sobre questões cruciais. Essa cooperação permite à China fortalecer sua posição internacional ao lado de nações que compartilham interesses semelhantes, promovendo uma maior capacidade de negociação com as potências estabelecidas enquanto reduz a pressão unicamente sobre a China (Niu, 2013).

Apesar de seus benefícios, a percepção internacional do BRICS é de alta relevância para a China, e uma percepção negativa do grupo também reflete em uma visão mais negativa de sua imagem. Para que o grupo seja visto como uma força progressiva, construtiva e pacífica, é necessário que os membros assumam um papel mais ativo na oferta de bens públicos globais e na liderança em questões como desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e paz (Niu, 2013). Esse papel provou-se um desafio, como é possível ver apenas com o exemplo da recente guerra da Rússia com a Ucrânia.

CHINA E OS BRICS NO SISTEMA MONETÁRIO FINANCEIRO INTERNACIONAL

Com a atuação do BRICS como uma força político-diplomática, os países emergentes passaram a utilizar a força do bloco para negociar e pressionar por reformas na ordem internacional. Assim, os membros iniciaram um processo de defesa da multipolaridade, em especial ao que tange às Institui-

ções Internacionais, propondo mudanças dentro da esfera tradicional. Porém, a insatisfação dos BRICS com tais instituições multilaterais, que tardam em demasiado a se adaptar à ordem multipolar em ascensão, fazem com que o grupo passe a trabalhar em suas próprias instituições (Batista Jr., 2019). Esse processo, logo, estaria inserido dentro de uma alteração no Sistema Monetário Financeiro Internacional, e suas especificações serão trabalhadas a seguir.

ATUAÇÃO EM INSTITUIÇÕES TRADICIONAIS

As Instituições Tradicionais referem-se ao regime econômico-financeiro de Bretton Woods, sendo as principais expoentes o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A partir desses mecanismos, observa-se a perpetuação de uma ótica de governança baseada no poder já distribuído a favor das grandes potências, o polo já desenvolvido. Entretanto, com a criação do BRICS e seu consequente desenvolvimento, ocorrem movimentos de contestação e inserção dos países em desenvolvimento dentro desse modelo consolidado.

Compreende-se as Instituições Tradicionais a partir de uma lógica da liberalização e da integração financeira, inseridas em um cenário de globalização e desigualdade econômica. Os anos recentes da história demonstraram que as economias emergentes possuíam condições de aumentar suas rendas médias em relação ao que é observado nos países desenvolvidos, mas as desigualdades referentes à tecnologia — e à perpetuação da desigualdade a seu acesso — continuaram a lógica liberalizante na qual operam as instituições. Em teoria, a globalização das finanças gera maior eficiência na alocação internacional do capital, seu aprofundamento e compartilhamento dos riscos, resultando em um maior nível de produção e menor volatilidade de consumo (Wolf, 2014). Entretanto, essa lógica, implementada pelas nações ricas como modelo de atuação ideal, trazia a perpetuação das desigualdades, tanto no âmbito político quanto econômico, e ignoravam o crescente papel do Sul Global e sua força política.

Após a crise de 2008, intensificaram-se as críticas quanto a esse modelo de governança, uma vez que a ordem mundial observava um período de mu-

dança e instabilidade. As expectativas rígidas quanto aos termos econômicos fizeram com que os atores emergentes questionassem a eficiência e a validade dessas instituições tradicionais, e o resultado foi o aumento da pressão por reformas que acompanhassem as mudanças internacionais. Assim, o BRICS conseguiu utilizar de sua força como bloco, mesmo que em um primeiro momento ainda incertos quanto a sua efetividade futura, para buscar a possibilidade de voto também para os emergentes, tanto no FMI quanto no Banco Mundial (Coelho; Capinzaiki, 2017). A desigualdade do peso dos votos, logo, não estaria em consonância com a riqueza mundial, que possuía novos atores. O crescimento da China teve um peso importante dentro dessa disputa, uma vez que representava com dados a emergência de novos atores, na transição para a multipolaridade, após a hegemonia estadunidense se provar em declínio (Hobsbawm, 2021).

Aqui, observa-se o início de uma caminhada favorável a reformas, mesmo que consoantes à manutenção do status quo, em que os BRICS utilizam de sua flexibilidade como bloco para defenderem maior igualdade em relação aos votos, mas também no modo de atuação dos países e como responderão às crises, tanto as vigentes quanto as em iminência (Capinzaiki, 2018). Como os membros conseguiram se reestruturar com mais rapidez após a crise de 2008, esses anos subsequentes foram utilizados de modo a fortalecer o poder de barganha, movimentando a recuperação econômica das Nações como indicativos de sua estabilidade e força, uma vez que inclusive contribuíram para as linhas de crédito do FMI. Logo, para Coelho e Capinzaiki (2017), a situação demonstra a intencionalidade de participação do BRICS nessas instituições:

O fato de que os países emergentes não descartam a importância das instituições tradicionais, mesmo tendo suas demandas sistematicamente evitadas ou indefinidamente adiadas, ou ainda distorcidas pela burocracia institucional, é representativo da correlação de forças no atual momento da economia política internacional (Coelho, Capinzaiki, 2017, p. 146)

O poder econômico e político da China, logo, são alguns dos elementos que levam o país a buscar ativamente uma governança global mais representativa, que consiga comportar seu crescimento. O país, então, aproveita das bre-

chas do sistema internacional, como as crises ou momentos de protecionismo, para inserir-se como um ator pacífico e confiável dentro dessas instituições, por mais que essas continuem a favorecer o status quo. A proposta chinesa também conta com a criação de reservas de moeda internacional supra-sobranas, elemento que será explorado a seguir no âmbito das Novas Instituições, uma vez que nos espaços tradicionais há alta resistência por parte dos Estados Unidos, mesmo que países emergentes sejam favoráveis à proposta de reforma (Ramos et al, 2012).

O papel da China como uma economia expoente, em outro patamar, quando comparada à Índia, Brasil e África do Sul, é essencial para a consolidação dessas reformas. Uma vez que as instituições tradicionais não são capazes de financiar rapidamente e sem grandes intervenções o desenvolvimento da infraestrutura do Sul global, a nação asiática defende e cria iniciativas para que a multipolaridade traga efeitos econômicos sobre os países emergentes (Vadell, et al, 2020). Esses pontos, referentes às medidas autônomas, serão abordados a seguir.

NOVAS INSTITUIÇÕES

Em sua segunda cúpula, os BRICS começaram a ampliar sua agenda para além da reforma das Instituições de Bretton Woods para construir suas próprias iniciativas (Peruffo, 2020). Um dos principais motivos que levaram os BRICS a defenderem mudanças no Sistema Monetário Financeiro Internacional (SMFI) é que a arquitetura institucional existente é insuficiente para fornecer financiamento na escala e com as características necessárias para o desenvolvimento de infraestrutura, especialmente em países emergentes (Bhattacharya; Romani; Stern, 2012). Dessa forma, a ideia de constituir um banco de desenvolvimento conjunto foi lançada pela Índia na cúpula de Nova Délhi, no início de 2012.

Desde então, transcorreram as negociações que levaram à assinatura do Convênio Constitutivo na cúpula dos BRICS em Fortaleza, em julho de 2014 (Batista Jr., 2019). Tanto o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) quando o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) são considerados como um pro-

jeto anti-hegemonico, parte da multipolarização da arquitetura econômica e financeira mundial (Batista Jr., 2019). Enquanto o NBD trata da preocupação do grupo sobre a crescente lacuna no financiamento para infraestrutura no mundo em desenvolvimento, o ACR serviria como uma linha adicional de defesa para fornecer liquidez em caso de dificuldades no balanço de pagamentos (Peruffo, 2020).

Segundo Bhattacharya, Romani e Stern (2012), há um déficit em infraestrutura nos países emergentes que está prejudicando suas perspectivas de crescimento econômico, já que o desenvolvimento de infraestrutura pode aumentá-lo e, ainda, reduzir os níveis de desigualdade. De acordo com Metri (2020, p. 721): “Não se trata de uma questão fiscal, de escassez de recursos em uma economia, mas do desafio de se obter o instrumento de liquidação de compromissos internacionais, já que estes não podem ser pagos com moeda local”. Ou seja, ao consolidar um território monetário global, os Estados Unidos, através do dólar, impõem aos demais países o problema da restrição externa. Ao controlar importantes canais de administração da liquidez internacional, o país emissor da moeda de referência pode influenciar a capacidade de importação dos demais países e, portanto, suas trajetórias de financiamento (Metri, 2020).

O NBD, ao servir como fonte de financiamento para os países-membros do BRICS em suas moedas nacionais, alivia essa restrição. Sua importância aumenta ainda mais ao considerar o argumento de Metri (2020) de que, se a agenda geopolítica se impuser, a diplomacia monetária pode servir aos propósitos da política externa, buscando restringir as oportunidades de seus inimigos estratégicos do momento. Com o crescimento das rivalidades militares, políticas e econômicas entre Estados Unidos, Rússia e China — que remontam ao fim da Guerra Fria, quando os Estados Unidos passaram a se orientar contra o aparecimento de potências regionais —, esse cenário se torna cada vez mais provável. Por isso, como forma de atuação político-financeira defensiva sistêmica (Armijo; Katada, 2015), generalizaram-se nos últimos anos os questionamentos sobre o sistema monetário internacional estruturado com base no dólar, especialmente por parte dos BRICS (Peruffo, 2020). Nesse contexto,

é importante observar atentamente a evolução do financiamento em moedas alternativas ao dólar no âmbito do NBD, especialmente em Renminbi, considerando que esta não é a única frente em que a moeda chinesa vem fazendo frente à estadunidense (Metri, 2020).

Para além das lacunas no financiamento para o desenvolvimento no SMFI baseado nas instituições de Bretton Woods, Griffith-Jones (2014) afirma que “outra razão para criar um banco dos BRICS é para dar mais voz a países emergentes e em desenvolvimento no desenvolvimento da arquitetura financeira, num tempo em que eles claramente têm os recursos financeiros para fazê-lo” (p. 7, tradução livre). Nessa linha, Zhu (2015) faz uma diferenciação importante entre a cooperação Sul-Sul tradicional e o que ele chama de “nova cooperação Sul-Sul”. Segundo o autor, enquanto a cooperação Sul-Sul tradicional tem lutado por direitos razoáveis para os países em desenvolvimento no sistema econômico internacional, visando assim a reforma de seus mecanismos, a nova cooperação Sul-Sul visa estabelecer um novo sistema, que pertença aos novos países em desenvolvimento e que possua seus próprios mecanismos. Porém, o propósito do estabelecimento de novos mecanismos não é cortar relações com o sistema econômico anterior, mas sim complementá-lo e completá-lo. Para ele, o NBD é parte integrante desse processo, tanto por sua capacidade de aumentar a quantidade de financiamento disponível para países em desenvolvimento, quanto pela possibilidade de romper com o monopólio de países desenvolvidos sobre a arquitetura financeira internacional.

Dessa forma, a nova cooperação Sul-Sul parece estar alinhada à estratégia chinesa, que busca reformar o atual sistema internacional em seu benefício, com destaque para o importante papel que cumpre o multilateralismo para que isso se dê de forma pacífica (Niu, 2013; Cheng, 2014; Lukin; Xuesong, 2019). Segundo Cheng (2014), líderes chineses e seus especialistas consideram necessário minimizar a percepção da “ameaça da China”, especialmente entre os seus vizinhos, mas também a fim de convencer a comunidade internacional, especialmente os países em desenvolvimento, de que a sua ascensão seria benéfica para toda a humanidade. O desenvolvimento de um discurso para justificar e defender a busca da China por status internacional é essencial para

aumentar a aceitação da comunidade internacional e reduzir a sua resistência, particularmente a dos Estados Unidos e das grandes potências estabelecidas (Cheng, 2014).

Sendo assim, na concepção de Cheng (2014), apresentar as demandas chinesas como as das potências emergentes ou do grupo BRICS é uma forma mais eficaz de alcançar seus objetivos, já que esse discurso fortalece a legitimidade das suas reivindicações. Para o autor, como todos os membros do grupo procuram melhorar a ordem global, trabalhar em conjunto como um grupo serve os seus interesses comuns de forma mais eficaz. Isso posto, a fim de aumentar o apelo do discurso de representatividade do grupo, era preciso garantir a representatividade do continente africano no grupo, que já possuía representantes do Leste Asiático, da Eurásia, do Sul da Ásia e da América do Sul (Cheng, 2014). Dessa forma, a África do Sul, — potência líder tradicional no continente nos domínios da economia, ciência e tecnologia, indústria, potencial de recursos e influência cultural — foi chamada para preencher esta lacuna (Lukin; Xuesong, 2019). Nesse sentido, a inclusão da África do Sul foi um movimento estratégico para colocar a China como líder num entrave entre o Sul e o Norte globais, com o BRICS na linha de frente (Cheng, 2014; Lukin; Xuesong, 2019).

Em adição, Hönke, Cenze e Yang (2023) sugerem que os há uma associação limiar do Brasil e da China com o Sul Global, em vez de uma relação clara e definida. Para os propósitos deste trabalho, assumimos que o mesmo se aplica com relação à Índia e à Rússia, generalizando as conclusões para os BRIC originais. Tal perspectiva se apoia no conceito de “liminaridade” de Rumelili (2012 apud Hönke, Cenze e Yang, 2023) em relações internacionais, que descreve processos de ambiguidade, indeterminação e transição. Nesta concepção, a liminaridade oferece uma ferramenta teórica para entender entidades que se situam “entre e no meio das posições atribuídas e dispostas por lei, costume, convencional e cerimonial” (Rumelili, 2012, p. 495 apud Hönke; Cenze; Yang, 2023). Esse conceito, ao ser colocado ao lado das conclusões de Cheng (2014), Lukin e Xuesong (2019), nos abre a hipótese de que os quatro BRIC originais — em especial a China, conforme já vimos — estejam mobili-

zando o conceito de Sul Global e Cooperação Sul-Sul como elementos discursivos a seu favor, deixando de lado os fatores que colocam os países do grupo neste lugar de liminaridade.

CHINA E BRASIL, PARCEIROS ESTRATÉGICOS

A relação entre China e Brasil tem sido caracterizada por um crescente alinhamento estratégico e econômico nas últimas décadas. A parceria sino-brasileira evoluiu de uma relação comercial básica para uma colaboração multifacetada que abrange comércio, investimentos, cooperação em tecnologia e ciência, e coordenação em questões de governança global. Essa parceria reflete não apenas os interesses bilaterais, mas também o desejo compartilhado de promover um sistema internacional mais multipolar e equilibrado (Marinho, 2019).

Nos primeiros anos de 2000, as opiniões brasileiras sobre a China seguiam duas direções opostas. De um lado, havia uma visão muito positiva que enxergava a China como um parceiro comercial estratégico, oferecendo oportunidades variadas em diversas áreas e prevendo benefícios mútuos para ambos os países num futuro próximo. Por outro lado, havia uma percepção mais negativa, que destacava a dependência do Brasil em relação ao mercado chinês, especialmente à medida que a China se fortalecia e assumia um papel de destaque nos fóruns políticos e econômicos internacionais, sendo reconhecida como um dos principais atores globais. Além disso, as empresas chinesas começavam a competir mais diretamente com as brasileiras na América Latina, América do Norte e África (Santiso et al., 2006). E principalmente na América do Sul, a China está melhor estabelecida em relação aos EUA, já que adentrou mais nos países da região nos últimos 20 anos, acirrando sua relação política e econômica, diferentemente dos EUA que priorizaram as intervenções militares no Oriente Médio (Kalout; Costa, 2022).

Apesar disso, o comércio e os investimentos são elementos centrais na relação entre China e Brasil. Desde o início dos anos 2000, a China emergiu como o maior parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos em 2009. O Brasil se tornou um dos maiores fornecedores de commodities para

a China, sobretudo soja, minério de ferro e petróleo. Essas exportações são importantes para a economia brasileira, contribuindo de forma significativa para o superávit comercial do país (Barcelos, 2019). Além do comércio e investimentos, a cooperação em ciência, tecnologia e inovação tem ganhado destaque na parceria sino-brasileira. Os dois países têm desenvolvido projetos conjuntos em áreas como a agricultura sustentável, biotecnologia e exploração espacial. Um exemplo significativo é o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), que tem sido um modelo de cooperação Sul-Sul em tecnologia espacial (Cunha, 2017). A China vê no Brasil um parceiro estratégico para expandir sua influência tecnológica no hemisfério ocidental, ao mesmo tempo em que o Brasil se beneficia do acesso a tecnologias avançadas e do desenvolvimento de capacidades locais. Esta colaboração também se alinha com os objetivos dos BRICS de promover a cooperação em inovação entre seus membros, fortalecendo suas posições coletivas na economia global (Xu, 2016).

Mesmo com a abordagem mais cautelosa que foi adotada na época pelo governo Dilma Rousseff (2011-2016) na política externa, as relações bilaterais entre Brasil e China, assim como as negociações dentro do BRICS, continuaram a progredir. Esse avanço foi especialmente notável a partir da V Cúpula de Durban, em 2013, na África do Sul, e da VI Cúpula de Fortaleza, em 2014, no Brasil. Durante essas reuniões, foram anunciados 56 novos acordos bilaterais entre Brasil e China, enquanto, no âmbito do BRICS, três documentos importantes foram assinado, o que resultou na criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS (New Development Bank ou NDB, tendo capital inicial de US\$ 100 bilhões), no estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas (Contingency Reserve Arrangement ou CRA, um fundo financeiro de emergência de US\$ 100 bilhões, que serve como apoio mútuo), e na promoção de cooperação entre os Bancos de Desenvolvimento do BRICS e Agências de Seguro de Crédito à Exportação (BeCARD; Barros-Platiau; Oliveira, 2015; MRE, 2024).

No campo político e diplomático, China e Brasil têm mantido um diálogo estreito e alinhado em diversas questões de governança global, incluindo mudanças climáticas, reforma das instituições financeiras internacionais e a

promoção do desenvolvimento sustentável. Ambos os países compartilham o interesse em reformar a ordem internacional de maneira que reflita melhor as realidades do século XXI, particularmente a ascensão das economias emergentes (Pereira et al, 2020). No âmbito dos BRICS, a China e o Brasil têm trabalhado juntos para consolidar o grupo como uma plataforma para a promoção de seus interesses comuns, defendendo um maior espaço de voz e influência para os países em desenvolvimento nas decisões globais. Essa cooperação diplomática também reflete a intenção da China de cultivar laços mais profundos com países da América Latina, utilizando o Brasil como uma ponte para a região (Lobato, 2018).

Sobre os novos passos na relação Brasil-China, em agosto de 2024, ocorreu encontro entre o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e Li Xi — membro do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China —, onde o representante chinês mencionou o 30º aniversário do estabelecimento de parceria estratégica entre a China e o Brasil. Os dois se encontraram e trocaram opiniões, delineando e guiando o futuro das relações entre China e Brasil na nova era. Li Xi disse em uma nota divulgada pelo site da Embaixada da República Popular da China no Brasil:

A China está pronta para trabalhar com o Brasil para aprofundar a cooperação prática em todos os âmbitos, cimentar a coordenação dentro de mecanismos multilaterais como o BRICS e o G20 e promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade (Embaixada da República Popular da China, 2024).

A nota ainda diz que China e Brasil são os maiores países em desenvolvimento em seus respectivos hemisférios, oriental e ocidental, e mantêm uma parceria estratégica abrangente e que ambos devem construir sobre as conquistas já alcançadas, avançando com uma confiança política mútua mais sólida e mantendo o apoio recíproco em questões centrais e preocupações prioritárias para cada um (Embaixada da República Popular da China, 2024). Na verdade, a China tem exercido um impacto notável sobre o Brasil, especialmente no comércio e, mais recentemente, no campo dos investimentos. Tanto otimistas quanto pessimistas veem suas preocupações em relação à China aumentarem,

com foco principal em como o Brasil tem se adaptado à crescente presença de empresas e produtos chineses em seu mercado interno.

A parceria estratégica entre China e Brasil, especialmente no contexto dos BRICS, tem se mostrado fundamental para a inserção de ambos os países na arena global. A relação evoluiu de uma troca comercial básica para uma colaboração complexa e multifacetada que inclui não apenas comércio e investimentos, mas também cooperação em ciência, tecnologia e governança global. Essa evolução reflete a intenção dos dois países de promover um sistema internacional mais equilibrado e multipolar, onde as economias emergentes possam ter maior voz e influência.

No entanto, essa parceria não está isenta de desafios. A crescente dependência do Brasil em relação ao mercado chinês e a competição direta com empresas chinesas em mercados internacionais suscitam preocupações sobre a sustentabilidade dessa relação no longo prazo. Além disso, as percepções divergentes sobre a China dentro do Brasil indicam uma complexidade que precisa ser gerida com cuidado. Enquanto alguns veem a China como uma oportunidade estratégica, outros temem os impactos de uma maior presença chinesa em setores chave da economia brasileira. Apesar dessas preocupações, o futuro da relação sino-brasileira parece promissor. O fortalecimento dos laços através de mecanismos multilaterais como os BRICS e G20, combinado com a disposição mútua de aprofundar a cooperação, aponta para uma parceria que pode continuar a beneficiar ambos os países. A confiança política mútua e o apoio recíproco em questões prioritárias serão cruciais para garantir que essa relação continue a prosperar, contribuindo para um sistema internacional mais inclusivo e equilibrado.

CONCLUSÃO

A partir das premissas históricas básicas da reascensão chinesa, o presente trabalho buscou explicitar o avanço das relações Brasil-China a partir do BRICS como arena e instrumento de uma política externa ativa e voltada para a garantia da multipolaridade. Para tanto, foram analisadas as iniciativas empregadas desde o início dos anos 2000, dando ênfase para as relações entre

a China e o Brasil. Com o crescimento da economia chinesa e o protagonismo adotado pela potência regional asiática, os objetivos chineses englobaram o aumento do ritmo das relações com o Brasil.

Assim, ambos os membros do BRICS observaram o encontro de seus interesses no modelo de governança, o qual se deu ênfase para a questão financeira. Reformulando premissas básicas das instituições tradicionais ou optando por um caminho mais autônomo, tal esfera passou a ter um papel fundamental na luta dos membros do BRICS por mais participação nas decisões mundiais. Esses elementos se tornaram essenciais para que a China e o Brasil pudessem diversificar e consolidar suas agendas em comum, o que foi apontado pela retomada dos eventos marcantes entre ambos os membros no século XXI.

Portanto, trabalhou-se de modo a compreender e dar perspectiva para o crescimento das relações entre os dois países. A China, pela força de sua economia e sua política externa bem delimitada, tornou-se um ator central dentre os países emergentes, e sua aliança é atrativa para a posição que o Brasil deseja ocupar no mundo. As incertezas quanto aos termos dessa relação ainda estão se desenvolvendo, mas no momento a cooperação Sul-Sul pela multipolaridade é o caminho pelo qual ambos os países parecem traçar seu crescimento comum.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARMIJO, Leslie. E.; KATADA, Saori N. **Theorizing the Financial Statecraft of Emerging Powers**. *New Political Economy*, v. 20, n. 1, p. 42-62, 2015.

BARCELOS, Patrícia Helena de Souza. **A importância do fluxo de comércio Brasil-China e sua influência na indústria brasileira entre 2007 e 2016**. UFF: Repositório Institucional, 2019.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. São Pau-

lo: LeYa, 2019.

BECARD, D. R.; BARROS-PLATIAU, A. F.; OLIVEIRA, C. C. DE. O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 81–112, abr. 2015.

BHATTACHARYA, A; ROMANI, M; STERN, N. Infrastructure for development: meeting the challenge. **London School of Economics and Political Science**. Policy paper, Online, [S.v.] [S.n.], 2012. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/GranthamInstitute/wp-content/uploads/2014/02/PP-infrastructure-for-development-meeting-the-challenge.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRIC. 2nd BRIC Summit of Heads of State and Government: Joint Statement, 2010. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CAPINZAIKI, M R. Os BRICS e as instituições internacionais: uma perspectiva comparada. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

CHENG, J. Y. S. China's Approach to BRICS. **Journal of Contemporary China**, 24(92), 357–375, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2014.932518>.

COELHO, J. C, CAPINZAIKI, M R. **Hierarquia dos Estados no regime econômico-financeiro: os BRICS e a governança econômica global**. Revista tempo do mundo, v. 3, n. 1, jan. 2017.

CUNHA, Guilherme Lopes. **As relações Brasil-China: ciência, tecnologia e inovação no século XXI**. 2017. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017).

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **China aprofundará cooperação prática em todos os âmbitos com Brasil**. 2024.

GRIFFITH-JONES, Stephany. A BRICS Development Bank: A Dream Coming True?. **United Nations Conference on Trade and Development**. Discussion Papers, Geneva, [S.v.] n. 215, 2014. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/osgdp20141_en.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

GLOSNY, Michael A. China and the BRICs: A Real (but Limited) Partnership in a Unipolar World. **Polity**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 100–129, 2010. DOI: 10.1057/pol.2009.14.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HÖNKE, Jana; CEZNE, Eric; YANG, Yifan. Liminality positioned in the South: Reinterpreting Brazilian and Chinese relations with Africa. **Global Society**, v. 37, n. 2, p. 197-224, 2023.

KALOUT, Hussein; COSTA, Hugo Bras Martins. A Rivalidade China-EUA e os Interesses Estratégicos do Brasil. **CEBRI: Revista Ano 1**, N2. 2022.

LEMKE, Douglas; TAMMEN, Ronald L. Power Transition Theory and the Rise of China. **International Interactions**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 269–271, 2003.

LOBATO, L. DE V. C. A questão social no projeto do BRICS. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2133–2146, 2018.

LUKIN, Alexander; XUESONG, Fan. What is BRICS for China?. **Strategic Analysis**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 620–631, 2019. DOI: 10.1080/09700161.2019.1669896.

LYRIO, Mauricio. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MARINHO, Frederico Almeida Castro. Ascensão chinesa e reconfiguração da disputa central de poder contemporânea: Consenso de Pequim e posicionamentos da Política Externa Brasileira para a articulação do processo de integração sul-americano. **Carta Internacional**, v. 14, n. 3, 2019.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. Updated edition. New York/London: W.W. Norton & Company, 2014.

METRI, Mauricio. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3 (70), p. 719-736, set/dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art02>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. **VI Cúpula do BRICS: dados estatísticos e de comércio**. 2014. Disponível em: <http://brics6.itamaraty.gov.br/ptbr>.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 197–229, 2013.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 201–218, 2010.

PEREIRA, Nicole Klein; VIEIRA, Máira Baé Baladão; BRIZOLA, Jean Marques. **Relações Brasil-China: Diplomacia E Comércio**. In: 5º Salão De Pesquisa, Extensão E Ensino Do IFRS. 2020.

PERUFFO, Luiza. The BRICS Countries' Monetary and Financial Power: What has changed since the 2008 global financial crisis and why it matters. **Conjuntura Austral**, online, v. 11, n. 53, p. 92-113, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.97514>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PRATES, Daniela Magalhães; PERUFFO, Luiza. Les Brics entre le dollar et le renminbi. **L'économie politique**, [S.v], n. 102, p. 19-29, maio/jun./jul. 2024.

RAMOS, Leonardo; VADELL, Javier; SAGGIORO, Ana; FERNANDES, Márcia. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 55 (2): 10-27, 2012.

SANTISO, Javier; BLÁZQUEZ-LIDOY, Jorge; RODRIGUEZ, Javier. **Angel or Devil? China's Trade Impact on Latin American Emerging Markets**. Paris: OCDE, 2006.

VADELL, Javier A; BRUTTO, Giuseppe L; LEITE, Alexandre C; CRIVELLI, Eduardo. El rol de la cooperación de China en la transformación estructural del Sur global. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 451-475, dez. 2020. <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p451>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Whose Interests are Served by the BRICS?**. Commentary n. 352, 1 maio 2013. Disponível em: <https://iwallerstein.com/interests-served-brics/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

WOLF, Michael. Shaping Globalization. **Finance & Development**, Vol.

51, No. 3, 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2014/09/wolf.htm>

XUETONG, Y. The Rise of China and its Power Status. **The Chinese Journal of International Politics**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5–33, 2006.

XU, Yanran. **China's strategic partnerships in Latin America: Case studies of China's oil diplomacy in Argentina, Brazil, Mexico and Venezuela, 1991 to 2015**. University of Miami, 2016.

ZHU, Jiejun. New south-south co-operation and the BRICS New Development Bank. **GEAfrica**. BRICS Insight Papers, Pretoria, [S.v.], n. 2, 2015. Disponível em: <https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2015/03/BRICS-Insights-2.pdf>. Acesso em: 8 jul 2024.

POLÍTICA EXTERNA COMPARADA DE BRASIL E CHINA: O IMPACTO DA POLÍTICA EXTERNA NAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS DOIS PAÍSES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

*Augusto Lorenzo Esposito*⁶

*Isadora Vedana*⁷

*Gabriele Lima de Souza*⁸

*Laura Feijo Dal Farra*⁹

*Luiza de Souza*¹⁰

INTRODUÇÃO

A política externa tem papel central na formação das relações de poder e dependência no Sistema Internacional, especialmente para países do Sul Global que buscam autonomia. Com o fim da União Soviética (URSS) e da ordem bipolar em 1991, emergiram novas potências, como a China, que corroboraram mudanças nas dinâmicas do Sistema Internacional. Mudanças sistêmicas que alavancaram processos de degradação da ordem liberal imposta pelos países centrais. Nesse cenário, o Brasil se encontra em posição de potencial liderança regional, ainda que existam entraves para o seu maior desenvolvimento econômico internacional e garantia de seus interesses.

6 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: espositoaugusto.wd@gmail.com.

7 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: isavedana.ufrgs@gmail.com.

8 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: gabi.argent@gmail.com.

9 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: laurafeijo123@gmail.com.

10 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: luiza.gsouza123@gmail.com.

Dessa forma, o artigo tem como foco a análise comparativa das dinâmicas entre as políticas externas do Brasil e da China, direcionando-se no impacto destas sobre suas relações de dependência e autonomia, em especial no comércio internacional. Abordamos também as transformações de caráter sistêmico dos últimos trinta anos, bem como a ascensão chinesa e sua integração internacional a partir da abertura econômica.

Além disso, apresenta-se a noção de que as relações sino-brasileiras, ainda que sejam mutuamente benéficas em termos de comércio e cooperação, denotam desafios importantes para a política externa do Brasil, como o potencial aumento da dependência do país de exportações de commodities com uma reprimarização da economia. Desta forma, considera-se a crescente economia chinesa e sua influência no país, relacionando-a com questionamentos referentes à sustentabilidade dessa parceria a longo prazo e à capacidade do Brasil de se diversificar economicamente e alcançar maior espaço no âmbito internacional.

A partir disso, Costa (2015) aponta a possibilidade de a capacidade industrial chinesa representar riscos ao Brasil. Dentre os impactos do dinamismo econômico chinês, o “boom” no preço das commodities levou a um aumento de exportações de matérias-primas para o país, o que contribuiu para que a pauta exportadora brasileira voltasse a ser majoritariamente composta por agrícolas nos anos seguintes. E “se a intensificação do comércio Brasil-China não permitir que as exportações brasileiras aumentem seu valor agregado e o grau de elaboração de seus produtos, apenas estará se repetindo o padrão de trocas comerciais do Brasil com os Estados Unidos, Japão e a Europa” (COSTA, 2015, p. 15).

A análise integra a teoria da dependência, de Giovanni Arrighi, e a teoria da autonomia periférica, de Hélio Jaguaribe, contextualizando as estratégias adotadas por ambos os países em seus esforços para se integrarem e se desenvolverem de forma autônoma nas complexas dinâmicas de poder no cenário global. O artigo explora, desta forma, como as diferentes abordagens adotadas pelo Brasil e pela China têm moldado suas respectivas posições no Sistema Internacional e suas relações com demais atores.

RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E A BUSCA PELA AUTONOMIA PERIFÉRICA

A partir do pensamento de Giovanni Arrighi (2007), o mundo é constituído por relações de dependência que se dão do centro global para as periferias, concentrando o poder do Sistema Internacional nos países centrais e delimitando o grau de crescimento e autonomia que a periferia pode atingir. Os países do centro dependem da exploração de recursos naturais e mão de obra dos países de fora dele para se desenvolverem tecnológica, científica e industrialmente, enquanto barreiras políticas, financeiras e logísticas são formadas para a periferia permanecer com uma economia extrativista ou agroexportadora.

Immanuel Wallerstein (2011), com a teoria do sistema-mundo, complementa a teoria da dependência de Arrighi com a noção de uma economia global integrada e capitalista a partir do século XVI, com o início das grandes navegações e a expansão mercantil europeia. Esta economia teria uma divisão de centro, periferia e semiperiferia, na qual o centro teria um papel de dominação sobre as demais áreas, controlando os fluxos de capital, tecnologia e comércio.

Com isso, sob o contexto latino-americano, surge a teoria da autonomia como uma resposta à teoria da dependência, buscando estabelecer maneiras pelas quais os países em posição periférica podem superar essas relações de dependência com o centro e reafirmar sua soberania e independência. Russell e Tokatlian (2013) focam na noção de uma política externa independente que reflita nos interesses nacionais e regionais ao invés de direcioná-la a um alinhamento com as agendas do centro.

Considerando o Brasil um potencial líder regional, a partir da lógica da teoria da dependência e da teoria da autonomia, o país precisaria adotar uma estratégia de autonomia periférica para reduzir sua dependência política e econômica com o centro. Jaguaribe (1979) aponta que deve haver não apenas um direcionamento da política externa brasileira para questões do Sul global e um maior fortalecimento de integrações regionais, como também um maior foco no desenvolvimento industrial, científico e tecnológico endógeno, a fim de mi-

tigar as dinâmicas disfuncionais com os países centrais que contribuem para um processo de reprimarização da sua economia (RUSSELL; TOKATLIAN, 2013).

Já em relação à China, Arrighi em “Adam Smith em Pequim” (2007) coloca a nação como um modelo de desenvolvimento econômico alternativo ao ocidental e aponta que a ascensão chinesa é um potencial deslocamento da hegemonia global do Ocidente para o Oriente, sendo um novo centro de dinâmicas econômicas. Com isso, é importante questionar como o redirecionamento hegemônico para Pequim afetará o Sul Global e sua chance de estabelecer uma autonomia periférica.

EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA CHINA ATÉ A DÉCADA DE 1990

A China imperial (221 a.C.-1912 d.C.) foi caracterizada por períodos sucessivos de abertura e fechamento e por ocupar um espaço de liderança regional. Entretanto, durante os anos da última linhagem imperial, o isolacionismo promovido abriu portas para a interferência europeia e gerou um enfraquecimento que depôs o último imperador. “A lição era clara: o isolamento causou fraqueza, que atraiu a cobiça colonial.” (VISENTINI, 2019, p. 202). Já em 1949, o Partido Comunista da China (PCCh) assumiu a liderança do país e proclamou a República Popular da China, inicialmente se aliando à URSS durante a Guerra Fria (1947-1991) devido à semelhança ideológica. Todavia, a China passou a ocupar um espaço subordinado dentro desta aliança, sendo restringida conforme os líderes da União Soviética se distanciavam do marxismo clássico. A saída encontrada pela China foi uma mudança de atuação, com a adoção de novas iniciativas que se preocupavam com a autonomia e com a independência nacional, assim como com a projeção internacional.

Nos anos 1970, Vicentini (2019) aponta que a China escolheu aproximar-se dos Estados Unidos da América (EUA), baseada em uma estratégia contra o que a liderança chinesa considerava “hegemonismo soviético”. Sua política externa foi então moldada a fim de ter seu governo reconhecido e suas relações com países capitalistas normalizadas. Assim, iniciou sua Revolução Técnico-Científica, caracterizando o “Grande Salto para Fora”, diminuindo o

caráter ideológico em prol do desenvolvimento (AHMAD, 1979). A urbanização foi catalisada e o setor agrícola modernizado e, segundo Medeiros (2013), a abertura econômica chinesa de Deng Xiaoping permitiu o desenvolvimento de um mercado exportador crescente, com o PIB passando de 10% em 1978 para 44% em 1995. Adotou-se uma economia mista, com a introdução de empresas privadas, adaptando o modelo econômico para algo mais próximo da economia de mercado. Dessa maneira, a China começou a não somente atrair investimentos estrangeiros, como também a investir em outros países, corroborando para a aquisição de empresas, recursos e mão de obra, além da expansão do mercado consumidor e da influência política. Com o rápido desenvolvimento chinês e sua integração no mercado global, sua influência no Sistema Internacional foi tornando-se progressivamente acentuada, tendo um papel fundamental de país exportador, bem como de liderança regional e parceria econômica. Portanto, a industrialização para o fortalecimento interno, feita de maneira muito bem sucedida pela China, serve como um exemplo de como um país periférico pode adotar políticas de desenvolvimento que priorizam os interesses nacionais, resistindo à dependência de potências externas (JAGUARIBE, 1979).

VALORES DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA (PECh)

Historicamente, a PECh é caracterizada principalmente pela ascensão pacífica, pela modernização, por manter um low-profile e pela projeção internacional, especialmente após a interferência colonial do século XIX. Sendo uma política externa independente e assertiva, ela utiliza do multilateralismo para expandir sua influência (RUSSELL; TOKATLIAN, 2013). Assim, a China atua de maneira a assegurar à comunidade internacional que seu crescente poder não representa uma ameaça para a paz e para a segurança no âmbito internacional. A PECh também preza pela modernização e pelo desenvolvimento endógeno, mencionado por Jaguaribe (1979), — mesmo que isto ocorra às custas da ideologia do PCCCh, o que vem ocorrendo desde sua aproximação com os EUA nos anos 1970 — e atua a fim de não chamar a atenção de sua crescente oposição ocidental. Ao mesmo tempo, de acordo com Vadell et al.

(2020), promove a integração internacional, expandindo suas políticas principalmente para o Sul Global e propiciando a “cooperação chinesa para a transformação estrutural”.

EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS ATÉ 1990

A política externa brasileira se iniciou realmente com a independência, em 1822. O Brasil se encontrava na periferia do Sistema Internacional e atendia às necessidades econômicas básicas dos países centrais, apresentando um atraso industrial quando comparado ao cenário internacional da época. Essa característica marcou fortemente a política externa, que era moldada com base em concessões às grandes potências em troca da inserção e do reconhecimento no nível internacional. Dessa maneira, buscou-se uma maior aproximação com os EUA até a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, quando, pela primeira vez, “[...] a política externa passou a fazer parte da estratégia do governo para promover a industrialização do país.” (WIESEBRON, 2016, p. 29). Já na década de 1960, houve a tentativa de redirecionamento da política externa durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, com uma Política Externa Independente (PEI), que pregava o universalismo, o pragmatismo e a autonomia decisória, mobilizando o Brasil rumo a novos mercados do Sul Global, com ênfase na África. Contudo, o discurso não se realizou plenamente e, posteriormente, principalmente com os governos militares, o Brasil buscou concretizar sua autonomia.

Com a instauração da ditadura militar (1964), os laços com países socialistas foram cortados, e somente sob o governo Geisel (1974-1979) o Brasil iria atingir o ápice de sua política externa pragmatista e autonomista, mesmo enfrentando os resultados do Primeiro Choque do Petróleo (1973). Em 1974, o país reestabeleceu relações com países socialistas, especialmente com a China, com cooperações tecnológicas e comerciais. Além disso, o Brasil e a China se posicionaram de maneira similar em algumas questões como a soberania nacional e a integridade territorial (WIESEBRON, 2016). Após a redemocratização brasileira de 1985, consolidou-se a parceria estratégica com forte

aproximação econômica, diplomática e política entre Brasil e China (COSTA, 2015). Segundo Pires e Paulino (2011), as relações sino-brasileiras se deram em diversos setores, como na economia e comércio, na marinha e aviação, na cultura e educação, na ciência e tecnologia e, inclusive, nos estudos para uso não bélico da energia nuclear.

No entanto, os Choques do Petróleo, de 1973 e 1979, e os problemas econômicos enfrentados na última década do período militar, como a crise da dívida externa e a crise fiscal – que inclusive influenciaram a redemocratização – tiveram seus efeitos sentidos no Brasil de maneira mais forte até os anos 2000. Assim, embora a parceria entre Brasil e China já estivesse produzindo frutos ao longo dos anos 1980 e 1990, esta só começaria a gerar resultados expressivos a partir do século XXI. O Plano Real, iniciado em 1993, surgiu como uma solução que, de maneira gradual, reduziu a inflação e criou uma moeda estável, promovendo a abertura econômica, o aumento da oferta de bens, a estabilização dos preços e a melhora no poder de compra da população. Além disso, contribuiu para impulsionar a integração do Brasil na economia global, favorecendo exportações e atraindo investimentos estrangeiros (BARBOSA, 2023). Concomitantemente com a estabilização econômica brasileira, a China começou a sentir os efeitos mais expressivos decorrentes de suas reformas econômicas a partir de 2001, com a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). Dessa maneira, foi somente a partir de 2002 que as relações comerciais entre Brasil e China começaram a ter uma resposta mais marcante, quando também passaram a se intensificar cada vez mais.

VALORES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB)

A PEB é caracterizada principalmente pela busca por autonomia, pelo universalismo e pelo pragmatismo. Assim, por conta destes preceitos, o Brasil adota um comportamento internacional multifacetado, buscando beneficiar-se das possibilidades do Sistema Internacional ao mesmo tempo em que busca se integrar com o Sul Global e atuar em um contexto regional com uma perspectiva de protagonismo (LIMA, 1990). Posiciona-se como mediador no cenário internacional, ao mesmo tempo em que preza pelo avanço da coopera-

ção Sul-Sul, sendo o BRICS¹¹ e o MERCOSUL¹² um reflexo desta posição. Dessa maneira, sua política externa também está sempre à procura — em maior ou menor grau, a depender do governo — de uma autonomia, promovida em conjunto com o desenvolvimento do Estado. Trata-se de um reflexo direto de seu passado colonial e de uma contínua tentativa de se desvincular de relações de dependência que perduram com o Ocidente. No entanto, tais ligações começaram a ser realocadas para a China a partir da década de 1990 e se intensificaram ao longo do século XXI, mantendo o Brasil em uma situação de dependência análoga.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E CHINESA NO SÉCULO XXI

No século XXI, a política externa brasileira apresentou uma mudança fundamental em seu eixo de cooperação, que passou de um alinhamento com os EUA e demais países centrais para um maior relacionamento com países do Sul Global, na periferia. Nesse sentido, acentuam-se parcerias regionais que diversificam as relações bilaterais e multilaterais brasileiras e reforçam instituições locais. Além disso, o Brasil apresentou uma cooperação estreita com a Ásia e a África (QUINZANI, 2019). Tais abordagens de política externa no século XXI serão melhor desenvolvidas para a compreensão das transformações ocorridas.

Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil até 2002, iniciou, ainda que de maneira mais sutil, a mudança de alinhamento da política externa brasileira. Cardoso reorientou a posição do Brasil rumo a uma cooperação com países emergentes em foros multilaterais, propôs o desenvolvimento de uma agenda regional e consolidou a posição do Brasil de mediador em crises internacionais (SERRA, 2016).

Porém, foi a partir de 2003 que o posicionamento brasileiro passou por mudanças significativas, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Lula priorizou políticas de integração regional e diversificação de parcerias no âmbito

11 O BRICS é uma parceria entre cinco das maiores economias emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brasil, 2023)

12 O MERCOSUL é um bloco econômico composto pelas delegações da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai – além dos Estados Associados do bloco: Chile, Colômbia, Equador e Peru.

internacional, com o intuito de dar ao Brasil um espaço de protagonismo. A autonomia e o universalismo foram os princípios que orientaram sua política externa, reflexo do desejo de ampliação da cooperação Sul-Sul, de redução da influência dos EUA no país e de diminuição de assimetrias presentes nos organismos de cooperação multilaterais. Acerca do relacionamento com os EUA, houve uma contração de suas relações comerciais e divergências entre Lula e o presidente Bush filho (2001-2009) acerca de temas como a integração regional latino-americana. Além disso, o presidente brasileiro atuou na concepção do BRICS+ e definiu uma parceria com a China como estratégica para o Estado brasileiro, uma vez que consistia em um aliado em foros internacionais e um importante parceiro comercial e investidor (LIMA; VERÍSSIMO, 2022).

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) seguiu com a lógica da cooperação Sul-Sul, buscando fortalecer principalmente as relações com o BRICS+. Entretanto, após o impeachment de Dilma, em 2016, Michel Temer assumiu o governo, buscando uma “desideologização” da política externa brasileira em relação aos governos anteriores de Lula e Dilma. Isso resultou na redução da diversidade de parcerias e da cooperação Sul-Sul, além do alinhamento maior com países do Norte Global (LIMA; VERÍSSIMO, 2022). Assim, Temer passou a focar mais no relacionamento comercial com a China do que na cooperação em foros multilaterais, vendo o país asiático como um investidor em seu processo de privatizações (PENA et al., 2022). Essa tendência de Temer foi agravada com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Bolsonaro alinhou-se política e ideologicamente com os EUA e com a extrema-direita global, apresentou uma retórica anti-china e reduziu as iniciativas de cooperação Sul-Sul, o que implicou em um retrocesso nas políticas de autonomia periférica e de protagonismo regional brasileiras desenvolvidas desde Cardoso (LIMA; VERÍSSIMO, 2022). Bolsonaro também proferiu constantes ataques à China em discursos de teor anticomunista e no contexto da pandemia de COVID-19, gerando tensões diplomáticas entre os países (SARAIVA; DE MELLO, 2024).

Após um intenso desgaste da posição brasileira no cenário internacional devido a declarações e medidas polêmicas de Bolsonaro, Lula foi eleito para seu terceiro mandato em 2022, direcionando esforços, desde então, para a

reconstrução da política externa brasileira. Através de acentuado engajamento nas organizações multilaterais e da liderança em iniciativas de cooperação Sul-Sul, os principais temas da agenda internacional do presidente referem-se a questões climáticas, à reforma do sistema financeiro e do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), à integração regional, à mediação da paz e à expansão do BRICS+ (RICUPERO et al., 2024). O presidente ainda estabilizou as relações com a China, já tendo firmado 15 acordos com o país (BRASIL, 2024).

Já a política externa chinesa no século XXI caracteriza-se por uma participação ativa em organizações multilaterais e em foros transregionais de importância estratégica, a exemplo do Fórum China-África. Além disso, a China posiciona-se a favor da criação de uma ordem multipolar em oposição à primazia estadunidense através da cooperação com o Sul Global (QUINZANI, 2019). Como efeito, a China é considerada o parceiro mais favorável por países emergentes, uma vez que a cooperação tradicional Norte-Sul é responsável por gerar grave dependência e dívida externa, ao passo que o auxílio chinês permite a exploração das vantagens competitivas de países do Sul Global. Assim, a China se tornou a principal parceira comercial de países da América Latina, da África e do Caribe (VADELL et al., 2020). Ademais, o presidente Xi Jinping deu início ao projeto da Nova Rota da Seda em 2013 (PAUTASSO et al., 2022).

Segundo Quinzani (2019), as relações entre Brasil e China se intensificaram no início do século XXI, caracterizando-se não só por intenso intercâmbio comercial, mas também por consonância de interesses diplomáticos. Com isso, destaca-se uma busca por protagonismo e participação ativa na esfera internacional por ambos os países, os quais ainda têm em comum a oposição à diplomacia intervencionista de países do Norte e ao protecionismo comercial das grandes potências e uma priorização de iniciativas de Cooperação Sul-Sul em suas agendas.

Dentre as iniciativas de cooperação bilateral empreendidas pelos países destaca-se a criação da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2004, e a mudança do nível das relações entre os países para Parceria Estratégica Global em 2012, da qual resultou o Plano

Decenal de Cooperação (2012-2021), que estabeleceu parcerias de longo prazo em áreas como ciência, tecnologia, energia e infraestrutura. Além disso, a crise de 2008 contribuiu para o estreitamento da parceria, uma vez que implicou em maior visibilidade a outros atores internacionais que não as grandes potências, com Brasil e China apresentando maior coordenação em mecanismos de governança global, como o G20 e os BRICS+ (QUINZANI, 2019).

RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS E CHINESAS NO SÉCULO XXI

Historicamente, a União Europeia e os EUA consolidaram-se como os principais parceiros comerciais brasileiros. Porém, com a crise econômica de 2008 e o desenvolvimento das relações sino-brasileiras, ambos parceiros comerciais tiveram sua participação consideravelmente reduzida (QUINZANI, 2019). Esta mudança se deu com o desenvolvimento do setor primário, impulsionado pela necessidade de acompanhar o mercado internacional, dada sua dependência por parceiros comerciais fortes. No início do milênio, o comércio brasileiro se sustentava majoritariamente à base de produtos de alto valor agregado, como afirma Lima e Veríssimo (2022):

Há que se destacar que, conforme Mortatti et al. (2011), no início dos anos 2000, os Estados Unidos e a Argentina eram os principais parceiros comerciais do Brasil. O Brasil supria as demandas daqueles países com uma diversidade de produtos que, por sinal, eram majoritariamente de cunho industrial, como veículos, máquinas e peças, e que possuíam alto valor agregado, demonstrando condições de fomentar um crescimento econômico sustentado (LIMA; VERÍSSIMO, 2022, p. 127).

Esta economia se enfraqueceu na década seguinte, ao passo que a China passou a se destacar entre os parceiros brasileiros, influenciando a indústria brasileira para que correspondesse a sua demanda por recursos do setor primário (LIMA; VERÍSSIMO, 2022).

Sobre as relações comerciais chinesas, com a América Latina e Caribe em geral, estas cresceram consideravelmente na contemporaneidade com a exportação de produtos tecnológicos chineses e a venda de produtos primários latinos e caribenhos. Nisto, observa-se como os investimentos da China na

América Latina priorizam o desenvolvimento da economia primária destes parceiros comerciais, e conseqüentemente, a promoção da perpetuação de uma relação de dependência desigual entre ambas as economias (QUINZANI, 2019). À parte de suas relações com a América Latina e região, a China também mantém relações comerciais que compõem a maioria das remessas chinesas exportadas em 2023, sendo os principais os EUA, Hong Kong, Japão, Coreia do Sul e Vietnã (WORKMAN, 2024). Ainda, sobre a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), esta propõe fortalecer relações do continente asiático e ampliar suas conexões com a África e a Europa. O programa propõe revitalizar antigas rotas comerciais, promovendo o crescimento chinês com sua internacionalização, bem como almeja consolidar a potência em uma posição de liderança global no longo prazo, oferecendo um modelo alternativo ao neoliberalismo de Washington (PAUTASSO et al., 2022).

Com isso, é interessante pontuar a evolução quase ininterrupta das relações comerciais sino-brasileiras nos últimos anos, uma vez que, apesar de eventos globais críticos, como a pandemia de COVID-19, as exportações brasileiras para a China continuaram crescendo. Neste sentido, a China tem tido sucesso no comércio de seus produtos de alto valor agregado no Brasil a mais de uma década, por conta de seu mercado interno, tendo chegado ainda em 2012 à posição de seu principal fornecedor de importados, como evidencia o quadro 1, que apresenta o Intercâmbio Comercial Brasil-China em dólares de 2001 a 2010 (COSTA, 2015).

Dessa forma, observa-se como as necessidades de ambos os agentes — a chinesa, de abastecimento interno e pretensão de abranger cada vez mais um mercado consumidor de seus produtos tecnológicos; e a brasileira, de escoamento de seu principal motor econômico, as commodities — veem-se satisfeitas (QUINZANI, 2019). Ademais, para sustentar e prolongar sua relação com países do Sul Global, tem-se também evidenciado a construção de obras infraestruturais pela China nesses respectivos países, em troca de contratos de longo-prazo que garantissem o fornecimento de matérias-primas importantes por meio de exportações, como petróleo, minerais e produtos agrícolas (VADELL et al., 2020). Além disso, como atesta a Comissão Econômica para

a América Latina e o Caribe (CEPAL), a participação de ambos, Brasil e China, nos BRICS+, acaba fortalecendo estes termos pelos quais a estrutura da relação sino-brasileira se fundamenta — os quais também corroboram para a perpetuação de outros países do Terceiro Mundo como agentes secundários da economia global (BAUMANN; ARAUJO; FERREIRA, 2012).

Quadro 1: Intercâmbio Comercial Brasil-China em dólares de 2001 a 2010.

Ano	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	RESULTADO	
	US\$ FOB (A)	US\$ FOB (B)	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)
2001	1.902.122.203	1.328.389.311	573.732.892	3.230.511.514
2002	2.520.978.671	1.553.993.640	966.985.031	4.074.972.311
2003	4.533.363.162	2.147.801.000	2.385.562.162	6.681.164.162
2004	5.441.405.712	3.710.477.153	1.730.928.559	9.151.882.865
2005	6.834.996.980	5.354.519.361	1.480.477.619	12.189.516.341
2006	8.402.368.827	7.990.448.434	411.920.393	16.392.817.261
2007	10.748.813.792	12.621.273.347	-1.872.459.555	23.370.087.139
2008	16.522.652.160	20.044.460.592	-3.521.808.432	36.567.112.752
2009	21.003.886.286	15.911.133.748	5.092.752.538	36.915.020.034
2010	30.785.906.442	25.595.419.005	5.190.487.437	56.381.325.447

Fonte: MDIC/SECEX. Elaborada por Costa (2015).

DEGRADAÇÃO DO OCIDENTE E MUDANÇAS NAS DINÂMICAS GLOBAIS: A ASCENSÃO DO SUL GLOBAL

A partir da segunda metade do século XX, marcantes transformações nas dinâmicas internacionais de poder começaram a ocorrer. Em 1955, houve a Conferência de Bandung, onde nações africanas e asiáticas buscavam alternativas de cooperação que as desvinculassem das dinâmicas coloniais com os países do centro, enfatizando a importância da autodeterminação dos povos, e a pondo como o primeiro passo para o desenvolvimento de cooperações Sul-Sul que contribuíssem para estabelecer uma autonomia periférica (JAGUARIBE, 1979; PRASHAD, 2007). Com o fim da União Soviética em 1991, surgiu

uma nova ordem mundial, encaminhando para um contexto de maior multilateralidade, desenvolvimento chinês com a abertura econômica e seu processo acelerado de industrialização.

Concomitantemente, durante a década de 1990, os EUA emergiram como uma superpotência e, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), estabeleceram uma ordem internacional liberal baseada em livre comércio, liberalismo político e econômico, universalização dos valores ocidentais e defesa dos direitos humanos. A partir da primeira década do século XXI, diversos fatores endógenos e exógenos contribuíram para a perda da estabilidade dos EUA como superpotência e sua influência para com os países periféricos, dando início ao processo de degradação da ordem liberal (HALLIDAY, 2002).

Com a decadência das normas e agendas estabelecidas pelos países centrais e com o aumento do descontentamento referente à postura intervencionista dos EUA e dos países europeus no Sul Global, houve um processo de afastamento dos países periféricos, com um redirecionamento de suas agendas para interesses nacionais e de integração regional. Ainda que esses Estados estivessem procurando reafirmar sua independência e soberania desde antes de Bandung, o contexto do Ocidente após 11 de setembro de 2001 foi um catalisador sistemático para novos posicionamentos da periferia (HALLIDAY, 2002; ARRIGHI, 2007).

Como Halliday (2002) discute em “Two hours that shook the world”, os EUA e o Norte têm adotado medidas vistas como incoerentes pelo Sul, o que contribuiu para um distanciamento de relações e dinâmicas políticas. Halliday apresenta as ações unilaterais dos EUA no Oriente Médio e como isso corroborou para uma crescente do antiamericanismo na região. Pensando na conjuntura contemporânea, os países periféricos denunciam medidas e posicionamentos considerados hipócritas em relação à Palestina e à Ucrânia. Enquanto há uma comoção da OTAN e da União Europeia em relação às ações russas na Ucrânia, há certa omissão por parte do Norte em relação às ações de agressão e violações do Direito Internacional Humanitário em Gaza.

Desse modo, Brasil e China demonstram um posicionamento acerca do conflito entre Rússia e Ucrânia que foge da condenação dos países do Norte. Já no dia 2 de março de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou uma resolução pedindo a retirada imediata de tropas russas do território ucraniano, na qual o Brasil, sob o governo de Bolsonaro, votou a favor, fazendo algumas ressalvas acerca da falta de um real compromisso com o fim do conflito (SANT'ANNA, 2024). Essa mesma posição pragmática continuou com o presidente Lula, o qual alegou que a invasão também era de responsabilidade da OTAN por antagonizar demasiadamente a Rússia. A diplomacia chinesa, seguindo a mesma lógica, declara reconhecer a integridade territorial e a soberania da Ucrânia, ao mesmo tempo em que não condena a invasão russa, abstando-se nas votações da AGNU, ao lado da Índia e África do Sul. Assim, a China impede o isolamento político e diplomático da Rússia, indo contra as políticas de sanções econômicas e de isolamento empreendidas pelo Norte Global (GASPAR, 2024).

Referente ao conflito entre Israel e Palestina, a partir dos acontecimentos de outubro de 2023, os países comportam-se de maneira semelhante no cenário internacional. O governo brasileiro condena veementemente a ação militar de Israel na Faixa de Gaza, demonstrando seu apoio à causa palestina e defendendo a solução de dois Estados. Ademais, o país se opõe à ocupação de territórios palestinos e às violações de direitos humanos empreendidas por Israel (CALANDRIN, 2024). A China, da mesma maneira, defende um cessar-fogo e a solução de dois Estados para o conflito. O país ainda enfatiza a necessidade de proteção de civis palestinos, caracterizando o ataque de outubro de 2023 de Israel como uma retaliação coletiva contra os cidadãos palestinos (MISWAR, 2024).

A partir do que foi exposto, percebe-se que as diplomacias de Brasil e China acerca dos conflitos refletem o posicionamento de cada país no Sistema Internacional, caracterizado por um alinhamento com o Sul Global e pela percepção de uma incoerência no posicionamento do Norte. Assim, enquanto as grandes potências afastam-se da periferia em termos de agenda, Brasil e China prezam pela reconstituição da autonomia de países periféricos.

Além disso, no contexto de degradação do Ocidente e da busca pela autonomia por países periféricos, existe uma agenda comum que estreita as relações entre Brasil e China, notadamente a Cooperação Sul-Sul e a multipolaridade. Tais posturas possuem como fundamento a rejeição às ações unilaterais de países desenvolvidos e a priorização da multipolaridade, seguindo a lógica da teoria da autonomia (QUINZANI, 2019). Assim, deu-se o cenário de iniciativas de Cooperação Sul-Sul, em uma tentativa de escape às relações de dependência com o Norte Global, conferindo maior capacidade política e econômica de negociação no cenário internacional aos países envolvidos nessa lógica (RUSSELL; TOKATLIAN, 2013).

Ao longo desse processo, a China adquiriu um papel de protagonismo, tornando-se o poder hegemônico na região asiática, líder de blocos como o BRICS+ e participante ativa em iniciativas de cooperação com o Sul Global. Com isso, o país estabeleceu um novo panorama nas relações de poder mundiais, ao expandir sua influência por diversos países e fóruns internacionais a partir de seu poder político e econômico, tornando-se uma das economias mais prósperas existentes, com elevado desenvolvimento tecnológico e com um assento permanente no CSNU (COSTA, 2015).

Enquanto a China expande sua influência no Sistema Internacional como potência de grande capacidade econômica e como liderança importante do Sul Global, o Brasil apresenta uma dualidade importante de ser analisada. O Brasil tem o respeito da comunidade internacional em termos diplomáticos devido a seu posicionamento predominantemente pragmático e por estar dentre as dez maiores economias do mundo, tendo uma forte influência regional e um grande potencial de liderança. Contudo, mesmo com um direcionamento de agendas que prezam pela integração regional e a cooperação Sul-Sul no mandato atual do governo de Lula, ainda existem limitações que dificultam a autonomia periférica brasileira e sua ascensão como potência global (ARRIGHI, 2007; AMORIM, 2019).

Para Celso Amorim (2019), o Brasil lida com questões internas que precisam ser superadas, como a corrupção e a desigualdade social, mas também com frequentes mudanças de políticas de governo e diretrizes de sua política

externa. Estes fatores acabam por criar incertezas e descontinuidades estratégicas a longo prazo, enfraquecendo a posição brasileira de confiabilidade e estabilidade como ator na região. Além disso, o país possui uma forte dependência econômica com os países centrais, sendo um exportador de commodities e dependendo do mercado externo para crescer economicamente. Sua posição, assim, o vulnerabiliza a flutuações de preços e tem sua autonomia limitada para negociações internacionais por ser forçado a realizar concessões que protejam seus interesses econômicos, comprometendo sua posição de líder regional.

Tratando-se da posição brasileira na economia global, a partir das informações apresentadas na seção anterior, pode-se evidenciar como a concentração de exportação de matérias-primas por parte do Brasil restringe o país sul-americano à possibilidade de diversificar sua pauta de exportação e de, assim, conquistar autonomia em seu desenvolvimento. Ademais, nota-se como os mecanismos de cooperação sino-brasileira corroboram para o sustento de uma relação econômica desigual, no qual há concentração das exportações brasileiras para o mercado chinês em matérias-primas e recursos energéticos, ao passo que as importações se tratam majoritariamente de manufaturas (QUINZANI, 2019).

Assim, enquanto o Brasil se sustenta com uma pauta exportadora pouco diversificada ou inovativa, a China se mantém com uma pauta pluralizada e marcada pela mudança tecnológica. O estabelecimento chinês como grande fornecedor de produtos manufaturados também é preocupante ao se considerar os efeitos do comércio sino-brasileiro sobre a produção doméstica de bens para o Brasil, assim como seu impacto sobre a inserção dos produtos industrializados brasileiros no mercado internacional e mercados regionais, como o latino-americano (LIMA; VERÍSSIMO, 2022). Sendo assim, o que se observa neste cenário atual não se trata da ascensão brasileira no comércio internacional, ou de um progresso contra a lógica de sua dependência de agentes econômicos maiores, mas sim, uma transição de sua relação subalterna a potências ocidentais para uma relação de similar natureza com potências emergentes alternativas, em especial, a China (COSTA, 2015).

CONCLUSÃO

A década de 1990 foi uma importante virada nas dinâmicas internacionais, com crises sucessivas no Ocidente do centro para a periferia e com a ascensão de modelos neoliberais, com políticas de austeridade para controle de crises, privatizações sucessivas e um processo de financeirização da economia global. Com a ascensão de Deng Xiaoping no final da década de 1978, a China realizou reformas econômicas e institucionais que culminariam em um rápido e elevado crescimento, consolidando seu ingresso na OMC nos anos 2000. Com isso, segundo Arrighi (2007), a ascensão chinesa e a crise da hegemonia norte-americana corroboram para que o centro global se desloque para o Leste.

A partir disso, observam-se as relações externas chinesas, com acordos de cooperação e desenvolvimento com países africanos, aproximando-se dos países que formam o BRICS+, estabelecendo relações com países da OPEP, e tendo cautela quanto ao Ocidente. Além disso, a Nova Rota da Seda surge como um projeto de projeção de influência e oferece um modelo alternativo ao neoliberalismo de Washington, garantindo maior estabilidade da China como unidade política desde sua abertura econômica (PAUTASSO et al., 2022).

Russell e Tokatlian (2013) apontam a China como importante parceria comercial para a América Latina, em especial para o Brasil, por meio do aumento da demanda por exportações de commodities e acordos de desenvolvimento de infraestrutura e setores estratégicos. Com a tendência neoliberal e seus reflexos penetrando a periferia, ocorre o que Russell e Tokatlian chamam “reprimarização” nos setores produtivos latino-americanos, concentrando produção nacional em commodities ou no extrativismo para exportação, enquanto seu desenvolvimento industrial e tecnológico se retrai, perdendo competitividade em um processo de desindustrialização. O Brasil, mesmo como potencial liderança regional, possui desvantagem produtiva por ser um país agroexportador e depender de importação de manufatura e tecnologia, ainda que esteja buscando mais autonomia como país periférico.

Por fim, apesar de as relações de dependência serem resultados da estrutura hierárquica do sistema-mundo para Arrighi, há uma certa autonomia dos países periféricos para Jaguaribe (1979), ainda que limitada pelo domínio das potências centrais. A ascensão da China não causa alterações na estrutura antes dominada pelos EUA, apenas desloca o centro de poder de uma potência para outra. Desta forma, o Brasil se mantém em uma relação de dependência, apenas a redirecionando para uma nova potência, necessitando de maior diversificação produtiva e organização institucional para se projetar como líder regional e melhorar sua integração no Sistema Internacional para desenvolver uma maior autonomia (AMORIM, 2019).

REFERÊNCIAS

AHMAD, Naveed. Post-Mao Chinese Foreign Policy. **Pakistan Horizon**, v. 32, n. ½, p. 47-85, 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41394704>. Acesso em: 8 ago. 2024.

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. 4. Ed. São Paulo: Benvirá, 2019.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. London: Verso, 2007.

BARBOSA, Felipe Santana. **A Implantação do Plano Real e seus Impactos na Economia Brasileira**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) –Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2023.

BAUMANN, Renato; ARAUJO, Raquel; FERREIRA, Jhonatan. **As relações comerciais do Brasil com os demais BRICs**. Texto para Discussão CEPAL-IPEA, 46, 2012. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/TDs_Ipea_Cepal/tdcepal_046.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **História do BRICS, 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>. Acesso em: 7 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **2023 foi ano orientado à**

reconstrução da política externa brasileira, 5 de jan. de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/01/2023-foi-a-no-orientado-a-reconstrucao-da-politica-externa-brasileira#:~:text=2023%20foi%20ano%20orientado%20%C3%A0%20reconstru%C3%A7%C3%A3o%20da%20pol%C3%ADtica%20externa%20brasileira,-Em%20quase%20todos&text=Com%20um%20in%C3%ADcio%20de%20ano,reconstru%C3%A7%C3%A3o%20da%20pol%C3%ADtica%20externa%20brasileira>. Acesso em: 7 abr. 2024.

CALANDRIN, Karina. Da equidistância ao alinhamento: o posicionamento brasileiro no conflito Israel-Palestina. **CEBRI-Revista**, v. 3, n. 10, p. 63-83, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/208/292>.

COSTA, Guilherme Octávio Morais Costa. **A evolução do comércio entre Brasil e China: uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2015.

GASPAR, Carlos. A China e a Guerra Russo-Ucraniana. **Nação e Defesa**, v. 24, n. 1, p. 65-85, 2024. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/nacao/article/view/35476>.

HALLIDAY, Fred. **Two hours that shook the world: September 11, 2001: causes and consequences**. London: Saqi Books, 2002.

JAGUARIBE, Hélio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios internacionales**, v. 12, n. 46, p. 91-130, 1979.

LIMA, Maria Luíza Caputo; VERÍSSIMO, Michelle Poline. Relações Comerciais e Políticas entre Brasil-China e os Efeitos da Pandemia do Covid-19. **Revista Estudo & Debate**, v. 29, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/3065>.

LIMA, Maria Regina Soares de. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, v. 12, n. 6, 1990. Disponível em: <https://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=320&sid=52>.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo: IEA/USP, 2013.

MISWAR, Syarifah. The Impact of Ongoing Israel-Palestine War on China National Interest: Between Benefit and Expectation. **Journal of Middle East and Islamic Studies**, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <https://scholarhub.ui.ac.id/cgi/viewcontent.cgi?article=1080&context=meis>.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago; SOUSA, Ana Paula de; DORIA, Gaio. A Nova Rota da Seda e o dilema de Xinjiang. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 25-42, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/24535>.

PENA, Heriberto; CORDEIRO, Vitor; LISBOA, Educélio; CHAVES, Marcelo. Comércio exterior Brasil e China: do contexto histórico do relacionamento bilateral às tendências pós-pandemia da COVID-19. **Conjecturas**, v. 22, n. 17, p. 971-991, 2022. Disponível em: <https://www.conjecturas.org/index.php/diçoes/article/view/1870/1672>.

PIRES, Marcelo; PAULINO, Luiz. **As relações entre China e América Latina num contexto de crise**. São Paulo. Editora LCTE, 2011.

PRASHAD, Vijay. **The Darker Nations: A People's History of the Third World**. Nova Iorque: The New Press, 2007.

QUINZANI, Marcia. **A política externa da China para o Brasil: riscos e potencialidades (1990-2017)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/e9fafd4e-3a9e-42c4-84b1-dbf653c9ac67/content>.

RICUPERO, Rubens. A volta do Brasil a um mundo transformado por conflitos In: Balanço da política externa brasileira: primeiro ano do governo Lula. **CEBRI Revista**. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/issue/view/11/3>.

RUSSELL, Roberto.; TOKATLIAN, Juan Gabriel. América Latina y su gran estrategia: entre la aquiescencia y la autonomía. **Revista Cidob d'afers inter-**

nacionais, n. 104 p. 157-180, 2013.

SANT'ANNA, G. O posicionamento do Brasil frente ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/17183/1/22005301.pdf>

SARAIVA, Miriam; DE MELLO, Beatriz. El fracaso de la política exterior populista: la política exterior brasileña en el gobierno de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022. **Relaciones Internacionales**, v. 33, n. 67, 2024. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/15630>.

SERRA, Lucina María. **Política exterior de Brasil en el siglo XXI: ¿fin del apego regional?** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad del Salvador, 2016.

VADELL, Javier; LO BRUTTO, Giuseppe; LEITE, Alexander Cesar; CRIVELLI, Eduardo. El rol de la cooperación de China en la transformación estructural del Sur Global. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 451-475, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77452>.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A “Longa Marcha” que precedeu o desenvolvimento chinês. In: GU, Tiejun. (Org.). **Opiniões de Acadêmicos Brasileiros sobre a China**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. Berkeley: University of California Press, 2011

WIESEBRON, Marianne. “Política Externa Independente”, from Geisel to Lula. **Iberoamericana**. V. 16, n. 62, p. 27-42, 2016. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43901534>.

WORKMAN, Daniel. **China's Top Partners**, 2024. Disponível em: <https://www.worldstopexports.com/chinas-top-import-partners/>. Acesso em: set. 2024.

BRASIL E CHINA NA AMÉRICA DO SUL: PERDA DA LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA FRENTE À ASCENSÃO CHINESA

Gisele Gregorio¹³
Júlia Lovato Flores¹⁴
Thais Elizabeth Muller¹⁵
Yasmin Matos Siqueira¹⁶

INTRODUÇÃO

No contexto do novo regionalismo com o fim da Guerra Fria, a América do Sul foi um dos territórios que se destacou ao buscar na integração regional uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social (Carneiro; Bruhn, 2018). Nesse processo, o Brasil demonstrou características necessárias para assumir a liderança regional, sendo uma dessas características a disposição e o engajamento internacional (Carvalho; Gonçalves, 2016). Assim, os primeiros governos de Lula da Silva (2003-2010) marcaram um momento de presença internacional e diplomacia ativa com foco na integração e no multilateralismo (Carvalho; Gonçalves, 2016; Carneiro; Bruhn, 2018). Todavia, uma sequência de crises domésticas, crises internacionais e mudanças no cenário internacional levaram a uma retração da política externa brasileira, abalando a recém-estabelecida posição de líder regional (Carneiro; Bruhn, 2018). Concomitante

13 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: giselegregorio@gmail.com

14 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: julovatofl@gmail.com

15 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: thais.elizabethmuller@gmail.com

16 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: minsiqueira7@gmail.com

a esse cenário, observa-se a crescente presença econômica, política e cultural da China na região da América do Sul (Carneiro; Bruhn, 2018; Peters, 2020).

Nesse contexto, o presente artigo estabelece como objetivo principal definir a dinâmica da relação entre China e América do Sul e entender os impactos disso na posição regional brasileira. Buscamos realizar uma retomada histórica das posturas brasileira e chinesa frente a América do Sul, entender semelhanças e diferenças das políticas externas propostas por Brasil e China, estabelecendo argumentos que demonstrem as mudanças da atuação brasileira na região e a reação chinesa a essas mudanças, bem como discutir os desafios e as perspectivas futuras para as relações entre ambos com a região sul-americana. Dessa forma, este artigo testa a hipótese de que a retração da política externa brasileira levou à perda do seu papel de líder regional e, assim, abriu um espaço progressivamente ocupado pela China em sua busca por maior atuação política na região.

A partir disso, o artigo é estruturado em cinco etapas: primeiramente apresenta-se uma contextualização histórica da posição política do Brasil na América do Sul e da presença da China na região. Na segunda etapa, comparam-se as políticas externas brasileira e chinesa sob diferentes perspectivas, enquanto na terceira, estuda-se a mudança de postura internacional em diferentes governos brasileiros no século XXI, para, desse modo, entender a retração do país e definir o alcance da ascensão da China na região. Na sequência, abordam-se desafios e perspectivas futuras para as relações sino-sul-americanas e suas possíveis consequências para o Brasil. Por fim, conclui-se com uma análise dos pontos discutidos ao longo deste artigo e propõem-se considerações finais sobre os resultados alcançados.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL

Desde a redemocratização no final dos anos 1980, o Brasil adotou uma estratégia próxima à consolidação de sua posição como potência regional. Essa abordagem reflete na criação de diversas iniciativas para a integração econô-

mica e política da região, com o uso de mecanismos diplomáticos. A política externa brasileira, atualmente, continua a enfatizar a integração regional e a cooperação internacional, posicionando o país como um ator central nas negociações comerciais globais e em questões ambientais. Além disso, o Brasil tem fortalecido suas relações com o Sul Global, o que é evidenciado pela participação no BRICS, bem como no MERCOSUL e na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na região (Cervo; Bueno, 2002; Laurente, 2019). O termo “Sul” é relevante, pois, geralmente, denota uma fonte de identidade nacional e transnacional, pressupondo um “Norte”, dito isso, o “Sul” reconheceria a sua natureza de dependência relacional com esse “Norte” (Silva; Spohr; Da Silveira, 2016). Essa noção de identidade é utilizada pelo Brasil como meio de atingir seus objetivos e fortalecer laços diplomáticos.

O Brasil, juntamente com a Argentina, Paraguai e Uruguai, estabeleceu o MERCOSUL em 1991, visando promover o livre comércio e a fluidez de mercadorias, pessoas e capitais entre os países-membros. Posto isso, a liderança do Brasil no MERCOSUL é evidenciada pela sua participação ativa nas negociações e na formulação de políticas que moldaram o bloco. Essa liderança também se manifesta na busca por parcerias externas para o MERCOSUL, demonstrando a intenção do país em posicionar o MERCOSUL como um ator relevante no cenário global. Outra iniciativa importante é a UNASUL, fundada em 2008, que visa fortalecer a cooperação política, social, econômica e cultural entre os países sul-americanos. A UNASUL, embora menos ativa nos últimos anos, foi uma tentativa do Brasil de promover a integração regional com base em um projeto que vai além das questões econômicas e adentra o campo da segurança, infraestrutura e cooperação em saúde. A liderança do Brasil na UNASUL foi fundamental, pois o país buscava se firmar como mediador em crises políticas regionais e como promotor de um modelo de integração mais abrangente (Vigevani; Júnior, 2014).

Além disso, ao analisar a política externa brasileira por meio de métodos quantitativos, o estudo de dados econômicos sobre o comércio intrarregional no MERCOSUL permite identificar o impacto concreto das políticas de integração, com base em indicadores como volume de comércio, fluxos de in-

vestimento e crescimento econômico dos países-membros. Em complemento, os métodos qualitativos, como a análise de discursos diplomáticos e estudos de caso, são essenciais para entender as motivações políticas e ideológicas que sustentam a liderança do Brasil na América do Sul (Potter, 2010; Silva, 2023).

ASCENSÃO DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL

Desde que o Brasil passou a se colocar na posição de desempenhar um papel de liderança na integração sul-americana, especialmente entre os séculos XIX e XX, houve a contestação do seu papel na região. Cada vez mais, a presença crescente da China na América do Sul pode ser interpretada como desafio à estratégia de liderança regional do Brasil, que enfrenta agora a concorrência de um ator externo que oferece investimentos e parcerias atraentes para os países vizinhos (Borges, 2021). A política externa brasileira precisa, portanto, ajustar-se a essa nova realidade, equilibrando suas relações com a China, enquanto tenta manter sua influência na região (Medeiros; Cintra, 2015).

Em relação à ascensão chinesa, é possível observar que nas últimas décadas a China emergiu como um ator de destaque na América do Sul, especialmente por meio de investimentos maciços em infraestrutura, recursos naturais e parcerias comerciais. O avanço chinês na região pode ser observado no aumento do volume de comércio entre a China e os países sul-americanos, assim como na crescente presença de empresas chinesas em setores estratégicos da região. Além disso, a Iniciativa do Belt and Road Initiative (BRI) expandiu sua influência na América do Sul, por meio do financiamento de grandes projetos de infraestrutura que não só fortalecem a presença econômica chinesa, mas também criam laços diplomáticos mais fortes com a região (Almeida, 2023). Com a ascensão comercial da China, especialmente entre 2001 e 2008, a necessidade por matérias-primas e a expansão de mercados, associadas ao crescimento populacional, fizeram com que a China se aproximasse cada vez mais dos países da América Latina e do Sul Global (Laurent, 2019).

A China tem se tornado o principal parceiro comercial de vários países sul-americanos, superando os Estados Unidos em termos de volume de co-

mércio. Dito isso, as vantagens do comércio chinês sobre as demais economias têm relação com seu alto índice populacional, já que o país dispõe de uma abundância de mão de obra e é, assim, capaz de produzir mercadorias a baixo custo em comparação aos Estados Unidos e à Europa. Isso resultou em muitos interessados pelos seus produtos, especialmente os países em desenvolvimento da América Latina. Países como Brasil, Argentina, Chile e Peru têm visto uma crescente dependência de suas exportações para a China, especialmente em produtos primários (Medeiros; Cintra, 2015).

A cooperação diplomática entre a China e os países sul-americanos tem se intensificado, à medida que o país tem participado de fóruns multilaterais e acordos bilaterais para promover sua agenda na região. Essa diplomacia econômica é uma ferramenta que complementa os investimentos chineses, consolidando sua influência na América do Sul. A partir da observação dessa relação centro-periferia, é possível inferir os interesses econômicos e comerciais como condutores da manutenção das relações estáveis com a região, evitando atrito no campo político (Jenkins, 2015).

COMPARAÇÃO DAS POLÍTICAS EXTERNAS

Tendo em vista a análise comparada das políticas das duas nações na América do Sul, é fundamental compreendê-las em importantes âmbitos do exercício do poder, visando demonstrar suas semelhanças e particularidades. Assim, nesta seção serão abordadas as questões econômicas, as questões políticas e diplomáticas, e a questão militar.

ABORDAGEM ECONÔMICA

Primeiramente, dentro dessa análise, será estudada a comparação das políticas externas de ambos os países no setor econômico, ressaltando suas iniciativas e como essas podem impactar nas relações com o território sul-americano. Nesse sentido, no que tange ao Brasil, nota-se um posicionamento que visa se beneficiar das oportunidades do sistema internacional, como as trocas com os países emergentes em ascensão do BRICS, ao mesmo tempo que visa

instigar a cooperação das nações do sul nesse âmbito, com foco na integração regional (Saraiva, 2007).

Após a década de 1990, o liberalismo tornou-se o marco de referência da economia internacional e, conseqüentemente, das políticas de ajustes internos dos Estados. Diante disso, os países do sul passaram a enfrentar novos constrangimentos e também novas alternativas para inserção no mercado internacional. Assim, o Brasil viu-se diante de um processo de liberalização condicionada, com características próprias do liberalismo, devido à presença tanto de ideias liberalizantes quanto desenvolvimentistas. Além disso, a grande diferença do avanço tecnológico entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e o uso da democracia como características de adesão ao bloco ocidental também foram fatores que moldaram as políticas econômicas internas e externas brasileiras (Saraiva, 2007).

Nesse contexto, o regionalismo surgiu como um mecanismo que se alinhava com os pontos da nova realidade internacional, anteriormente citados, a fim de garantir essa inserção internacional brasileira. Logo, a ideia de liberalização e a categorização como nação emergente buscando se estabelecer no cenário global uniu-se à cooperação Sul-Sul, a qual teve uma de suas principais dimensões na busca do fortalecimento do relacionamento do MERCOSUL e das relações de cooperação do Brasil com os demais países do bloco, principalmente a Argentina (Saraiva, 2007).

Com isso, com o contexto de uma nova agenda internacional pós-Guerra Fria, o Brasil assumiu um papel essencial nas dinâmicas econômicas e políticas da região, tornando-se uma potência média com grande relevância regional, a qual têm capacidade de articular consensos e ganhou maior peso na ordem mundial, o que também se manifesta na sua postura econômica (Laffer, 2000). Adotamos a definição de potência média conforme Silva, Spohr e Silveira (2016), entendendo-a como uma categoria de nações que não possuem poder nem autonomia suficiente para influenciarem sozinhas o Sistema Internacional, mas que, combinando seu poder por meio de alianças encontram espaço para tal, principalmente com o cenário e o caráter do Sistema Internacional após a Guerra Fria (Silva; Spohr; Da Silveira, 2016). Entretanto,

com o passar do século XXI, notam-se os desafios ligados a essa posição, no aspecto econômico destacam-se as condições de competitividade, tendo em vista que os produtos brasileiros não conseguem competir com os produtos de outras nações, principalmente a chinesa, até mesmo na América do Sul. Desse modo, a autonomia brasileira acaba sendo questionada diante desse cenário e os mecanismos de integração regional se tornam uma temática cada vez mais debatida dentro dos norteadores de política externa do país, apesar de suas oscilações e do interesse de parte da elite econômica em não alterar o status quo do mercado internacional (Vigevani; Júnior, 2014).

Por outro lado, a China apresenta uma notável expansão em relação à sua política externa, haja vista a maior presença em fóruns e organizações de cooperação, além do desenvolvimento de relações mais intensas com outras regiões, como a África e a América Latina. Diante disso, é fundamental compreender a estratégia internacional chinesa e os mecanismos econômicos que a ela se comunicam (Montenegro, 2019).

Durante a sua história, a nação chinesa apresentou uma narrativa diferente da programada pelos países ocidentais, o que alterou sua posição nas relações internacionais. No século XX, pode-se notar, com o período de abertura econômica, uma estratégia de aproximação com o Terceiro Mundo, o que se aprofundou ainda mais com o decorrer da Guerra Fria. Essa conexão com as regiões subdesenvolvidas é gerada justamente pelo sentimento de solidariedade contra as práticas imperialistas promovidas pelas potências ocidentais. Assim, iniciam-se as bases de uma estratégia de desenvolvimento discreto na busca das aspirações nacionais, por meio da cooperação e investimentos nessas áreas (Montenegro, 2019).

Entretanto, com o século XXI, o desenvolvimento pacífico estratégico encontrou alguns desafios, que estavam ligados à pressão para o país assumir mais responsabilidades em assuntos de segurança, à relação com os Estados Unidos e também à relação com os Estados vizinhos (Montenegro, 2019). Além disso, é notável a expansão da influência de empresas estatais e privadas na política externa chinesa nesse período.

Com isso, dentro de seu objetivo de assegurar o acesso a recursos energéticos para garantir a continuidade do seu crescimento econômico – pilar da sua ascensão na posição de potência –, a China desenvolve estratégias de investimentos e parcerias comerciais, como a Nova Rota da Seda, e vem reiterando sua mudança de paradigma de “fraca e frágil” para forte e influente, principalmente pelo sucesso do seu modelo econômico. Dentro desse contexto, a presença chinesa no hemisfério sul como um parceiro que apresenta os melhores resultados como país em desenvolvimento, contrastando da ideia ocidental de ditar regras para o desenvolvimento que há anos demonstram não ter efetividade no Terceiro Mundo, desafia os interesses de outras potências e tende a se tornar cada vez mais presente na região, através da defesa de iniciativas como o BRICS, o qual tem em vista defender as agendas do sul global no debate internacional (Mendes, 2010).

DIPLOMACIA E COOPERAÇÃO POLÍTICA

Nesta seção, busca-se explorar a comparação das políticas externas brasileiras e chinesas na América do Sul, com destaque à diplomacia e à cooperação política. Para atingir esse objetivo, serão analisados diversos fatores, como a diplomacia cultural e iniciativas de cooperação multilateral realizadas pelo Brasil. Além disso, será debatido a diplomacia de soft power e os acordos bilaterais com países sul-americanos firmados pelo governo chinês.

Nesse sentido, para se estudar a posição do Brasil, e conseqüentemente sua postura em relação à América do Sul, é necessário compreender o conceito de diplomacia cultural, e qual efeito ela tem na política externa nacional. Dessa forma, diplomacia cultural se conceitua como o uso das relações culturais como meio de atingir objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas política, econômica ou comercial (Ribeiro, 2011). A diplomacia cultural, segundo Barros, “possui várias vertentes como intercâmbio de pessoas, promoção das artes e dos artistas, ensino da língua como veículo de valores, distribuição integrada de material para divulgação, apoio a projetos de cooperação intelectual entre outros” (2019, p. 20). Nessa ótica, é possível afirmar que a diplomacia cultural pode ser um instrumento para a disseminação de uma

determinada agenda por um Estado. Isso fica claro no caso brasileiro quando o país adota medidas que ampliem sua influência na América do Sul, como a instalação do Instituto Guimarães Rosa – responsável por promover a língua portuguesa e a cultura do Brasil no exterior em pelo menos oito países da região, ou no estímulo de trocas educacionais com bolsas de estudo e parcerias com universidades sul-americanas.

Nesse cenário, a política externa chinesa com relação à América do Sul também articula o soft power, tal qual o Brasil com a diplomacia cultural, para exercer sua autoridade na região, por vezes utilizando a mesma estratégia com o respectivo Instituto Confúcio, que pretende promover a língua e a cultura chinesa globalmente, fortalecendo os laços culturais e educacionais com outros países. Uma vez que a organização contribui para a construção de uma imagem positiva da China e facilita o entendimento cultural, o que pode favorecer interesses econômicos e diplomáticos. Ademais, o país exerce outros mecanismos para cumprir sua política externa na região, como as iniciativas de cooperação multilateral. Sob essa conjuntura, pode-se identificar que:

Frente a um cenário em que o Atlântico Sul assume nova importância geopolítica, tanto para os atores da região quanto para os de fora, o Brasil utiliza a cooperação para promover a construção de uma identidade regional que começa a alterar as relações de poder nesse espaço (Abdenur; Souza Neto, 2014, p. 1).

Ou seja, a nação brasileira aproveita a formação de acordos em diversas esferas para estabelecer sua influência no continente sul-americano e promover uma certa coesão entre os países. Evidência disso é o papel central do país como um dos principais arquitetos e participantes de organizações regionais, como o MERCOSUL, a UNASUL e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). O mesmo mecanismo de cooperação multilateral e bilateral é, também, executado pela China, sendo um dos exemplos mais claros a BRI e sua expansão para a América do Sul. Nesse sentido, a China tem expandido a BRI para a América do Sul, financiando projetos de infraestrutura como portos, ferrovias, estradas e telecomunicações (Mendonça et al., 2022). Além disso, o país ainda é um dos principais parceiros comerciais da América

do Sul, importando commodities como soja, petróleo e minérios, e exportando produtos manufaturados, mantendo-se sempre presente na região.

SEGURANÇA E INFLUÊNCIA MILITAR

Neste recorte, pretende-se comparar o envolvimento de ambos os países em questões de segurança e defesa na região. Para isso, serão estudados os países de forma individual e interrelacionados. O Brasil, tradicionalmente, atua como liderança regional na segurança e defesa, promovendo a cooperação multilateral mediante organizações como a UNASUL e participando ativamente em missões de paz internacionais (Pagliari, 2010). Sua estratégia de defesa é orientada para a construção de confiança e o fortalecimento da segurança regional. A UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) têm o objetivo de promover a cooperação em segurança e defesa entre os países sul-americanos, consolidando a capacidade regional de resposta a crises e fomentar a confiança mútua, para isso os países realizam treinamentos conjuntos, exercícios militares, e desenvolvem políticas comuns de defesa e segurança (Pagliari, 2010).

Já a estratégia da China é mais orientada para a expansão de sua influência através de vendas de armas, acordos de cooperação militar e investimentos em infraestrutura de defesa. Embora ainda não tenha uma presença militar direta significativa na América do Sul, sua abordagem de soft power em segurança e defesa complementa sua estratégia econômica mais ampla. Ou seja, a China tem se tornado uma importante fornecedora de equipamento militar para vários países sul-americanos, incluindo sistemas de defesa aérea, veículos blindados e navios (Duarte, 2016). Essa venda de armas é uma forma de expandir sua influência e fortalecer relações bilaterais, oferecendo uma alternativa aos fornecedores tradicionais como os Estados Unidos e a Rússia (Duarte, 2016).

Portanto, a partir dessa análise, é possível estabelecer que a crescente presença chinesa no setor de segurança e defesa na América do Sul pode representar uma mudança significativa no equilíbrio de poder na região. Nesse sentido, oferecem-se aos países sul-americanos novas opções e alternativas de

parceiros estratégicos, ao mesmo tempo que se levantam questões sobre dependência e soberania.

PERDA DE ESPAÇO DO BRASIL COMO LÍDER REGIONAL E A ASCENSÃO CHINESA

A perda de espaço do Brasil como líder regional na América do Sul é uma hipótese que pode ser analisada à luz das políticas externas adotadas pelos últimos quatro presidentes do país: Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Assim, em um primeiro momento, durante o primeiro e segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o Brasil se consolidou como um ator central na região, promovendo a integração sul-americana por meio de organismos como o MERCOSUL e a UNASUL, além de buscar favorecer uma aproximação entre países emergentes (Carneiro; Bruhn, 2018). Além disso, o protagonismo brasileiro foi reforçado por uma diplomacia ativa, marcada tanto por uma diplomacia de cúpulas quanto por um forte alinhamento entre o presidente e seu Ministro das Relações Exteriores, e pela expansão econômica do país (Silva, 2021).

No período subsequente, com a chegada de Dilma Rousseff ao poder, houve uma continuidade das diretrizes gerais estabelecidas por Lula, mas com algumas adaptações devido ao novo cenário econômico e político, tanto interno quanto externo, esse cenário era marcado por restrições domésticas em um contexto de crise política e condicionantes sistêmicos em um contexto de crise econômica internacional. Dessa forma, apesar de ser um momento em que se estabeleciam medidas de integração e projetos internacionais criados no governo Lula, e que, portanto, não deixavam espaço para uma política externa tão ativa, o contexto global era diferente do enfrentado pelo presidente anterior, sendo assim possível perceber, especialmente no segundo mandato de Dilma Rousseff, uma política externa tímida (Silva, 2021). Do ponto de vista de Carneiro e Bruhn (2018), o governo Dilma se ausentou dos debates sobre o futuro da América Latina, perdendo assim um pouco de seu protagonismo.

Após o impeachment da presidenta, em 2016, o presidente interino Michel Temer, embora tenha proposto ajustes da política externa brasileira, bus-

cando uma reaproximação com parceiros tradicionais por meio da busca pela política de alinhamento, seguiu com uma baixa participação internacional, colocando a política externa em segundo plano e acentuando a retração da pauta (Carneiro; Bruhn, 2018).

Já no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), é possível identificar dois momentos: um ideológico e um pragmático. Assim, o momento ideológico é visto no primeiro ano de Bolsonaro na presidência, marcado por diversas falas e posicionamentos que afastaram o Brasil da China enquanto parceiro estratégico, em uma insistência na política de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo momento, resultado de uma pressão de grupos com interesses econômicos ligados às relações sino-brasileiras, é, portanto, o pragmático, em que os investimentos, as oportunidades e o cenário comercial se sobressaíram na formulação da política externa (Marra et al., 2021). Todavia, apesar da mudança, esse momento ainda foi marcado por um distanciamento das tradições diplomáticas brasileiras relacionadas ao multilateralismo e à integração regional (Maringoni; Schutte; Berringer, 2021).

Assim, essa sequência de governos apresenta uma mudança na política externa que leva a uma perda de espaço brasileiro no contexto da América do Sul, em que antes protagonizava como líder regional, causada pela retração da política externa na sequência de governos apresentada. Dessa forma, esse cenário contribuiu para um avanço chinês significativo na região, por meio de contínuos investimentos em infraestrutura e buscando cooperar com os países sul-americanos em diversos setores. Ademais, além da vontade de estabelecer uma relação de cooperação com a América do Sul, o país asiático possui recursos para financiamentos e parcerias econômicas, além de instituições necessárias para isso, a exemplo do Novo Banco de Desenvolvimento (Carneiro; Bruhn, 2018; Peters, 2020).

Todavia, apesar do cenário pessimista apresentado, é preciso destacar alguns fatores que limitam o protagonismo chinês na região e indicam que o Brasil permanece ocupando um papel central. Primeiramente, é preciso entender que o cenário internacional chinês ainda é de disputa com os Estados Unidos, e mesmo sua presença na América do Sul é marcada por essa disputa, de

forma que, para assumir uma dominância política, exercendo influência não apenas econômica na região, seria preciso superar a hegemonia norte-americana (Peters, 2020). Assim, Peters (2020), argumenta que os Estados Unidos continuam sendo o ator mais importante na região, da perspectiva qualitativa, sendo a América do Sul um território essencial para a política de poder do país. Nesse cenário, a presença chinesa é muito questionada pelos líderes norte-americanos, sendo possível destacar um momento de maior inflexão no governo de Donald Trump (2017-2020), no qual o 45º presidente dos Estados Unidos demonstrou sua desconfiança e descontentamento com essa presença em críticas públicas as intenções, práticas e impactos da China em suas relações com a América Latina (Niu, 2020). Assim, entende-se que, devido à força e influência de ambos os países na região, os países sul-americanos, especificamente, não teriam capacidades o suficiente para escolher manter relações apenas com os Estados Unidos ou apenas com a China, uma vez que aqueles que tentaram – como Argentina, Brasil e Venezuela – sofreram consequências econômicas e políticas. Dessa forma, a busca por neutralidade ou equidistância que se faz necessária aos países da região dificulta a ascensão chinesa enquanto líder político (Peters, 2020).

Outro fator que a China precisaria superar é a desconfiança. Isso porque, em uma região com histórico marcado pela interdependência e por intervenções externas que se mostraram prejudiciais, alguns países compartilham o ceticismo dos Estados Unidos em relação às intenções da China na região (Myers; Ray, 2020). Além disso, Peters (2020) sinaliza que diferentes perspectivas argumentam haver utilização da “armadilha da dívida” na presença chinesa, e esse argumento muitas vezes se associa com apontamentos de uma nova relação de dependência que pode ser gerada entre os países sul-americanos e a China. Esse receio e desconfiança estimula esses Estados a buscarem diversificar suas parcerias, recorrendo a antigos parceiros, como os Estados Unidos e os países europeus.

Ademais, pode-se destacar que muitos dos indicadores da força de atuação da China na América do Sul são permeados por uma intermediação brasileira, a exemplo disso está o já NBD e o Banco Asiático de Investimento em

Infraestrutura, ambos bancos multilaterais de investimento que apresentam como membros fundadores China e Brasil (Niu, 2020). Outro indicador da presença brasileira nas relações chinesas com a América do Sul é que o Brasil é frequentemente apontado como um dos “vencedores” do comércio com a China, uma vez que as trocas comerciais sino-brasileiras se mostram muito benéficas para setores importante, como o agronegócio brasileiro (Jenkins; Peters; Moreira, 2008). Nesse cenário, apesar de forte ator econômico na América do Sul, a China não consegue se estabelecer como dominância política, um papel que ainda é exercido pelo Brasil como líder regional.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Para o início da discussão sobre perspectivas futuras para as relações e políticas externas chinesas e brasileiras, acerca da América do Sul, é relevante compreender que o conceito de “Sul Global” denota uma dependência relativa entre o “Norte” e o “Sul”. Nesse sentido, pode-se considerar que as mobilizações conjuntas entre China e Brasil com a América do Sul serviriam como estratégias de organização baseadas na crítica ao sistema internacional contemporâneo devido às assimetrias de poder e recursos entre o “Sul e o Norte” (Silva; Spohr; Da Silveira, 2016). Após esse entendimento, é possível debater sobre os desafios, tendências, mudanças e possíveis cenários dos comportamentos chineses e brasileiros dentro de uma resposta do “Sul Global”.

Entre os desafios, destaca-se a possível alteração no equilíbrio de poder regional. Isso pode ocorrer porque o Brasil enfrenta desafios internos significativos, como crises políticas e econômicas, que enfraquecem sua capacidade de liderar a região. Essa situação, combina-se com a diminuição de prioridade a continuidade de suas políticas externas multilaterais na América do Sul. Assim, a redução do investimento em diplomacia e cooperação regional têm contribuído para uma diminuição de sua influência na região. No entanto, a China tem consolidado sua presença na América do Sul por meio de investimentos maciços e acordos bilaterais. Evidência disso é a crescente dependência de exportações de commodities para a China, que movimenta a maioria das economias sul-americanas (Vadell, 2011).

Além disso, faz-se possível uma análise de possíveis perspectivas e cenários futuros. Nesse sentido, uma das possibilidades de política externa que a China e o Brasil podem estabelecer seria uma conjuntura de cooperação ampliada, em que ambos conseguem encontrar um equilíbrio de interesses e trabalham juntos para promover o desenvolvimento sustentável e a estabilidade regional. Isso envolveria uma divisão de papéis onde o Brasil, com sua liderança histórica, e a China, com seus recursos econômicos, colaboram em projetos que beneficiam a região. Porém, uma outra perspectiva pode ser, também, o contrário com um cenário de competição intensificada. Nesse contexto de competição, Brasil e China poderiam se encontrar em lados opostos de questões estratégicas, como a governança da infraestrutura digital e a segurança regional, o que poderia fragmentar ainda mais a coesão regional e complicar a cooperação multilateral. Portanto, o futuro das relações e políticas externas entre o Brasil, a China e a América do Sul dependerão de como os atores regionais e extrarregionais responderão aos desafios atuais e aproveitarão as oportunidades de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos inferir algumas conclusões sobre as relações entre Brasil e China e a influência dos países dentro da América do Sul. O território sul-americano tem sido alvo da nação chinesa na sua busca por influência hegemônica, o que, de acordo com a conceituação de Hélio Jaguaribe, envolve os potenciais econômico, político-militar e tecnológico (Jaguaribe, 1979). A partir dessa conceituação, é notável a orientação da política externa chinesa na totalidade desses setores a fim de alcançar estratégias que garantam sua expansão e desenvolvimento, ligadas com essa ideia, sendo a África e a América Latina os palcos principais dessa escalada de atuação.

Essas iniciativas da China no Sul Global não são repentinas. Principalmente a partir do fim da Guerra Fria, o Estado chinês tem investido na cooperação com os países do Terceiro Mundo, despontando como um líder e exemplo para as nações subdesenvolvidas, ao mesmo tempo em que corrompe a narrativa ocidental de desenvolvimento. Com isso, a China ganhou espaço

político e econômico na América do Sul por meio dessas ações estratégicas, questionando a preponderância da liderança brasileira e, até mesmo, a autonomia dos Estados da região.

Em contrapartida, as políticas brasileiras na América do Sul são resultadas do uso da ferramenta do regionalismo como forma de se estabelecer no cenário internacional com as mudanças ocorridas no final do século passado. Dessa maneira, a cooperação Sul-Sul tornou-se uma das principais estratégias brasileiras para seu desenvolvimento e, assim, o Brasil passou a ser visto como detentor de uma primazia regional na região, por sua liderança em várias esferas, como a posição de exemplo nos organismos internacionais (Jaguaribe, 1979). Todavia, essa classificação de líder regional rapidamente passou a ser questionada pela subordinação às ações chinesas e pela dificuldade brasileira de exercer essa posição de maneira plena e constante, assim, é visível a retração da política externa do país nesse sentido.

A partir disso, duas classificações são fundamentais para o entendimento desse fenômeno da perda de espaço de influência brasileiro para a presença da China: a questão da autonomia e a relação de dependência. Primeiramente, para o Brasil exercer a classificação de primazia regional, antes precisa ter garantido de maneira inquestionável sua condição de autonomia, o que não ocorre, pois, por mais que a nação brasileira tenha um grau de autonomia superior a grande parte dos países subdesenvolvidos e se enquadre como um dos principais emergentes do Terceiro mundo, ainda são perceptíveis políticas orientadas por interesses estrangeiros, como a presença da própria influência econômica chinesa na região, que dificulta a atuação das empresas locais no território.

A segunda classificação – a relação de dependência – acomete a América do Sul de maneira extremamente forte, tendo em vista que a maioria dos Estados sul-americanos são subdesenvolvidos produtores de commodities que possuem sua base econômica pautada na exportação dessas matérias-primas para importar bens de consumo e tecnológicos. Dentro desse cenário, a aproximação da região com a China manteve essa lógica e, assim, a concorrência com os produtos chineses dificulta o crescimento local e, até mesmo, o comér-

cio na região. Além dessas classificações teóricas, as diferenças e as mudanças da política externa brasileira nos últimos mandatos presidenciais também foram essenciais para o apagamento da ideia da liderança brasileira perante a China.

Outrossim, a aproximação das relações com a China também trouxe benefícios para o território sul-americano, principalmente quando se trata do objetivo chinês de incitar a cooperação do Sul Global e defender seus interesses nas agendas internacionais, o que claramente tem atraído o foco das discussões para o Terceiro Mundo e suas dinâmicas, quebrando com o paradigma ocidental em relação a esses países. Portanto, como já abordado nas seções anteriores, a ascensão chinesa e sua expansão na América do Sul já é uma realidade e, apesar da existência de um apagamento da liderança do Brasil dentro desse contexto, é possível orientar as políticas para uma relação de cooperação – ao invés de uma troca centro-periférica – com base no preceito e identidade compartilhados de desenvolvimento do Sul Global. Entretanto, para que isso ocorra, é necessária uma posição mais ativa do Brasil em suas políticas externas e a busca por, cada vez mais, uma aproximação do bloco sul-americano. Dessa forma, talvez a liderança brasileira dentro do bloco poderá coexistir com a presença chinesa.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes. Brazil and the Cooperation in Defense: Building a Regional Identity in the South Atlantic. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/m3W3TxbXMFpL-TRYyDgXXHhG/#>.

ALMEIDA, Rafael. Iniciativa Cinturão e Rota e as relações China-América Latina. **Mural Internacional**, v. 14, e74301, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/74301>.

BARROS, Carla Cristina de Oliveira. **Diplomacia Cultural como Instrumento da Política Externa Brasileira**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu>.

br/bitstream/11612/1425/1/Carlla%20Cristina%20TCC%20Rela%c3%a7%-c3%b5es%20Internacionais.pdf.

BORGES, Fábio. **As influências da China e suas relações com a América Latina**. Universidade da Integração Latino-Americana, 2021. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/as-influencias-da-china-e-suas-relacoes-com-a-america-latina>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CARNEIRO, Camila Pereira, BRUHN, Milene Meneghetti. O Brasil e a integração sul-americana. In: RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; DA SILVA, Augusto César Pinheiro; SILVA, Gutemberg de Vilhena (Eds.). **A Integração Sul-Americana e a Inserção das Regiões Periféricas**. II Congresso de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Porto Alegre: Letra1, 2018.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise da sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 222-248, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v11n3.2016.570>.

CERVO, Luiz Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2002.

DUARTE, Paulo. As incursões da China na América Latina e Atlântico Sul/China's incursions in Latin America and the South Atlantic. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/5944>.

JAGUARIBE, Hélio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios internacionales**, v. 12, n. 46, p. 91-130, 1979.

JENKINS, Rhys. La expansión de China en América Latina. In: BACA, Sebastián Mantilla (Ed.). **La expansión global de China y su impacto en América Latina**. Quito: Gráficas V&M, 2015.

JENKINS, Rhys; PETERS, Enrique Dussel; MOREIRA, Maurício Mesquita. The Impact of China on Latin America and the Caribbean. **World Development**, v. 36, n. 2, p. 235-253, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.06.012>.

LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 260-267, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/>

ea/a/wTFznjZqZVt74VPr8q86kMR/.

LAURENTE, Gabriel. **A presença chinesa na América Latina: dinâmica das relações e da diplomacia comercial**. NUPRI-USP, 2019. Disponível em: <https://nupri.prp.usp.br/blog/a-presenca-chinesa-na-america-latina-dinamica-das-relacoes-e-da-diplomacia-comercial/>. Acesso em: 5 ago 2024.

MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana. Política externa brasileira em um mundo em transformação: o governo Bolsonaro. In: MARINGONI, Gilberto; SCHIT, Giorgio; BERRINGER, Tatiana (Orgs.). **As bases da política externa bolsonarista: Relações Internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: EdUFABC, 2021.

MARRA, Ana Tereza Lopes; SCHUTTE, Giorgio; TEIXEIRA, Ana Paula; BELASQUES, Bruna; CASTRO, Bruno. Relações Brasil-China no governo Bolsonaro: da ideologia ao pragmatismo. In: MARINGONI, Gilberto; SCHIT, Giorgio; BERRINGER, Tatiana (Orgs.). **As bases da política externa bolsonarista: Relações Internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: EdUFABC, 2021.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/DxWvvnvThGXqwWN8FBkgVXqK/?lang=pt#>.

MENDES, Carmen Amado. A China e a cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, n. 26, p. 39-46, 2010. Acesso em: 29 jul. 2024.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de; NUNES, Ticiane; UNGARETTI, Renato; MARCO, Giulia Di. Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e a Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento da China na América Latina: Entre Adesões e Hesitações. **Revista Tempo do Mundo**, n. 29, p. 165-206, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/382>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MONTENEGRO, Renan. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, n. 2, p. 297-329, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8931>.

MYERS, Margaret; RAY, Rebecca. China in Latin America: Major Impacts

and Avenues for Constructive Engagement A U.S. Perspective. **China Currents**, v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.chinacenter.net/category/china-currents/19-1/>

NIU, Haibin. Building Development Partnership: Engagement between China and Latin America. **China Currents**. Vol. 19, No. 1, 2020. Acesso em: 12 ago. 2024.

PAGLIARI, Graciela De Conti. Segurança e Defesa na América do Sul: A Cooperação Regional e o Papel do Brasil. **Diálogo**, n. 16, p. 13-29, 2010.

PETERS, Enrique Dussel. China's Recent Engagement in Latin America and the Caribbean: Current Conditions and Challenges. **China Currents**, v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.chinacenter.net/category/china-currents/19-1/>

POTTER, Philip. Methods of foreign policy analysis. In: **Oxford research encyclopedia of international studies**, 2010.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu Papel na Política Externa Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/824-Diplomacia_Cultural_-_Seu_papel_na_Politica_Externa_Brasileira_2011.pdf.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero; DA SILVEIRA, Isadora Loreto. From Bandung to Brasilia: IBSA and the political lineage of South-South cooperation. **South African Journal of International Affairs**, v. 23, n. 2, p. 167-184, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305886742_From_Bandung_to_Brasilia_IBSA_and_the_political_lineage_of_South-South_cooperation.

SILVA, André Luiz Reis da. Retraction or consolidation? The follow-up phase in Dilma Rousseff's foreign policy (2011-2016). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 1, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202100112>.

SILVA, André Luiz Reis da. **Repensando a Política Externa Brasileira**

(1822-2022): Novas Abordagens e Interpretações. Porto Alegre: Editora Appris, 2023.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 57-79, 2011.

VIGEVANI, Tullo; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, v. 57, n. 2, 2014.

PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-CHINA: A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE LULA A BOLSONARO (2003-2022)

*Anita Machado de Oliveira*¹⁷

*Eduardo Hippler Wollmann*¹⁸

*Laura Griesang Sant'Anna*¹⁹

*Mariana Carbonera Trintinaglia*²⁰

*Martina Trujillo Renck*²¹

INTRODUÇÃO

A ascensão do chamado Sul Global e de grandes economias emergentes têm posto em xeque a atual correlação de forças e atuação de instituições a nível mundial. Cria-se uma intensa rede de articulação entre países periféricos e semiperiféricos, que pode ser entendida como uma ampla estrutura para colaboração entre países do Sul nos domínios da política, economia, sociedade, cultura, meio ambiente e tecnologia. Destarte, vemos, na maior parte dos casos, a substituição de países tradicionais-ocidentais por outros periféricos como maiores parceiros comerciais e diplomáticos, como a crescente influência chinesa. Assim, a política externa de um grande leque de países agora gravita ao redor de atores contestatórios do sistema internacional, trazendo

17 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: anita25machado@gmail.com.

18 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: eduardo.hippler@ufrgs.br.

19 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: laura.griesang@ufrgs.br.

20 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: trintinagliamariana@gmail.com.

21 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: martinatruji@gmail.com.

um conjunto de novas dinâmicas às relações internacionais (Ruvalcaba, 2013; Silva; Spohr; Silveira, 2016).

Embora, desde os tempos da Conferência de Bandung (1955), grande parte da periferia internacional levante a bandeira do Sul Global, foi com o início do século XXI que se viu um salto quantitativo e qualitativo nas articulações desse conjunto de países (Hönke; Cezne; Yang, 2023). A ocorrência deste novo momento pode ser relacionada à “ascensão de novos líderes em países que experimentam crescimento econômico extraordinário, os quais resultam em mudanças nas relações de poder no sistema internacional” (Silva; Spohr; Silveira, 2016, p. 174). Nesse sentido, tais lideranças tornam-se ainda mais relevantes mediante à criação de uma série de fóruns de cooperação política e econômica, como o G-20, o IBAS e o BRICS (Duggan; Azalia, 2018). Ou seja, é sobretudo na história recente que se observa uma profunda movimentação diplomática e alinhamentos políticos dos principais atores do Sul Global.

O Brasil, nesse contexto, é entendido como “uma nação periférica e uma potência regional par excellence” (Ruvalcaba, 2013, p. 156, tradução nossa). O seu movimento de redemocratização, na década de 1980, foi acompanhado por uma crescente problematização sobre como se reinserir no âmbito internacional e sobre qual postura tomar em sua política externa. Questões como seu descontínuo crescimento econômico, desigualdade de riqueza, violência, mas também preservação de valores ocidentais e da religião cristã trazem ao país um aspecto complexo, ambivalente, e que pode ser melhor compreendido se analisado sob o conceito de liminaridade das posturas dos países nas Relações Internacionais (Hönke; Cezne; Yang, 2023). Isto é, entendendo a natureza múltipla do país e mostrar como, para um mesmo tema, este pode exercer diferentes posturas: no caso do Brasil, por exemplo, ora se apresentar como país ocidental, ora como liderança periférica. Na prática, o trabalho da política externa brasileira, de forma geral, tem sido inserir o país como uma potência emergente, líder da América do Sul, e uma ponte entre o Sul e o Ocidente.

Por sua vez, a China experimenta um sólido desenvolvimento econômico e uma crescente inserção internacional desde o fim do século XX. No entanto, assim como para o Brasil, é com o início dos anos 2000 que o país

passará a ser um polo de poder internacional e uma das principais lideranças do Sul Global, de forma a hoje ser o maior contrapeso econômico e político aos Estados Unidos (EUA) (Conti; Mozias, 2020). Sendo essencialmente um país semiperiférico, isto é, apresentando paralelamente lógicas de um centro de poder de capitalismo avançado, mas também de periferia rural subdesenvolvida, a China atua igualmente de forma múltipla em sua diplomacia. Com a maior economia do mundo segundo a Paridade de Poder de Compra (PIB-PPC) e a pretensão de trazer para si posições mais privilegiadas no sistema internacional, o país defende e se apoia em pautas defendidas pelos países periféricos, buscando estreitar laços com países-chave do Sul (Conti; Mozias, 2020; Hönke; Cezne; Yang, 2023).

A partir disso, uma grande aproximação estratégica sino-brasileira é vislumbrada durante os anos 1990, quando as duas potências emergentes estreitaram laços econômicos e associaram grande parte de suas agendas internacionais. Nesse sentido, é de suma importância o estudo das transformações políticas e econômicas internas que o Brasil perpassou nas duas últimas décadas, e como elas reorientaram múltiplas vezes a política externa do Brasil para o mundo e, em especial, para com a China. Com isso, objetiva-se nesta exposição elucidar as movimentações e direções da política brasileira e compreender como estas decantam em mudanças no seu relacionamento externo com o país asiático. Almeja-se compreender, mais especificamente, a trajetória estabelecida pelo Brasil do primeiro governo Lula (2003-2006) ao de Bolsonaro (2019-2022), dedicando uma seção deste trabalho para cada presidente da República deste período.

A estrutura do trabalho segue uma lógica cronológica de sucessão dos governos. A primeira seção aborda a era PT da presidência brasileira, fragmentando, então, a análise entre os governos de Lula e de Dilma. Busca-se um panorama geral deste período, sem diferenciar, por exemplo, mudanças menores ocorridas nos segundos mandatos destes líderes. Em seguida, é abordado o período de transição de Michel Temer, vice-presidente de Dilma, marcando um primeiro momento da reinterpretação sobre a postura nacional, especialmente em relação à China. Por fim, esta trajetória chega ao governo Bolsonaro,

que intensifica uma retórica de afastamento, sobretudo no campo ideológico, das diretrizes petistas (Saraiva; Silva, 2019). O nível de afastamento e as consequências desta tendência partem de estudos teóricos sobre política externa.

Para tanto, o artigo respaldar-se-á no modelo teórico de Hermann (1990) como base analítica dos eventos e dinâmicas da política externa brasileira e chinesa, trazendo justificativas robustas para tais transformações a nível internacional. Este modelo aborda mudanças de direção na política externa que podem ocorrer a partir das seguintes variáveis: (i) um novo líder; (ii) meios burocráticos; (iii) reestruturação doméstica; e (iv) choques externos. Tais transformações envolvem alterações relevantes tanto em discursos quanto em ações, em diversas áreas, com relação ao ator e às entidades externas (Hermann, 1990). Assim, o modelo aborda quatro níveis de mudança: (i) ajuste de programa; (ii) mudança de programa; (iii) mudança de objetivo; e (iv) mudança de orientação internacional. Vale notar que quaisquer tendências sofrem com a inércia do sistema burocrático do país, que serve como normalizador da postura internacional do Estado (Hermann, 1990).

A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS DO PT (2003-2016)

GOVERNOS LULA I E II (2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse, afirmou que “a esperança finalmente venceu o medo e hoje eu posso dizer para vocês que o Brasil mudou sem medo de ser feliz” (BRASIL, 2003, p. 1). Em sua fala, trouxe um tema recorrente ao longo de seus dois mandatos – a mudança – que impactou, também, a área da política externa. Dessa forma, surgiu um grande debate a respeito das continuidades e das rupturas com as tradições das relações exteriores ao longo da década de 2000.

Conforme Vigevani e Cepaluni (2007), utilizando o Modelo de Hermann, não foi possível encontrar mudanças no nível de orientação internacional ao longo dos dois primeiros mandatos do petista, ou seja, não ocorreram redirecionamentos em relação aos objetivos da política externa brasileira. Além disso, algumas doutrinas básicas da diplomacia também foram manti-

das, como a busca por soluções diplomáticas sem o uso de intervenções militares. Entretanto, a estratégia utilizada pelo governo de fato mudou, sendo batizada de “autonomia pela diversificação” (Vigevani; Cepaluni, 2007). Desse modo, essa nova abordagem tinha como intuito fortalecer relações bilaterais e multilaterais, permitindo maior liberdade para o país dado o aumento do poder de barganha advindo da diminuição da dependência do Ocidente e do maior apoio às suas pautas em fóruns internacionais.

Com isso em mente, analisa-se a formação de grupos de coalizão de geometria variável e de parcerias estratégicas (Silva, 2015). Os grupos de coalizão foram formados visando diversificar as parcerias do Brasil, principalmente de relações Sul-Sul, criando associações específicas conforme necessidades específicas. Assim, destacam-se seis parcerias centrais para representar a nova ênfase na política externa brasileira: IBAS, fortalecendo dinâmicas do Sul Global; BRICS, fomentando a multipolaridade; BASIC, trazendo “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” em âmbito do meio ambiente; G-20 comercial, defesa dos interesses agrícolas; G-20 financeiro, repensando o sistema financeiro; e, por fim, G-4, defendendo uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, o termo “parceria estratégica” foi amplamente usado pelo governo de Lula, sendo, por vezes, atrelado a relações bilaterais de cooperação, esvaziando seu sentido. Portanto, Silva (2015) aponta a Índia, a África do Sul, a China e a Rússia como parceiras estratégicas brasileiras essenciais à medida que têm alto grau de afinidade de interesses, além de terem relações bem desenvolvidas tanto bilaterais quanto multilaterais.

Em suma, diversos projetos ao longo dos oito anos de mandato foram criados visando fomentar as relações Sul-Sul. Ainda, é importante destacar o aprofundamento político no âmbito regional com o Mercosul, além da tentativa de projeção do Brasil como um protagonista em um novo mundo multipolar e de desenvolvimento da autonomia brasileira (Amorim, 2010). Dessa forma, as relações do Brasil com a ascendente China tornaram-se cada vez mais intensas.

Essa mudança e aprofundamento nas relações sino-brasileiras foram rapidamente percebidas. Logo em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira

de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), promovendo o diálogo entre as altas cúpulas dos Estados, bem como ocorreu a primeira visita de Lula, em conjunto com uma grande comitiva de políticos, ministros e empresários, à China em que foram assinados nove acordos bilaterais. Tanto essas iniciativas quanto outras, como os BRICS e o BASIC, foram essenciais para desenvolver a parceria estratégica entre os dois países, ou seja, auxiliaram no desenvolvimento de um fluxo bilateral de comércio e de investimentos e de uma parceria internacional em fóruns multilaterais. Isso pode ser percebido pela ultrapassagem dos EUA pela China como maior parceiro comercial do Brasil (Albuquerque, 2010). Porém, em termos comerciais, apesar dos benefícios da grande procura de commodities por parte da China, que levaram a um aumento de exportações brasileiras, percebeu-se uma forte assimetria nas relações à medida que eram exportados bens primários e importados bens industrializados. Devido a isso, foi criada, em 2008, a Agenda China para tentar equilibrar essa desigualdade.

Por outro lado, o governo brasileiro também se pronunciou em âmbito político a respeito dos chineses. Em 1974, as relações diplomáticas com o Estado chinês foram estabelecidas, a partir do corte dos laços políticos diretos com Taiwan. Tal posição foi reafirmada pelo Presidente Lula, em 2004, ao apoiar publicamente a política de “Uma só China”. Além disso, o Brasil também se declarou consoante com a visão de que a China se enquadra em uma economia de mercado, o que não foi muito bem recebido pelo setor empresarial nacional. Com tudo isso em mente, Lula elencou que seus maiores objetivos com o gigante asiático seriam: expandir o mercado, aumentar a autonomia brasileira em relação aos polos tradicionais, fomentar expansão tecnológica e trocas científicas e aumentar seu poder de barganha em fóruns multilaterais (Soares, 2022).

Portanto, percebe-se que, entre 2003 e 2010, ao longo dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, as relações sino-brasileiras foram profundamente desenvolvidas. Conforme o Ministro das Relações Exteriores apontado por Lula, Celso Amorim, o Brasil ao longo desse período foi um agente protagonista da multipolaridade e do fortalecimento dos países do Sul Global,

sendo sua relação com a China, principalmente econômica, ponto-chave para tal fortalecimento e para o desenvolvimento nacional.

GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

O governo de Dilma Rousseff, apesar de ter herdado de seu antecessor estratégias definidas de política externa, foi responsável por certo grau de reorientação no campo internacional, com notável redução da proatividade diplomática (Saraiva, 2014). Tal comportamento foi influenciado não somente por preferências pessoais da Presidente, mas também por restrições no cenário doméstico e pela conjuntura econômica internacional da época. Dessa forma, a política externa brasileira sob a administração Rousseff adquiriu um perfil mais retido, ainda que ligado, principalmente durante o primeiro mandato, às diretrizes gerais do governo Lula.

De acordo com Silva (2021), a compreensão da política externa de Dilma engloba dois aspectos essenciais: a manutenção dos incentivos revisionistas à ordem internacional, que surgem da posição intermediária assumida pelo Brasil, e as restrições internas advindas da oposição ao projeto político do governo e da deterioração econômica doméstica. Assim, o foco de atuação da Presidente se dava na esfera nacional, devido ao instável cenário econômico e político enfrentado. Houve, portanto, uma diminuição expressiva em suas viagens internacionais, refletindo na atenuação da diplomacia presidencial e na participação proativa do Brasil na política global. Em contraste com o governo Lula, que realizou 274 viagens internacionais, com Rousseff ocorreram apenas 97 (Silva, 2021).

De maneira geral, o eixo normativo da inserção internacional brasileira foi conservado. Nesse sentido, um multilateralismo que buscava a revisão das instituições internacionais foi constante, bem como a defesa da não intervenção militar e da solução diplomática de controvérsias. Além disso, manteve-se o esforço de estreitar laços com países emergentes e os interesses socioambientais do Sul Global no âmbito do desenvolvimento. Ainda, novos elementos, como o conceito de Responsabilidade ao Proteger (RwP) foram adicionados à base herdada de Lula. Assim, a conduta da administração Rousseff divergiu

ligeiramente da anterior em certos aspectos, como questões de segurança internacional e de gênero.

Destarte, a perspectiva dos mandatos de Dilma Rousseff era de implementação de uma política externa de resultados focados no âmbito comercial, enfatizando ações em direção a países comercialmente mais dinâmicos (Mariano; Júnior; Almeida, 2015). A partir disso, houve a manutenção do relacionamento bilateral com a China, o que pode ser demonstrado por meio das visitas de Estado realizadas e dos acordos firmados entre 2011 e 2016.

Nesse sentido, no início de seu mandato, Dilma foi a Pequim para a primeira edição do “Diálogo de Alto Nível Brasil-China sobre Política, Tecnologia e Inovação”. Em comunicado conjunto, os presidentes afirmaram que “as relações sino-brasileiras adquirem cada vez mais conteúdo estratégico e significado global” (FUNAG, 2016, p. 303). Já em 2012, o primeiro-ministro chinês veio ao Brasil reunir-se com a Presidente. Durante a visita, houve a assinatura do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). De acordo com o comunicado conjunto do encontro:

A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciaram a elevação do relacionamento sino-brasileiro ao patamar de Parceria Estratégica Global. Assinalaram que essa decisão atesta o reconhecimento da crescente influência estratégica e global dos dois países, cuja cooperação será cada vez mais abrangente, numa conjuntura internacional marcada por mudanças profundas. Decidiram estabelecer Diálogo Estratégico Global a ser efetuado por pelo menos uma reunião anual em nível de Chanceleres (FUNAG, 2016, p. 315-316).

O caráter estratégico das relações sino-brasileiras foi reforçado em 2015, com o anúncio de mais de 35 acordos envolvendo recursos que poderiam atingir os US\$ 53 milhões. Entre os setores beneficiados estão infraestrutura, energia, siderurgia, mineração, comércio, transporte, agricultura e ciência e tecnologia. De acordo com a Presidente, a assinatura do Plano de Ação Conjunta (2015-2021) “inaugura uma etapa superior do relacionamento” (G1, 2015) do Brasil com o governo chinês.

Segundo Antonio Patriota, ministro de Relações Exteriores no governo Rousseff, o contexto de crise interna “não impediu que o Brasil se posicionasse

nas Nações Unidas como um ator de influência sobre os chamados três pilares de atuação da organização, a saber, paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos” (Patriota, 2023, p. 34).

Assim, mesmo com o processo de impeachment e os desafios impostos pelas circunstâncias, o Brasil soube colocar uma recém-conquistada e amplamente reconhecida influência global a serviço da continuidade de uma política externa bem-sucedida (Patriota, 2023). Dessa forma, sob a administração de Dilma, as relações sino-brasileiras mantiveram-se firmes e constantes.

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TEMER (2016-2018)

No dia 12 de maio de 2016, tem-se o início do governo de Michel Temer, e com ele os primeiros momentos de uma ampla reformulação da política externa brasileira (Watanabe et al., 2023). Fato é que a grande base de oposição aos governos petistas trazia, ano após ano, críticas mais severas à orientação estratégica brasileira e à sua “ideologização” com alianças da esquerda. Dessa maneira, estaria sendo buscado um novo paradigma de inserção do país no sistema internacional, afastando-se de pautas desenvolvimentistas e sociais petistas, enquanto dando “prioridade em temas da agenda como a desideologização, o comércio e a segurança” (Moreira, 2020, p. 8). Com isso, a partir do Modelo de Hermann, pode-se entender como as transformações à época decorrem essencialmente de uma mudança de programa na política externa, resultado de mudanças internas no governo e na sociedade brasileira.

Observa-se como essa “neutralidade” almejada – que, na prática resultou na aproximação dos polos tradicionais de poder ocidental em detrimento dos aliados da esquerda latino-americana (Moreira, 2020) –, somada aos rearranjos políticos internos, resultam em uma posição e agência instáveis do Brasil internacionalmente, trazendo, inclusive, consequências às relações China-Brasil (Silva; Spohr; Silveira, 2016). Dessa forma, fica evidente que “desde o governo de Michel Temer (2016-2018), as relações Brasil-China começaram a deixar de ser exploradas pela PEB como elemento estratégico” (Sousa; Abrão; Porto, 2023, p. 154). Via-se já aí um movimento de afastamento político e so-

cial que viria a se acentuar ao longo dos próximos anos, atingindo sua fase máxima durante o governo de Jair Bolsonaro.

Entretanto, tal questão toma contornos mais complexos quando percebido que a China, maior parceiro comercial grande e ator de influência crescente no cenário internacional, segue invariavelmente mantendo um relacionamento próximo com o Brasil, sobretudo no que tange iniciativas econômicas (Serra, 2016). Essa dinâmica pode ser explicada pelos próprios princípios da Nova Política Externa Brasileira, introduzidos pelo então ministro José Serra, tão logo este assume seu mandato. O décimo princípio versava sobre a postura econômica neoliberal do país, que buscava se inserir internacionalmente de forma competitiva e com maiores flexibilizações econômicas. Durante o discurso, Serra (2016) destacou:

Eu me dei conta, conversando com nosso embaixador na China [...] do esforço de nossas embaixadas para atrair investimentos nestes setores básicos, [...] para seduzir os capitais chineses a virem ao Brasil, investir em parceria com o Estado brasileiro nas obras de infraestrutura. Esse esforço será multiplicado, tenho certeza, com sucesso (Serra, 2016, s/p).

Com isso, depreende-se que o peso chinês não permite mais ao Brasil um profundo distanciamento político-econômico como se pretendia. Neste momento, pode-se lançar mão do conceito de liminaridade aplicado às Relações Internacionais para se entender a relação Brasil-China no século XXI. A China, se sobretudo nas primeiras décadas de relacionamento com Brasil, era vista como parceiro comercial de segunda importância, tinha grande relevância diplomática e estratégica (Hönke; Cezne; Yang, 2023). Posteriormente, como já explanado, o governo Temer buscou uma aproximação com potências ocidentais em detrimento das alianças com a esquerda internacional. Porém, isso não se deu da mesma maneira para a China. O país, de fato contestador e reformista em prol do Sul Global, aparecia ao governo Temer não tanto mais como aliado político nas agendas internacionais, mas sim como parceiro econômico. Ou seja, a natureza bivalente da China, ora como parceiro político-diplomático, ora como parceiro econômico, permite uma compreensão sólida do porquê isso acontece (Hönke; Cezne; Yang, 2023). No governo seguinte,

essa dinâmica será acentuada, em um momento de mais visível afastamento político, mas com dependência econômica (Conti; Mozias, 2020).

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

Jair Messias Bolsonaro é eleito em 2018 e assume a presidência do Brasil em 2019, tendo sua posse gerado inúmeras repercussões no cenário internacional. A revista *The Economist* trouxe, na capa, a seguinte frase: “Jair Bolsonaro, a mais recente ameaça da América Latina” (*Latin America's...*, 2018). A partir disso, a revista caracteriza Bolsonaro como um candidato que poderia “colocar em risco a democracia sobrevivente do maior país da América Latina”. Ademais, demonstra uma preocupação quanto à “mistura de autoritarismo na política com economia liberal”, demonstrando, também, como o sistema internacional via, naquele momento, o que o candidato trazia na sua proposta de política internacional (Hirst; Maciel, 2022).

Além disso, é lícito postular a escolha de Bolsonaro para o Ministério das Relações Exteriores: Ernesto Araújo, um importante representante da extrema-direita brasileira que tentou implementar uma mudança radical na política externa e, também, uma reestruturação interna, demonstrando fortemente o seu caráter ideológico (Hirst; Maciel, 2022). Esses dois atores representam a influência das ideias de Olavo de Carvalho:

A ideologia dos olavistas, que foi empalmada pela família Bolsonaro e por militares, inicialmente, parece uma doutrina tirada da Guerra Fria, que tem como baliza a defesa do Ocidente e o rechaço da globalização, que, para Ernesto Araújo, seria anticristã e antinacional. O globalismo, para esses setores, favorece a China, considerada a fábrica do mundo e o país que disputa a hegemonia mundial com os EUA (Lima; Ferreira; Silva, 2023, p. 10).

Para muitos, a política externa brasileira, no período do governo Bolsonaro, foi de alinhamento aos EUA. De acordo com a socióloga Graciela Rodriguez (2020), esse realinhamento subordinado do Brasil aos EUA é baseado nas diretrizes do Estado e da economia atreladas à financeirização do capital. Menezes (2019) destaca que a posição de Bolsonaro com relação aos EUA parece congelada no tempo:

Os sacrifícios que seu governo se dispõe a fazer para dar provas de que “tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” se acumulam em pouco menos de 100 dias de governo: transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, saída da Unasul, possível recuo na coalizão BRICS acompanhadas de declarações ríspidas sobre a China, base militar dos EUA no Brasil e disposição para ir às vias de fato contra o governo de Nicolás Maduro e o desengajamento paulatino do Mercosul (Menezes, 2019, p. 3).

Assim, há uma disputa entre ideologia e pragmatismo no âmbito da política externa de Jair Bolsonaro, com muitos autores autônomos tentando influenciar as decisões do Presidente. De um lado, os “olavistas”, principais atores da ala ideológica, principalmente com Ernesto Araújo e Eduardo Bolsonaro, mas também com grupos neopentecostais, que eram simpáticos à ideia da transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Do outro lado, os representantes da ala pragmática, os militares, principalmente com a figura de Hamilton Mourão, e grupos, com um foco especial aos ligados ao agronegócio, que sofreriam perdas, sobretudo econômicas, caso houvesse uma escalada do discurso ideológico (Gomes; Costa, 2019). Por conseguinte, pode-se notar um certo distanciamento entre a retórica do Presidente e seus aliados com relação às ações efetivas de seu governo, principalmente no que tange à China (Barrucho, 2023).

Nesse contexto, na posição antiglobalista e o alinhamento com os EUA, a autoridade máxima brasileira teve uma forte posição ideológica que causou um certo esfriamento nas relações sino-brasileiras. Houve a construção de uma forte crítica ao comunismo e um discurso apontando a China como uma ameaça externa e uma inimiga dos valores da sociedade brasileira. Essa posição, marcada como o alicerce da política externa bolsonarista, gerou uma forte onda de desinformação pelo país, principalmente nas redes sociais. Um exemplo da carga ideológica mencionada é o termo “comunavírus”, cunhado por Ernesto Araújo, utilizado para ligar o regime político vigente na China à pandemia de Covid-19 (Rocha et al., 2022).

Somado a isso, o Presidente, em discurso no Planalto realizado em maio de 2021, insinuou que a pandemia poderia ser culpa de uma guerra bacteriológica causada pela China, ao dizer que:

Política um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em um laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem que é uma guerra química bacteriológica e radiológica. Será que estamos enfrentando uma nova guerra? Qual país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês (Brito, 2021).

A repercussão da declaração foi negativa, tendo em vista seu tom acusatório e anti-diplomático. Para além, desencadeou preocupações no setor agrário do país, que tem a China como um parceiro estratégico primordial. Nesse sentido, Kátia Abreu, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), afirmou ter recebido diversas mensagens de exportadores brasileiros, preocupados com a possibilidade de problemas com seu principal consumidor. Essas preocupações, associadas à dependência brasileira com a tecnologia chinesa para a produção de vacinas, levaram o Presidente a se retratar, afirmando que não tinha a intenção de acusar a China (Brito, 2021).

Nesse contexto de contrariedade de Bolsonaro à China, diversas outras declarações e ações do Presidente provocaram inúmeras turbulências nas relações sino-brasileiras. Um caso anedótico foi a visita de Bolsonaro a Taiwan, ainda durante a sua campanha eleitoral em 2018. Na ocasião, referiu-se à ilha como um “país”, apesar do fato de tal soberania não ser reconhecida oficialmente pelo Brasil. Esse acontecimento levou diplomatas chineses a salientarem a importância da “política de uma só China”, seguida pela diplomacia brasileira desde 1974 (Santoro, 2020).

Por outro lado, o importante papel comercial da China para o Brasil manteve-se, apesar dos desentendimentos ideológicos. Isto ocorre, pois o gigante asiático, desde 2009, é o maior comerciante de produtos com o Brasil (Barrucho, 2023). Nesse sentido, o saldo do balanço comercial é positivo para o Brasil desde 2011, sendo o maior em 2018, com 29,2 bilhões de dólares (Watanabe et al., 2023). Com isso, o lado pragmático do governo viu-se compelido a moderar o discurso do lado ideológico do governo frente à desconexão entre o discurso bolsonarista e a realidade econômica brasileira (Saraiva; Silva, 2019).

Outro ponto de destaque diz respeito à nova tecnologia 5G detida pela China. Sobre essa temática, há pouca flexibilidade para o Brasil, uma vez que um claro alinhamento aos EUA poderia se contrapor às vontades de empresários e militares integrantes da base de apoio do governo de Bolsonaro. Ainda assim, existe uma desconfiança do lado da China com relação à possibilidade de o Brasil, em consonância com o governo de Trump, apoiar um veto contra a licitação da internet 5G da Huawei (Zylberman, 2019; Santoro, 2020).

Nesse contexto, Eduardo Bolsonaro – filho do Presidente e forte apoiador de Donald Trump, que também possui declarações controversas em relação ao país asiático – esteve envolvido em diversas discussões em redes sociais, em especial com o embaixador chinês no Brasil, colaborando então para o desgaste político das relações sino-brasileiras. Uma postagem polêmica sua, que foi rapidamente apagada, acusava a China de espionagem a partir da tecnologia 5G, afirmando apoiar uma “aliança global para um 5G seguro, sem espionagem da China” (Barrucho, 2023).

Tendo isso em vista, pode-se entender melhor como as relações com a China se deram durante o governo Bolsonaro. Ao analisar os acontecimentos supracitados com base no trabalho de Hermann (1990), é possível destacar uma “mudança na orientação internacional, com uma reorientação da política externa e uma ruptura com as tradições diplomáticas brasileiras” (Saraiva, 2022). Sob esse viés, ao adotar uma estratégia retórica agressiva e reativa, Bolsonaro “contestou a essência do multilateralismo e os padrões que orientavam a presença internacional do Brasil, propondo novas maneiras de ver o mundo” (Saraiva, 2022).

Apesar das mudanças na postura do Brasil no sistema internacional e das desavenças com o governo chinês, contrariamente às expectativas e projeções de muitos, não houve uma quebra drástica nas relações bilaterais com o país. Para alguns, houve, na realidade, uma maior continuidade na relação econômica do que uma ruptura. Isso decorreria, pois o investimento chinês no Brasil possui enfoque no longo prazo, uma vez que “governos começam e acabam, o que importa é a relação harmoniosa”, como afirma Tulio Cariello, diretor de Conteúdo e Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (Bar-

rucho, 2023). Desta forma, entende-se, que o afastamento entre os dois países foi ideológico, mas não comercial (Saraiva; Silva, 2019).

CONCLUSÃO

A partir do acima exposto, depreende-se como as movimentações e direções da política brasileira decantam nas relações sino-brasileiras. Seja em termos econômicos, seja em aspectos político-diplomáticos, a parceria entre China e Brasil se mostra perdurável, sendo altamente dinâmica e configurando-se como uma das relações mais importantes entre países emergentes no cenário mundial atual (Borges; Martins; Nagual, 2024). Apesar disso, é possível observar também certos contrastes na atuação brasileira em relação à China ao longo dos diferentes governos analisados, passando de parceiros estratégicos a tensionamentos ideológicos (Borges; Martins; Nagual, 2024).

Por meio da base analítica utilizada, o modelo Hermann (1990), depreende-se que as nuances de comportamento observadas ao longo dos anos advêm do contexto político em que cada mandato estava inserido. As alterações ocorridas surgiram a partir de uma significativa reformulação da política doméstica do país, que viu em seu seio o surgimento de um novo líder, avesso aos programas da era PT. Dessa maneira, em linhas gerais, a trajetória da política externa brasileira em relação à China, neste século, passou por ajustes de programa e, em pontos específicos, até por mudanças de programa, sobretudo no campo ideológico, com a ascensão “olavista”.

Nesse sentido, os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), com Lula e Rousseff, seguiram as mesmas diretrizes de PEB, dado o caráter estratégico das relações com o Estado chinês, sobretudo via BRICS (Berringer; Belasques, 2020). Já com Temer, apesar das relações não serem tão próximas quanto anteriormente, manteve-se o foco nos benefícios econômicos advindos da cooperação bilateral. Por fim, no mandato de Bolsonaro houve as maiores turbulências ideológicas com a nação chinesa, apesar de os laços econômicos terem sido mantidos (Moreira, 2020). Com isso, consegue-se traçar a trajetória da política externa brasileira sob os quatro governos objetivada neste trabalho,

demonstrando as persistências e descontinuidades de determinadas posturas para com estes dois países.

Ainda, destaca-se que as relações sino-brasileiras têm um futuro promissor, visto que há uma base sólida, com a qual é possível trabalhar os problemas que ainda existem, de modo que os desafios possam ser superados com criatividade e pragmatismo para construir um diálogo cada vez mais estratégico. Política importante destacar que a relação busca, também, uma ordem internacional mais construtiva, na qual ambos terão um papel ainda mais relevante. Entende-se que ambos os países tenderão a trabalhar em conjunto, sobretudo por conta da enorme relação econômica consolidada entre as duas nações, que atua como entrave para deteriorações mais sérias na postura internacional brasileira frente à China.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Brasil-China: Uma parceria em três dimensões**. Grupo de Estudos Brasil-China, Unicamp, 2010. Disponível em: https://gebc.relacoesinternacionais.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/12/2023/03/pdf_texto_seminario_china_jaguilhon-1-1.pdf. Acesso em: 10. Ago. 2024.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. spe, p. 214-240, dez. 2010.

BARRUCHO, Luis. **Como deve mudar relação do Brasil com a China no novo governo Lula**. BBC News Brasil, 07 janeiro 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64183029>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BERRINGER, Tatiana; BELASQUES, Bruna. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. **Revista Carta Internacional**, v. 15, n. 3, p. 151-173, 2020.

BORGES, Fábio; MARTINS, Luiza; NAGUAL, Felipe. As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023): Continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3. **Revista Princípios**, v. 43, n. 169, 2024.

BRASIL, Biblioteca da Presidência. **Secretaria de Imprensa e divulgação**.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato>

BRITO, Ricardo. Presidente da CPI diz que declaração de Bolsonaro deve complicar relação com China. **Reuters**, 05 maio 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/americas/presidente-da-cpi-diz-que-declaracao-de-bolsonaro-deve-complicar-relao-com-chi-idUSKBN2CM263/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CONTI, Bruno Martarello de; MOZIAS, Petr. A “Iniciativa do Cinturão e Rota”: Desafios e Oportunidades para a China e para o Mundo. **Revista Austral**, v. 9, n. 17, p. 212-24, 2020.

COSBAN. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/acesso-a-informacao/outros/cosban> Acesso em: 17 ago. 2024.

DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasília: BRICS and the G20, road to nowhere? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, 2020.

HERMANN, Charles. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 31, n. 1, 1990.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. **A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro**. SciELO Preprints, 2022.

HÖNKE, Jana; CEZNE, Eric; YANG, Yifan. Liminaly Positioned in the South: Reinterpreting Brazilian and Chinese Relations with Africa. **Global Society**, v. 37, n. 2, 2023.

LATIN AMERICA’S LATEST MENACE. **The Economist**, 20 setembro 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2018/09/20/jair-bolsonaro-latin-americas-latest-menace>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima; SILVA, Patric Anderson Gomes da. A política externa no governo Bolsonaro: autonomia ou alinhamento aos EUA? **Cadernos do GPOSSHE On-line**, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/>

article/view/10222.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016.

MARIANO, Marcelo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de. A cooperação sul-sul na política externa brasileira dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. In: **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia política (ALACIP)**, 2015. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=a-cooperacao-sul-sul-na-politica-externa-brasileira-dos>. Acesso em 02 ago. 2024.

MATOSO, Felipe. Brasil assina 35 acordos com a China em visita do premiê Li Keqiang. **G1**, Brasília, 19 maio 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/brasil-assina-35-acordos-com-china-em-visita-do-premie-li-keqiang.html>. Acesso em 08 ago. 2024.

MENEZES, Roberto Goulart. Governo Bolsonaro: a busca de “relações carnavais” com os Estados Unidos de Trump. In.: **Anais do 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais**, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2019.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As Semelhanças entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista NEIBA: Cadernos Argentina-Brasil**, v. 9, jan-dez, 2020.

PATRIOTA, Antonio. Política externa dos anos Dilma (2011-2016): um Brasil com influência global. **Revista Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, ano 2, n. 6, p. 16-39, 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/89/politica-externa-dos-anos-dilma-2011-2016-um-brasil-com-influencia-global>. Acesso em 08 ago. 2024.

ROCHA, Daniel; ALMEIDA, Emanuela; PINA, Lais; ABRÃO, Rafael; SANTOS, Vitor Hugo dos. A visão da direita brasileira sobre a China: dos planos de governo ao discurso. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil**, 4 outubro 2022. Disponível em: <https://opeb.org/2022/10/04/a-visao-da-direita-brasileira-sobre-a-china-dos-planos-de-governo-ao-discurso/>. Acesso em 02 ago. 2024.

RODRIGUEZ, Gabriela. A política externa brasileira – Subordinada, ideologizada e misógina. **FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG**. Ordem global e regional, nov. 2020. Disponível em: A política externa brasileira – Subordinada,

ideologizada e misógina by DIN DIGITAL – Issuu. Acesso em 10 de agosto de 2024.

RUVALCABA, Daniel Morales. Inside the bric: Analysis of the semiperipheral oreignr of Brazil, Russia, India And China. **Revista Austral**, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/40942/26976>

SANTORO, Mauricio. OPINIÃO: Bolsonaro e China, um relacionamento conturbado. **Dialogue Earth**, 26 março 2020. Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/uncategorized/34448-bolsonaro-china-relacionamento-conturbado/> Acesso em: 09 ago. 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, v. 44, dez., p. 25-35, 2014. Disponível em: https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000400003.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Revista Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. South America at the core of Brazilian oreign policy during Bolsonaro’s administration (2019-2022). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 65, n. 2, p. e024, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202200224>. Acesso em 18 set. 2024.

SERRA, José. **Discurso de posse**. FUNAG, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exterores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em 10 ago. 2024.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, p. 143-184, 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero.; SILVEIRA, Isadora Loreto. From Bandung to Brasilia: IBSA and the political lineage of South-South cooperation. **South African Journal of International Affairs**, v. 23, n. 2, 2016.

SILVA, André Luiz Reis da. Retraction or consolidation? The follow-up phase in Dilma Rousseff's foreign policy (2011-2016). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, p. 012, 2022.

SOARES, Teodora Maicá. **A mudança de política externa do Brasil para a China nos governos Temer e Bolsonaro em relação ao governo Lula e seu impacto na diplomacia subnacional entre China, Rio de Janeiro e Pernambuco**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa. Livramento, 2022.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de; ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira; PORTO, Luis Filipe de Souza. A China na política externa do terceiro governo Lula: cem dias de reconstrução. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 150-162, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/133618>.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: Autonomia pela Diversificação. **Revista Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

WATANABE, Ana Juli; MARTON, Daniel; BRITO, Maria; SILVEIRA, Gustavo. **A relação Brasil-China a partir dos anos 2000 e as tensões durante o Governo Bolsonaro**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Anhembi Morumbi, 2023.

ZYLBERMAN, Joris. Brasil de Bolsonaro cede ao pragmatismo na relação comercial com a China. **RFI**, 25 outubro 2019. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/economia/20191025-brasil-de-bolsonaro-cede-ao-pragmatismo-na-relacao-comercial-com-china>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL E CHINA NO SUL GLOBAL: DIFERENÇAS E CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES NA ÁFRICA E AMÉRICA LATINA

*Beatriz de Castro Ferreira*²²

*Isadora Azevedo Canto*²³

*Juli Arusiewicz Berta*²⁴

*Monah Spier Barbieri*²⁵

*Piettra Belloli Roletto*²⁶

*Victor Lucena*²⁷

INTRODUÇÃO

O Brasil e a China, duas potências emergentes com aspirações globais, desempenham papéis cruciais na dinâmica do Sul Global. O Brasil, como membro do BRICS, tem buscado consolidar sua liderança regional e promover uma política externa que enfatiza a soberania, a não intervenção e a cooperação Sul-Sul. Em contraste, a China adota uma estratégia mais econômica, destacando-se por seus investimentos massivos em infraestrutura, através da Iniciativa Belt and Road (BRI), que destaca a promoção da interconexão global.

O artigo foi escrito com base em artigos e capítulos de livros a respeito do tema, portanto, realizamos uma revisão bibliográfica utilizando a metodo-

22 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: beatrizdec.ferreira@gmail.com

23 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: isadoraazevedo2009@hotmail.com

24 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: juliarusberta@gmail.com

25 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: monahsb@gmail.com

26 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: piettrab.roletto@gmail.com

27 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: victorlucsan@gmail.com

logia de análise comparativa para examinar as abordagens divergentes e semelhantes do Brasil e da China com relação ao Sul Global. A análise compara as estratégias de engajamento de ambos os países, focando nas diferenças e semelhanças em suas políticas de cooperação e investimentos. Através de tal perspectiva comparativa, busca-se entender como cada país utiliza suas políticas externas para fortalecer sua posição internacional e como essas estratégias afetam suas relações com as nações do Sul Global.

Portanto, para comparar e entender a política externa chinesa e brasileira para o Sul Global, o seguinte texto se estrutura em cinco partes. A primeira delas conceitua a ideia de Sul Global, conceito utilizado no decorrer do texto. Em seguida, a segunda parte apresenta as linhas gerais da atuação brasileira no Sul Global. Da mesma forma ocorre na terceira parte, porém, a política externa chinesa para o Sul Global é objeto de análise. Já a quarta parte coloca a política externa dos dois países para o Sul Global em contraste, comparando as duas formas de atuação na política internacional. Por fim, a quinta parte apresenta um panorama geral das relações entre Brasil e China na conjuntura recente. Desta forma, o artigo busca compreender o que constitui o Sul Global, a relação entre Brasil e China nesse âmbito, como a sua política externa se projeta no Sul Global, as características gerais e as diferenças das suas respectivas relações diplomáticas.

CONCEITO DE SUL GLOBAL E POTÊNCIA EMERGENTE

O Sul Global explora a exclusão social, unindo diversas lutas por projetos alternativos de transformação social e política. Cada vez mais, a expressão Sul Global é utilizada para descrever as regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo moderno, anteriormente chamadas de Terceiro Mundo. A economia moderna, vista como uma “ciência” da acumulação material, historicamente validou e celebrou a exploração e colonização de recursos e conhecimentos ao redor do mundo. Ampliando esse conceito, a economia pode ser vista como uma lógica colonial, cujo discurso gera exclusão e apagamento do que é diferente, embora explorável – outras práticas sociais e subjetividades. O modelo neoliberal hegemônico, sustentado pelo controle sobre os recursos

econômicos, tem intensificado as desigualdades globais, em detrimento da redistribuição e da justiça social (Meneses, 2012).

O Terceiro Mundo abarcava nações muito distintas, mas que possuíam em comum o fato de haverem constituído a periferia colonial ou semicolonial. Além de elementos objetivos como população jovem e em expansão e abundantes recursos naturais, seu limitado nível de desenvolvimento apontava para potencial expansão econômica e a articulação de organizações políticas como o Movimento dos Países Não Alinhados. Havia a busca do desenvolvimento, a ideologia anticolonialista e neutralista, além da rejeição à adesão a blocos militares e à política de grande potência (Visentini, 2015, p. 7).

A fundação do Movimento Não-Alinhado (MNA) baseou-se nos princípios estabelecidos pela Conferência de Bandung, realizada em 1955, onde 29 países asiáticos e africanos, que haviam alcançado a independência do colonialismo europeu, comprometeram-se a promover a cooperação econômica e cultural mútua e a resistir ao colonialismo e ao neocolonialismo de qualquer nação. A Conferência de Bandung foi o primeiro grande movimento de resistência coletiva dos países que haviam deixado de ser colônias europeias e se opunham à forma tradicional de ajuda internacional entre os países considerados desenvolvidos do Norte e os países considerados subdesenvolvidos do Sul (Ungerer, 2020).

Na discussão envolvendo o Sul Global, outro termo surge de forma recorrente, sendo ele: potência emergente. Uma potência emergente pode ser entendida como um país que melhora sua posição na distribuição da riqueza global e transforma isso em poder político. Com essa transformação, pode-se perceber, em um longo prazo, o aumento de capacidades militares, ou em um curto prazo, com uma maior influência regional ou com a criação de regras mais favoráveis no jogo internacional. De maneira mais direta, uma potência emergente é um país que observa uma melhoria na distribuição e acumulação da riqueza global e converte essa melhoria em poder político (Fonseca; Paes; Cunha, 2016).

O BRASIL NO SUL GLOBAL

O Brasil, enquanto potência emergente, tem desempenhado um papel cada vez mais proeminente no cenário global, especialmente no contexto das relações Sul-Sul, conceito que tem ganhado relevância crescente nas últimas décadas, refletindo uma dinâmica de poder e colaboração que desafia a tradicional dicotomia Norte-Sul. Diante do novo cenário internacional, o Brasil tem procurado restabelecer a sua credibilidade internacional, o seu papel como locutor das nações em desenvolvimento, a prioridade da agenda ambiental, o fortalecimento dos BRICS, a cooperação regional, a cooperação Sul-Sul, e o reforço do multilateralismo (Silva, 2023).

Ao explorar a ascensão do Brasil no Sul Global, é essencial entender como as suas relações com outros países em desenvolvimento têm moldado sua política externa e sua influência global. O Brasil tem investido significativamente em parcerias estratégicas, promovendo uma agenda de cooperação que abrange desde acordos comerciais e investimentos até iniciativas de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar. Em suma, existe um desejo de voltar com a “diplomacia ativa e altiva” formulada por Celso Amorim no início dos anos 2000, a ideia é de manter laços de cooperação, de amizade e, também, as relações estratégicas com diversos grandes parceiros, não apenas aqueles tradicionais em nossa história das relações exteriores, mas também alguns mais recentemente adquiridos (Almeida, 2023). Nessa perspectiva, o Sul-Global surge como uma estratégia para atingir esses objetivos de política externa.

O cenário internacional pós-Guerra Fria foi crucial para o surgimento e fortalecimento de diversos países que passaram a influenciar aspectos específicos da ordem global. O Brasil, com outros Estados da África e Ásia, tais como Índia, China, Rússia e África do Sul, se destaca como um exemplo notável dessa transformação, especialmente na área da cooperação internacional. Esses países têm seguido alternativas ao modelo tradicional promovido pelos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), oferecendo novas formas de colaboração e engajamento.

Os países do Sul dessas três regiões passaram, assim, a articular-se e aglutinar-se em torno do tema de desenvolvimento econômico, julgado premente. Tal tendência não significou o esvaziamento do conteúdo político do conceito de cooperação Sul-Sul. Esse conservou-se relevante, pautado nas noções de autonomia e independência em relação à disputa bipolar, direito de autodeterminação dos povos, respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados, não ingerência nos assuntos internos de outros países, condenação do colonialismo, resolução pacífica de controvérsias, busca da paz e da segurança internacionais, coexistência pacífica entre os países, desarmamento total e absoluto, respeito aos direitos humanos e ao direito internacional público (Leite, 2011, p. 58).

A cooperação Sul-Sul brasileira remonta à década de 1960, mas foi a partir de 1993, durante o governo de Itamar Franco (1992-1995) e com o contexto do fim da Guerra Fria, que o Brasil começou a adotar uma postura mais estratégica nessa área. Desde as décadas de 1960 e 1970 até a fase mais diversificada no início do século XXI, o Brasil tem procurado expandir sua influência através da solidariedade e do desenvolvimento mútuo com países em desenvolvimento. Nesse contexto, a década de 1970 foi um período de grande expansão para a cooperação Sul-Sul. A agenda de desenvolvimento econômico, anteriormente focada principalmente em comércio e ajuda oficial, tornou-se mais abrangente. A nova abordagem visava, então, dismantlar a antiga ordem internacional, considerada prejudicial aos países do Sul, e estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional (Leite, 2011). Os países do Sul viam as instituições políticas e econômicas existentes não apenas como desatualizadas, mas também como nocivas, por refletirem uma correlação de forças que não correspondia a um sistema internacional transformado pela descolonização afro-asiática e pelo desejo de autonomia e desenvolvimento dos países latino-americanos.

Diante dessa perspectiva, a estratégia brasileira de cooperação se destaca e difere pela sua ênfase em áreas como saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social, contrastando com o enfoque mais técnico e industrial de outras nações emergentes. A abordagem brasileira também se diferencia

por aplicar projetos inicialmente desenvolvidos internamente a contextos externos. Tal abordagem reflete a tentativa do Brasil de criar uma imagem de liderança responsável e solidária no contexto do Sul Global, tendo a cooperação Sul-Sul como uma ferramenta de política externa, embora seu papel como preservadora de interesses nacionais seja debatido. A prática não depende apenas de fatores externos, mas também de condições internas, incluindo pressões políticas e econômicas.

Em importante destacar ainda que a cooperação Sul-Sul depende não apenas de fatores externos, mas também de fatores internos, o que torna necessário analisar a política burocrática, pressões políticas, econômicas e sociais. No caso brasileiro, o ator principal da política externa é o governo, em particular o Ministério das Relações Exteriores, sendo responsável pela concepção, fundamentação e direcionamento das relações internacionais do Brasil. Portanto, a Cooperação Sul-Sul também pode ser vista como um mecanismo de prestígio transversal aos países emergentes, uma vez que um dos fatores que a caracteriza é a vontade de aumentar a participação e atuação ativa no sistema internacional (Fonseca, 2021).

Sendo assim, nas últimas duas décadas, a cooperação Sul-Sul tem sido vista como um meio de alcançar objetivos de política externa, como obter um papel mais influente no sistema internacional e melhorar a imagem do Brasil. Contudo, desde 2008, a estratégia de cooperação adotada por essas potências emergentes, têm enfrentado desafios e sinais de enfraquecimento. Em diversos casos, as práticas de cooperação Sul-Sul se misturaram com os métodos tradicionais, dificultando distinguir essas abordagens das convencionais. Ademais, os desafios enfrentados pelo Brasil ao longo dessa trajetória não podem ser ignorados. A crise econômica e política interna, com as recentes dificuldades de gestão, impactaram a eficácia e a percepção da política externa brasileira. Essas questões internas revelam a complexidade de manter um papel proativo no cenário internacional enquanto se lida com problemas domésticos significativos.

A CHINA NO SUL GLOBAL

A China é um país continental e uma das maiores economias em nível global (World Bank, 2024). A China teve a sua ascensão no cenário internacional através da abertura econômica, coordenada por Deng Xiaoping, na década de 1970. Segundo o Banco Mundial: “Desde que a China começou a abrir e a reformar a sua economia em 1978, o crescimento do PIB foi em média superior a 9% ao ano e quase 800 milhões de pessoas saíram da pobreza. Houve também melhorias significativas no acesso à saúde, educação e outros serviços durante o mesmo período” (World Bank, 2024, s/p).

Com sua ascensão, a questão é como definir a posição da China no sistema internacional hoje. Tendo em vista que desde o estabelecimento do Partido Comunista Chinês no comando do país, desde a Revolução Chinesa de 1949, o gigante asiático era muito diferente da forma atual em termos econômicos e sociais. Além disso, desde a conferência de Bandung, o Sul Global vem tomando cada vez mais espaço na agenda internacional (Silva; Spohr; Da Silveira, 2016). Dado essa perspectiva, surge o questionamento sobre o papel do dragão chinês no sistema internacional em relação ao Sul Global, como o país se projeta nesses espaços, os seus interesses, ações e principalmente as novas perspectivas que a ascensão chinesa traz para o mundo em desenvolvimento (Duggan, 2020).

Durante o governo de Mao Tsé-Tung, em 1964, o governante definiu duas categorias de países, sendo elas: a primeira categoria são os países desenvolvidos e não socialistas; a segunda categoria são os países em desenvolvimento. Nesse sentido, a política externa chinesa também diferenciava os países em desenvolvimento entre “revolucionários” e “não-revolucionários”. Em 1974, Mao reformula novamente essas categorias, sendo elas agora conhecidas como “três-mundos”. O primeiro mundo eram as duas grandes potências da época, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), o segundo mundo eram os países desenvolvidos economicamente do meio como o Japão e a França e o terceiro mundo eram as nações em desenvolvimento (Dittmer, 2010).

A política de reforma e abertura chinesa de Deng Xiaoping a partir de 1978 resultou em mais um ajuste da política externa chinesa. O país asiático procurou se aproximar mais de órgãos multilaterais como a Organização das

Nações Unidas (ONU). A China passa a se identificar, explicitamente, com o mundo em desenvolvimento. A identificação com este grupo de países inaugurou sua política externa independente, ou seja, uma política externa não alinhada com as superpotências, em especial ao afastamento com a URSS (Dittmer, 2010).

Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, a China adotou políticas mais flexíveis que estimularam o crescimento econômico. A ascensão da China como um Estado de grande importância econômica alterou o teor das suas relações com os países em desenvolvimento, as exportações da China vão agora para outras nações emergentes, a China abriu-se ao investimento direto estrangeiro e, também, aumentou a sua presença econômica com uma diplomacia mais agregada ao âmbito comercial bilateral e multilateral, contando com diversas iniciativas para facilitar a realização dos seus interesses econômicos. Traduzindo, assim, o poder econômico em ganhos políticos, como é o caso da abertura de Institutos Confúcio e com a facilitação de intercâmbios e créditos para países em desenvolvimento (Dittmer, 2010).

Desta forma, a política externa chinesa modificou-se ao longo do tempo, mas manteve as suas bases nos 8 princípios norteadores estabelecidos por Zhou Enlai em 1964. São eles: (i) igualdade e benefício mútuo; (ii) incondicionalidade; (iii) alívio do fardo dos países beneficiários; (iv) autossuficiência e desenvolvimento econômico independente; (v) a promoção de projetos que exijam menos investimentos e sejam mais eficientes; (vi) equipamentos da melhor qualidade; (vii) apropriação pelos países beneficiários das técnicas implementadas pela China; e (viii) os especialistas chineses não poderem usufruir de serviços especiais (Vadell et al., 2020).

Desta forma, as ações norteadoras da política externa chinesa vêm de diferentes elementos políticos desenvolvidos por diversos governantes. Por exemplo, a coexistência pacífica foi proposta por Zhou Enlai em 1953. Os princípios de paz e desenvolvimento surgem sob a administração de Hu Jintao, os ideais de dignidade nacional e interesse nacional surgem sob a articulação de Deng Xiaoping e, por fim, a ideia de comunidade e futuro compartilhado pelo presidente Xi Jinping (Hönke; Cezne; Yang, 2023). Desta forma, a política

externa chinesa teve, de maneira abrangente, uma afinidade com o Terceiro Mundo ou Sul Global (Duggan, 2020).

Niall Duggan (2020) entende que, por meio da teoria dos papéis organizacionais (*role theory*), a identificação da China como um país em desenvolvimento afetou a sua ação econômica global, promovendo assim um modelo chinês de desenvolvimento. Podendo esse modelo alterar as regras do sistema internacional. Os papéis, por sua vez, são definidos pela compreensão subjetiva de um ator sobre como seu comportamento deve ser, e as demandas da sociedade internacional e doméstica, combinando ambos fatores com o contexto em que o papel está sendo desempenhado (Duggan, 2020). Os papéis desempenhados pela China são definidos tanto pela compreensão subjetiva de seu comportamento esperado quanto pelas demandas da sociedade internacional e doméstica, ajustando-se ao contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, é importante compreender que a China se projeta internacionalmente, ao mesmo tempo, como um país em desenvolvimento e uma grande potência. Desta forma, o país asiático se entende como um grande apoiador do mundo em desenvolvimento, justamente por fazer parte do mesmo contexto internacional (Ryudak, 2023). Ademais, o discurso político chinês flutua entre um desenvolvimentismo, nacionalismo e um moralismo cosmopolita, utilizando de repertórios culturais específicos, que estão enraizados no regime moral milenar da China, para invocar uma causa cosmopolita para a atual presença da China no exterior, além de se posicionar como um parceiro do Sul Global (Hönke; Cezne; Yang, 2023).

Ao se posicionar como um parceiro do Sul Global, a China projeta valores diferentes das potências tradicionais como o alto investimento em infraestrutura e conectividade (Ryudak, 2023). Um exemplo dessa perspectiva é a própria BRI, que visa a criação de uma rede de corredores de transporte terrestre e também um corredor marítimo com os países costeiros. A BRI pode ser vista como a materialização de uma estratégia da política externa chinesa em relação aos países em desenvolvimento, bem como as de seus interesses econômicos e políticos. A ajuda econômica oferecida aos países do Sul Global por meio deste projeto visa apoiar a promoção da ordem mundial defendida

pela China, que se baseia nos princípios da coexistência pacífica de Zhou Enlai, ou seja, das ações não conflituosas baseadas em consenso, antiautoritárias e respeitosas da soberania dos países (De Conti; Mozias, 2020).

Em conclusão, a China se entende como um país em desenvolvimento bem-sucedido que tem o objetivo de auxiliar os demais companheiros da categoria envolvidos no Sul Global, em um papel de líder do desenvolvimento para esses países. Embora a noção de um “Sul Global” não existisse na língua chinesa até a década de 2010 (Hönke; Cezne; Yang, 2023), o gigante asiático possui uma ligação histórica com o Sul Global e, com isso, busca promover o desenvolvimento da região por meio da criação de infraestruturas, apoio a fundos internacionais para esses países, isentando-os das condicionalidades ocidentais tradicionais como no caso da BRI (De Conti; Mozias, 2020). Embora existam críticas aos interesses chineses nos países do Sul Global, a abordagem reflete o compromisso contínuo da China em desempenhar um papel central no avanço econômico, social e desenvolvimentista do Sul Global, baseando esses avanços, portanto, na sua linha contínua de política externa chinesa traçada por seus governantes, principalmente por Zhou Enlai nos anos de 1970, e no seu alinhamento com o Sul Global.

BRASIL E CHINA NO SUL GLOBAL

A ascensão da China enquanto uma potência global e o papel histórico do Brasil como uma espécie de líder regional na América do Sul têm reconfigurado as dinâmicas da política internacional, especialmente no que concerne ao Sul Global. A cooperação Sul-Sul, que busca fortalecer as relações entre países em desenvolvimento, tem se intensificado nas últimas décadas, com o Brasil e a China desempenhando papéis cruciais nesse processo. Como dito previamente, essa tradição política remonta à Conferência de Bandung em 1955, um marco histórico fundamental para o surgimento e consolidação da cooperação Sul-Sul (Silva; Spohr; Da Silveira, 2016). O Brasil é frequentemente visto como uma potência regional que busca exercer liderança na América do Sul e no Sul-Global como um todo, justamente por conta das suas e iniciativas de cooperação Sul-Sul e diplomacia multilateral. Por outro lado, a China, com

seu enorme poder econômico e crescente influência política, é frequentemente considerada um líder emergente global que, ao mesmo tempo que transcende as características tradicionais do Sul Global, ainda se alinha com ele em termos de narrativa e identidade geopolítica. O país lida de forma relativamente bem-sucedida tanto dentro quanto fora de espaços tradicionalmente associados ao que pode ser chamado de “Sul multilateral” (Haug; Braveboy-Wagner; Maihold, 2021).

A “geometria variável” descrita por Silva (2015) refere-se à flexibilidade e à adaptabilidade do Brasil ao formular e implementar sua política externa. Durante o governo Lula, o país buscou diversificar suas alianças e parcerias, não se restringindo apenas a blocos fixos, mas também ajustando suas relações conforme os interesses nacionais e as oportunidades internacionais. Essa abordagem multidimensional da diplomacia permitiu ao Brasil fortalecer sua presença no cenário global e regional, ao mesmo tempo que promovia a cooperação Sul-Sul. Tendo, desta forma, “uma atuação multidimensional e combinada entre os eixos (horizontal e vertical)” (Silva, 2015). No relacionamento com a China, isso significava aproveitar as oportunidades econômicas proporcionadas pela ascensão chinesa, ao mesmo tempo que o Brasil procurava evitar uma dependência excessiva, manter uma posição autônoma e promover sua própria liderança no Sul Global, alinhando-se em questões de interesse comum.

Durante o governo Dilma Rousseff, a política externa brasileira em relação à China e ao Sul Global passou por uma fase de consolidação, marcada por continuidade com o passado, especialmente com referência aos dois primeiros governos Lula (2003-2010), mas com uma postura mais cautelosa e pragmática. A relação com a China continuou a ser fundamental, refletindo a importância da cooperação Sul-Sul, mas o Brasil ainda assim buscou proteger seus interesses diante de desafios econômicos e mudanças nas dinâmicas internacionais (Silva, 2022). No governo de Michel Temer, houve uma onda de liberalização, na qual a China aproveitou para aumentar as aquisições de ativos no mercado brasileiro, com ênfase nos setores de energia e mineração, alinhado com sua estratégia going global (Menezes; Bragatti, 2020)²⁸. Enquan-

28 ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo P. A China na nova configuração global. In: ACIOLY, L. et al. (Org.). Internacionalização de Empresas: experiências internacionais selecionadas. Brasília: IPEA, p. 54-77, 2011.

to os governos anteriores (como o de Lula) promoveram uma política externa voltada para a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento de blocos como o BRICS, durante o governo Bolsonaro, houve um certo afastamento dessas iniciativas em favor de uma aproximação com os EUA. No entanto, a importância estratégica da China para o Brasil e o Sul Global não foi completamente ignorada, o que levou a uma diplomacia de geometria variável (Vadell, 2021).

Na África, tanto Brasil quanto China têm buscado expandir sua influência, mas com abordagens distintas. Enquanto a China tem se concentrado em investimentos em infraestrutura e acesso a recursos naturais, o Brasil tem adotado uma abordagem mais baseada na cooperação técnica e em laços históricos e culturais, especialmente com países de língua portuguesa (Hönke; Cezne; Yang, 2023). Ambos os países possuem “posições liminares” nas quais estão entre o Norte e o Sul Global, o Oriente e o Ocidente, etc., desempenhando papéis de intermediários, e por esse motivo, acabam por se beneficiar de recursos e capital de ambos os lados. Ao mesmo tempo, esses países procuram se apresentar como líderes e parceiros do Sul Global, promovendo a cooperação Sul-Sul como um pilar central de suas políticas externas (Hönke; Cezne; Yang, 2023).

Ademais, vale tratar sobre BRI. Como dito anteriormente, a BRI trata de uma estratégia de política externa chinesa que visa expandir suas redes de comércio, infraestrutura e influência global, até em regiões que compõem o Sul Global (Pautasso et al., 2022). Embora o Brasil não esteja diretamente inserido nas principais rotas da BRI, a iniciativa tem impactos indiretos sobre o país, tanto em termos econômicos quanto políticos. A crescente presença da China na América Latina e em outras regiões do Sul Global através da BRI influencia a maneira como o Brasil formula sua política externa em relação à China, África e América Latina, uma vez que, com a ampliação da influência global chinesa (circunstância que contribui para o fortalecimento de sua posição como um líder do Sul Global), o Brasil tem sua autonomia e a liderança regional que tradicionalmente busca manter. Todavia, a China enfrenta desafios no continente africano, tendo em vista que embora ofereça uma grande quantidade de recursos financeiros, é frequentemente criticada por práticas percebidas como

neocoloniais e a presença chinesa às vezes é vista como exploratória, criando a necessidade de legitimar suas ações e evitar críticas de imperialismo econômico. O Brasil, por sua vez, enfrenta limitações econômicas e institucionais que restringem sua capacidade de competir com a China em termos de escala e impacto (Hönke; Cezne; Yang, 2023). Apesar das adversidades, por meio da cooperação Sul-Sul ambos os países encontram oportunidades para moldar sua posição no sistema internacional.

No contexto das crises econômicas globais, a China aumentou significativamente sua presença na América Latina por meio de investimentos diretos e comércio, particularmente em setores estratégicos como energia, infraestrutura e recursos naturais (Menezes; Bragatti, 2020). Como mencionado previamente, a política externa brasileira e sua atuação multidimensional, combinada entre os eixos (horizontal e vertical) (Silva, 2015), especialmente sob governos que priorizam a cooperação Sul-Sul, tem favorecido uma aproximação com a China, baseada em interesses econômicos mútuos e em uma visão compartilhada de multipolaridade no sistema internacional. Para o Brasil, a parceria com a China vai além dos benefícios econômicos, representando uma oportunidade para reforçar sua posição como líder regional e global no Sul Global. Contudo, essa relação também impõe desafios, como a dependência de exportações de commodities e a competição assimétrica entre empresas chinesas e brasileiras (Menezes; Bragatti, 2020).

No entanto, ao contrário do processo de investimento, o comércio estabelecido pelo Brasil/China – MERCOSUL/China continua a manter seus padrões. Nos últimos anos, o crescimento chinês tornou a segunda maior economia do mundo e favoreceu o aumento das relações comerciais com os países da América do Sul. É interessante notar que a crescente relação comercial entre o Brasil e a Ásia (mais especificamente a China), fomentou o declínio relativo nas relações comerciais entre o Brasil e a América Latina. Desta forma, o potencial de integração da região é negativamente afetado pela inserção da China no mercado brasileiro, fazendo com que ela perca espaço nos indicadores comerciais de outros países da região MERCOSUL e seu potencial integracionista perca importância relativa nos fluxos comerciais e no

dinamismo da região, reduzindo, como um bloco econômico, sua importância nas cadeias de valor globais (Oliveira, 2016 apud Menezes; Bragatti, p. 358, 2020, tradução livre)²⁹.

Portanto, pode-se concluir que sem a utilização de uma estratégia concertada e devidamente planejada para lidar com a China, os países do MERCOSUL entram em divergência, em conflito, e acabam por negociar de maneira imprópria com Pequim. Em um cenário onde os preços das commodities parecem permanecer baixos e sob os efeitos da crise internacional de 2008, a América do Sul aumenta sua dependência na China. Circunstância essa que torna possível aos chineses avançarem sobre as economias da região (Menezes; Bragatti, 2020).

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA

A estratégia para política externa brasileira planejada no primeiro e no segundo mandato de Lula como presidente, tinha o objetivo de posicionar o Brasil como um ator global, por meio da busca por maior autonomia e construção de relações Sul-Sul com parceiros não tradicionais. Nesse sentido, as relações entre China e Brasil passam a assumir um caráter político, diferentemente de governos anteriores, que mantinham relações majoritariamente de caráter econômico. O objetivo dessa mudança foi a promoção do desenvolvimento social e econômico no Brasil. Ademais, o fortalecimento dessa relação contribui para a diversificação de parcerias sob o contexto do multilateralismo (Borges; Martins; Nagual, 2024).

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), porém, ocorreu um distanciamento da China, como resultado da adoção de um tom mais hostil ao país. O terceiro mandato de Lula (2023-2026) busca, portanto, retomar uma

²⁹ Trecho original em inglês: “However, unlike the investment process, the trade established by Brazil / China – MERCOSUR / China continues to maintain its standards. In recent years, Chinese growth has made it the second-largest economy in the world and has favored increased trade relations with South American countries. It is interesting to note that the growing trade relationship between Brazil and Asia (more specifically China), fed the relative decline in trade relations between Brazil and Latin America. In this way, the integration potential of the region is negatively affected by the insertion of China in the Brazilian market, causing it to lose space in the trade indicators of other countries in the region. MERCOSUR and its integrationist potential lose relative importance in trade flows and in the dynamism of the region, reducing, as an economic block, its importance in global value chains (Oliveira, 2016).”

estratégia baseada na diversificação de parceiros a fim de ampliar a participação do Brasil no sistema internacional. Nesse contexto, a cooperação com a China assume um papel essencial principalmente em dois campos distintos: no âmbito doméstico, com o fortalecimento das metas do governo brasileiro para o desenvolvimento interno; e no âmbito global, com o apoio da China na projeção do Brasil internacionalmente (Sousa; Abrão; Porto, 2023).

No que tange o aspecto do desenvolvimento interno relacionado a parceria entre Brasil e China, a inserção internacional do Brasil poderia fornecer oportunidades para alcançar o objetivo estabelecido no terceiro mandato de Lula pela reindustrialização do país. Para isso, busca-se atrair investimentos chineses para promover a geração de empregos e avanços tecnológicos. O tema foi abordado pelos dois países, em que ambas as partes concordam em incentivar as empresas domésticas a realizar investimentos recíprocos, principalmente em áreas de infraestrutura, transição energética, logística, energia, mineração, agricultura, indústria, com destaque para a indústria de alta tecnologia. É possível inferir que se espera que o uso desses investimentos podem ser responsáveis por aprimorar o desenvolvimento do Brasil. Ademais, o governo Lula espera que da cooperação com a China o apoio em torno da modernização da estrutura produtiva brasileira, a fim de possibilitar a inserção do país nas cadeias de valores globais como um Estado industrial e tecnológico (Sousa; Abrão; Porto, 2023).

De acordo com Dantas (2023), as relações bilaterais entre China e Brasil, no que tange a trocas de Em, Tecnologia e Inovação (CTI), são guiadas pela ideia de igualdade e benefício mútuo (princípios que caracterizam a cooperação Sul-Sul) e pelo Plano Estratégico 2022-2031 que estabelece as áreas de prioridade nessa relação. Como componente desses temas prioritários, é possível citar o seguinte:

[...] energias renováveis, incluindo biocombustíveis, energia nuclear, petróleo, gás, hidrogênio e mineração. Nesses aspectos, a cooperação em CTI cruza-se com comércio e investimentos. Além desses pontos, são mencionadas as esferas de: saúde – biossegurança, biotecnologia, propriedade intelectual, medicamentos de baixo custo, combate à tuberculose, controle de enfermidades de caráter zoonótico e vetorial; educação – com foco em logística e tecnologia da in-

formação, cibernética, robótica, internet das coisas, inteligência artificial, big data, computação em nuvem, matemática, engenharias, ciências médicas, planejamento urbano, economia, meio ambiente, energia e sustentabilidade; esportes; turismo e cultura; espaço; agricultura; aquicultura e pesca; TIC; nanotecnologia; cidades inteligentes; e mudanças climáticas, conforme constam dos planos (Dantas, 2023, p. 272).

Ademais, a cooperação em torno do setor de tecnologia espacial também merece destaque, uma vez que ambos os países trataram de acordos para o desenvolvimento de projetos e discussões para cooperação em satélites e suas aplicações no âmbito do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), programa de cooperação entre China e Brasil para o desenvolvimento aeroespacial (Dantas, 2023). É importante destacar que essas parcerias em torno do desenvolvido tecnológico não se restringem a atuação do governo federal. Iniciativas estaduais também são relevantes ao analisar as relações bilaterais entre Brasil e China. Os três acordos entre o governo do Ceará e empresas chinesas nas áreas de energias renováveis demonstram esse fato (Sousa; Abrão; Porto, 2023). Apesar do distanciamento das relações entre Brasil e China durante a gestão de Bolsonaro, uma parceria entre uma entidade estatal, o Instituto Butantan de São Paulo, e a empresa chinesa Sinovac, foi responsável pelo desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 (Dantas, 2023).

No âmbito internacional, ao analisar o início do governo Lula, fica claro que o país busca restabelecer a China como agente para o impulsionamento da projeção global do Brasil. Isso se manifestou na articulação da troca da presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), substituindo Marcos Troyjo, indicado no governo de Bolsonaro, por Dilma Rousseff. Além disso, é importante destacar o papel do Brasil em iniciar a discussão em torno do desenvolvimento de uma moeda comum nos BRICS. Nesse contexto, “ainda que a discussão esteja longe de algum encaminhamento, reforça-se a ideia de que o Brasil vê no agrupamento um interlocutor que pode ajudar o país a conduzir questões de interesse nacional e global.” (Sousa; Abrão; Porto, 2023, p. 158).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil busca promover uma política externa independente, com ênfase na soberania nacional, na não intervenção e na cooperação Sul-Sul. Na América Latina, o país se posiciona como líder regional, promovendo a integração econômica e fortalecendo o bloco regional. Sua política externa, especialmente na América Latina e na África, é movida por uma visão de solidariedade com o Sul Global. Na África, a política externa brasileira busca estreitar laços com países lusófonos, com base em uma conexão histórica e cultural. Desde o retorno de Lula ao governo, há um esforço para revitalizar sua liderança regional e fortalecer laços com a África, apesar dos desafios econômicos e políticos recentes.

Por outro lado, a China adota uma política externa mais voltada para o campo econômico em sua abordagem no Sul Global. Nos últimos anos, o país tem se tornado um dos principais parceiros comerciais e investidores na América Latina e na África. A estratégia chinesa é caracterizada por investimentos maciços em infraestrutura, exploração de recursos naturais e expansão de sua influência econômica através da BRI, concentrando-se em estabelecer laços econômicos fortes que garantam acesso a mercados e recursos essenciais para sua contínua expansão econômica. No caso da África, a estratégia da China é ainda mais evidente e abrangente, uma vez que a região é vista como estratégica para a obtenção de recursos naturais e para a expansão de sua influência geopolítica. Através da BRI, a China tem financiado a construção de infraestruturas essenciais em todo o continente africano e em troca, assegura acesso a recursos naturais essenciais. Na América Latina, a China se tornou o principal parceiro comercial de vários países, também investindo em setores estratégicos, oferecendo empréstimos e financiamento para grandes projetos de desenvolvimento.

Apesar das diferenças nas abordagens, Brasil e China têm um objetivo em comum: fortalecer suas posições no cenário internacional por meio de alianças no Sul Global. Entretanto, existem desafios para ambos os lados. O Brasil enfrenta limitações econômicas e políticas, como as oscilações de pro-

jetos políticos com as mudanças de governo, o que prejudica a consistência e a credibilidade de sua atuação no exterior, sobretudo na última década. A China, por sua vez, enfrenta críticas sobre práticas econômicas e ambientais, o que pode gerar resistência local e afetar sua atuação a longo prazo. Em termos de futuro, as estratégias do Brasil e da China para o Sul Global provavelmente continuarão a evoluir. A China tende a continuar a expandir sua influência por meio da BRI, mas pode precisar ajustar sua abordagem para superar as críticas e preocupações que surgem em relação ao seu papel no Sul Global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Perspectivas da diplomacia no terceiro governo Lula, 2023-2026. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, [S. l.], n. 5, p. 58–78, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/103>. Acesso em: 12 out. 2024.

BORGES, Fábio; MARTINS, Luiza Maria; NAGUAL, Felipe. As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023): continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3. **Princípios**, v. 43, n. 169, p. 25-46, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.003>.

DANTAS, Aline Chianca. Cooperação Sul-Sul entre Brasil e China: uma análise das iniciativas em ciência, tecnologia e inovação. **Revista Tempo do Mundo (Rtm)**, n. 31, abr. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm31art9>.

DE CONTI, Bruno; MOZIAS, Petr. “BELT AND ROAD INITIATIVE”: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR CHINA AND FOR THE WORLD. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 9, n. 17, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/96646>.

DITTMER, Lowell. China's Rise, Global Identity and Developing World. In: DITTMER, Lowell; YU, George T. (Eds.) **China, the Developing World and the New Global Dynamic**. London: Lynne Rienner Publishers, 2010.

DUGGAN, Niall. China – The Champion of the Developing World: A Study of China's new Development Model and its Role in Changing Global Econo-

mic Governance. **Politics & Policy**, v. 48, n. 5, p. 836-858, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/polp.12377>.

FONSECA, Carmen. Política externa e cooperação Sul-Sul do Brasil: interesses e solidariedade em jogo. In.: VITALE, Denise; KRAYCHETE, Elsa (Orgs.). **Entre a África e a América do Sul: dilemas e desafios do Brasil na cooperação Sul-Sul**. Salvador: EDUFBA, 2021.

FONSECA, Pedro Dutra; PAES, Lucas de Oliveira; CUNHA, André Moreira. The concept of emerging power in international politics and economy. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, n. 1, p. 46-69, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/By4rFGtvC9ZqXRfzPdtWHnq/?lang=en>.

HÖNKE, Jana; CEZNE, Eric; YANG, Yifan. Liminality positioned in the South: Reinterpreting Brazilian and Chinese relations with Africa. **Global Society**, v. 37, n. 2, p. 197-224, 2023.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MENESES, Maria Paula. **Dicionário das crises e das alternativas**. Lisboa: Almedina, 2012.

MENEZES, Roberto Goulart; BRAGATTI, Milton Carlos. Dragon in the “backyard”: China’s investment and trade in Latin America in the context of crisis. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 3, 2020.

PAUTASSO, D.; NOGARA, T.; SOUSA, A. P. B. DE; DORIA, G. A Nova Rota da Seda e o dilema de Xinjiang. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 9, n. 4, p. 25-42, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/24535>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RUDYAK, Marina. **China and the Global South: Many Initiatives, One Narrative**. Istituto Affari Internazionali (IAI), 2023. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep52632>. Acesso em: 2 agosto. 2024.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero; DA SILVEIRA, Isadora Loreto. From Bandung to Brasilia: IBSA and the political lineage of South-South cooperation. **South African Journal of International Affairs**, v. 23,

n. 2, p. 167-184, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10220461.2016.1200480>.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, p. 143-184, 2015.

SILVA, André Luiz Reis da. Retraction or consolidation? The follow-up phase in Dilma Rousseff's foreign policy (2011-2016). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, p. e012, 2022.

SILVA, André. **Política Externa Brasileira: Qual é o lugar do Brasil no mundo?** São Paulo: Editora de Cultura, 2023.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de; ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira; PORTO, Luis Filipe de Souza. A China na política externa do terceiro governo Lula: cem dias de reconstrução. **Conjuntura Austral**, n. 14, v. 68, p. 150-163, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/133618>.

UNGERER, Regina. Movimento dos Não Alinhados e G77: o Sul Global e a Covid-19. In: BUSS, P. M. & FONSECA, L. E. (Eds.). **Diplomacia da Saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho**. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2020b. (Série Informação para ação na Covid-19).

VISENTINI, Paulo Fagundes. Terceiro Mundo ou Sul Global. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 8, p. 1-8, 2015.

VADELL, Javier Alberto; LO BRUTTO, Giuseppe; LEITE, Alexandre Cesar; CRIVELLI, Eduardo. El rol de la cooperación de China en la transformación estructural del Sur Global. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 451-475, 2020.

VADELL, Javier Alberto. Geopolitics and Geoeconomics of China-Brazil Relations in the Bolsonaro Era: South-South Cooperation in Flux. **Third World Quarterly**, v. 42, n. 9, p. 1867-1885, 2021.

WORLD BANK. **The World Bank In China**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/china/overview>>. Acesso em: 2 agosto. 2024.

ARÁBIA SAUDITA, EMIRADOS ÁRABES E OS BRICS: ~~AS RELAÇÕES COM BRASIL E CHINA~~

*Felipe Werner Samuel*³⁰

*Marcelo Alves Melnek*³¹

*Vicente Carpi Nejar*³²

INTRODUÇÃO

O termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) foi criado em 2001 pelo economista Jim O'Neill, da Goldman Sachs, uma consultoria de investimentos em Nova Iorque. Ele utilizou o acrônimo em um relatório destinado a clientes, destacando o potencial de crescimento das economias desses países no futuro. Os ministros de Relações Exteriores desses, então, em 2008, se reuniram e publicaram um comunicado conjunto destacando a importância do multilateralismo e do Direito Internacional. No ano seguinte foi a vez de realizar uma reunião entre todos os chefes de Estado, sendo esta a primeira Cúpula dos BRIC. Mais tarde, em um contexto de que a África do Sul fazia parte, ao lado de Brasil e Índia, de outro Fórum de Diálogo, o IBAS, pediu para que fosse admitida. Aceita, inseriu-se o 'S' no acrônimo (Visentini, 2023). Recentemente o BRICS passou por um processo onde mais de 20 países pediram ingresso, entretanto, no dia 24 de agosto de 2023 foi anunciado que Emirados Árabes Unidos (EAU), Arábia Saudita, Irã, Egito, Etiópia e Argentina poderiam for-

30 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: felipe.wsamuel@gmail.com.

31 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: marcelomelnek@gmail.com.

32 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: vicentecarpinejar@gmail.com.

malmente ingressar a partir de 2024 (Janardhan; Baharoon, 2023). A Argentina, entretanto, no contexto da mudança presidencial, prontamente recusou o convite no final de 2023.

Contudo, apesar do que parte do senso comum tenta disseminar, o BRICS não é uma aliança contra o Ocidente ou uma contraposição estrita à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Pode ser descrito como um fórum de concertação e diálogo, incluindo países que possuem rivalidades latentes como Índia e China, exemplificadas pelas disputas fronteiriças na região do Tibete (Visentini, 2023). Os BRICS, apesar de suas diferenças econômicas e políticas, compartilham a aspiração de influenciar a governança global. As cúpulas internacionais, como as realizadas pelos BRICS, têm o objetivo de estabelecer metas políticas e econômicas compreensíveis no contexto global. Assim, permitem que os países membros se apoiem mutuamente nas suas ações políticas (Duggan; Azalia, 2020).

Haja vista a expansão dos BRICS, este artigo tem como objetivo principal fazer uma análise comparada das políticas externas de Brasil e China em relação aos dois novos membros dos BRICS pertencentes ao Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico, Arábia Saudita e EAU. Para alcançar esse propósito, serão explorados diversos aspectos relacionados ao tema, incluindo a motivação do convite para estes países fazerem parte do Fórum, o propósito do aceite ou não desse, um breve histórico das políticas externas chinesa e brasileira, bem como suas relações com os dois novos membros supracitados. Com isso, espera-se contribuir para uma compreensão mais ampla e detalhada.

Dessa forma, o artigo está estruturado em sessões nas quais se tratará: da ampliação dos BRICS, tanto do processo de escolha de Arábia Saudita e os EAU como novos convidados, quanto da motivação desses dois países em requisitar o ingresso e formalizar, ou não, a entrada no fórum; da política externa do Brasil para Arábia Saudita e EAU e as relações entre Brasília e esses Estados; da política externa da China para Arábia Saudita e EAU e as relações entre Pequim e esses Estados. Assim, procura-se elucidar as questões levantadas.

ARÁBIA SAUDITA, EMIRADOS ÁRABES E OS BRICS

Até 2023, 22 países já haviam requisitado a entrada nos BRICS, entretanto o convite só havia sido estendido a 6 desses. A presente seção, portanto, busca investigar qual foi o motivo para a escolha de Arábia Saudita e EAU, bem como o propósito desses em solicitar a admissão (Janardhan; Baharoon, 2023). Cabe destacar que, desde o anúncio em agosto de 2023, os EAU já formalizaram o aceite, sendo oficializados já em janeiro de 2024, enquanto a Arábia Saudita ainda o não fez.

A iniciativa de expandir o BRICS surge das discussões sobre a desdolarização do comércio e das transações financeiras. Após o fim de Bretton Woods, na década de 1970, os países do Oriente Médio exportadores de petróleo foram incentivados a utilizar o dólar como moeda de reserva de valor e meio preferido para o comércio internacional. Assim, suas moedas se ligaram ao dólar e os excedentes dos lucros da venda de hidrocarbonetos começaram a ser investidos nos Estados Unidos (EUA) que os reinvestiam, os petrodólares, demonstrando suas fortes ligações de dependência com a América. Durante o século XXI, entretanto, houve a alteração da posição dos EUA de comprador de petróleo para grande produtor, principalmente após 2009, além da ascensão da China como grande importador de hidrocarbonetos. Essa mudança levou EAU e Arábia Saudita a terem que recalibrar suas políticas externas (Kateb, 2024).

O estágio final da Primavera Árabe, representado pelas manifestações no Bahrein contidas pela intervenção militar Saudita – apoiada pelos EAU – autorizada pelo governo bahreinita, trouxe uma mudança importante na liderança da Casa de Saud, com a ascensão de Salman al Saud ao comando do Ministério da Defesa, dando início à jornada deste político experiente no âmbito nacional. Entretanto, o papel central é de Mohammad bin Salman (MBS), filho de Salman, pois esse foi o responsável por coordenar os projetos que garantiram ao seu pai o apoio da elite saudita. A chegada de Salman e MBS ao poder trouxe não só uma troca de governo, mas também uma profunda mudança na agenda política do país. Impulsionada pela Primavera Árabe, essa espécie de Revolução Nacional Saudita pavimentou o caminho para que as reformas

implementadas por Riade pudessem ir além das fronteiras nacionais. MBS tem levado uma política externa independente e pragmática (Firme, 2024).

Além da alteração das posições de EUA e China no comércio de hidrocarbonetos e a Primavera Árabe, outro ponto de inflexão da política internacional que afetou EAU e Arábia Saudita foi a guerra na Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022, e desencadeou uma série de sanções unilaterais impostas à Rússia por diversas nações ocidentais. Essas sanções resultaram não apenas na restrição de transações econômicas e financeiras, mas também no confisco de ativos russos em território estrangeiro, cujos valores foram posteriormente destinados à Ucrânia como forma de apoio. Observa-se que tanto os EAU quanto a Arábia Saudita podem ter reconhecido o perigo de uma repetição dessas ações contra suas reservas internacionais, uma vez que são países que reiteradamente são acusados de “infringir os direitos humanos” (Visentini, 2023).

EAU e Arábia Saudita são duas das maiores economias em termos de Produto Interno Bruto (PIB) per capita e detentores de grandes fundos soberanos. Além disso, são dois países que, apesar das tensões regionais, continuam com suas economias em crescimento, com a Arábia Saudita tendo o maior índice entre as 20 maiores economias do mundo no ano de 2022. O reino saudita, como parte da política de Estado “Vision 2030”, tem buscado diversificar sua agenda, principalmente econômica, mas não somente, buscando prevenir a dependência do comércio de petróleo. Os EAU também estão num processo de diversificação da economia, com o crescimento do PIB, descontado o petróleo, de 4,5% baseado no turismo, construção civil e investimentos em capital (Rahman, 2024).

A presença destes países do Golfo nos BRICS pode servir para coordenar o investimento nos demais países membros, muitos deles muito desiguais, como Brasil e Índia, e que buscam capital para o desenvolvimento da sua infraestrutura e do sistema industrial. Dessa forma, um dos principais apoiadores da inclusão desses dois países foi justamente a Índia, que para além da busca da facilitação do investimento, buscou incluir dois países capazes de apaziguar suas relações com a China. Isso devido tanto às relações trilaterais – as relações

chinesas são boas com as dos dois países do Golfo que, por sua vez, são boas com as indianas – como para incluírem novos parceiros capazes de fazer investimento de capital que não somente a China (Kateb, 2024).

Para além dos incentivos compartilhados, Arábia Saudita e EAU possuem razões únicas para a adesão aos BRICS. Pelo lado emirático, a adesão ao fórum seria encarada como uma prova de sua estatura como um ator significativo na Política Internacional devido suas questões energéticas, comerciais e financeiras. Enquanto que para a Arábia Saudita seria uma prova de sua transição da Política Externa, alterando do alinhamento direto com os EUA para assumir uma posição independente regionalmente. Assim, para países como a Arábia Saudita e os EAU, a adesão ao BRICS+ oferece uma oportunidade de assumir um papel ativo na formação de um novo futuro multilateral (Kateb, 2024).

Os membros fundadores do BRICS, por sua vez, podem ter verificado em EAU e Arábia Saudita dois membros que possuem um passado de forte cooperação e colaboração com o ocidente, principalmente os EUA, e, assim, afastar a retórica antiocidental que se tem aplicado à cúpula (Katz, 2023). Dessa forma, a entrada destes Estados no fórum tem serventia tanto para estes, que terão um novo cenário para a construção de suas políticas externas e para a defesa de seus interesses, quanto para os países que já faziam parte que adicionam novos possíveis investidores e parceiros comerciais e podem afastar um rótulo o qual nem todos os BRICS têm interesse em defender.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O SUL GLOBAL NO SÉCULO XXI

No início do século XXI, o Brasil apresentou uma mudança de postura nas suas relações exteriores, a qual assumiu forma durante os dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesse período, o Brasil sustentou uma postura crítica em relação às desigualdades e as assimetrias de poder internacionais, adensou o processo de integração regional sul-americano e intensificou os vínculos com os países em desenvolvimento, com os quais compartilha semelhanças socioeconômicas e de pautas nos fóruns globais.

Sem desprezar ou diminuir os vínculos com o Norte Global, a política externa brasileira adotou um caminho de entrar em grupos com diferentes perfis e geometrias de poder. Entre eles, destacam-se o IBAS, o G20, o G4 e o BRICS, com um equilíbrio nas interações com o Norte e o Sul (Silva, 2015).

O BRICS, com a sua defesa por um mundo multipolar e no desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul, obteve um papel central na pretensão de uma política externa mais autônoma por Lula e Dilma Rousseff. No entanto, os governos de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) adotaram novas agendas dentro dos grupos que nortearam a inserção internacional brasileira da primeira década do século XXI. O primeiro presidente, com a sua preferência por relações com os países desenvolvidos, e o segundo, com a crítica ao multilateralismo, esvaziaram as discussões mais transformadoras do BRICS. As posturas desses líderes ocasionaram na perda de relevância do bloco para a inserção internacional brasileira. Apesar disso, o governo de Bolsonaro continuou a respeitar o BRICS como um fórum que garante projeção global para o Brasil e almejava estreitar parcerias entre os membros, apesar de um foco crescente nos investimentos do setor privado (Silva; Holleben, 2020).

Com o retorno de Lula da Silva ao poder, em 2023, o BRICS voltou a ter prioridade dentro da agenda de política externa. Além das ideias defendidas nos seus primeiros governos, como a importância da multipolaridade e a Cooperação Sul-Sul, o Brasil foi assertivo em discussões com grande repercussão internacional dentro do bloco, como a reforma de organizações políticas internacionais e o fenômeno de redução do uso do dólar. Em relação ao segundo debate, o Brasil selecionou Dilma Rousseff, ex-presidente e aliada política de Lula, como nova presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como Banco dos BRICS. Como presidente do banco, Rousseff tem questionado a ordem financeira global, defendendo mudanças estruturais que estabeleçam maior justiça para os países subdesenvolvidos, postura adotada igualmente pelo governo brasileiro (Lima; Ives, 2024).

A despeito de oscilações ideológicas e variação na importância do multilateralismo, o Brasil obteve resultados importantes neste século em função de sua política externa para o Sul Global. Identifica-se uma inserção internacional

que abre espaço para cooperações técnicas e investimentos diretos no exterior, com foco na atuação nos países vizinhos da América Latina, fruto da integração regional, e na África, continente em que o Brasil melhor tem aplicado os conceitos de cooperação Sul-Sul. Percebe-se que, em função da sua participação dentro do BRICS, o Brasil tem diversificado as suas parcerias internacionais, em especial com os países africanos e do Oriente Médio. Os vínculos comerciais também são acompanhados por uma crescente percepção de poder do Brasil entre os seus pares do Sul Global, o que favorece que vínculos bilaterais se transformem em parcerias estratégicas no longo prazo. Sendo assim, a tendência é de adensamento dessas relações construídas pelo Brasil ao longo deste século (Milani; Carvalho, 2013; Diko; Sempijja, 2021; Lima; Ives, 2024).

AS RELAÇÕES DO BRASIL COM OS EAU

A parceria comercial entre Brasil e EAU tem se desenvolvido de modo acelerado nos últimos dez anos. O comércio entre os dois países chegou a 5,7 bilhões de dólares em 2022, mais da metade dos 9 bilhões de dólares do comércio total entre os EAU e os países latino-americanos. Mesmo sem contar o comércio de petróleo, principal produto de exportação dos EAU, o montante comercial entre Brasil e EAU chegou a 4,3 bilhões de dólares em 2022. Para se ter um ponto de comparação histórica, o comércio total entre todos os países latino-americanos e os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) era de somente 9,6 bilhões de dólares em 2016 (Mason, 2023).

Isso demonstra não só o crescente interesse dos EAU em se vincular economicamente com a América Latina, mas em especial com o Brasil, o qual é considerado um centro gravitacional na aceleração do crescimento econômico do Sul Global. Atualmente, há muitos investimentos emiradenses no Brasil que focam em infraestrutura, mineração, mercado imobiliário e educação (Vieira, 2023). O grande volume comercial também indica o sucesso da inserção das exportações brasileiras no Oriente Médio, com fácil recepção nos EAU, sendo o principal fornecedor de carnes de aves, carnes bovinas e açúcares para a nação árabe (Apex Brasil, 2024). Ademais, o Brasil é a segunda

maior fonte dos investimentos do mercado imobiliário nos EAU, de acordo com o embaixador emiradense no Brasil, Saleh Alsuwaidi (Carrieri, 2024).

Ver perceptível o esforço político para fortalecer os vínculos entre os dois países, apesar de políticas externas divergentes entre os dois presidentes brasileiros deste período. Nos últimos cinco anos, um Chefe de Estado brasileiro já visitou os EAU em quatro distintas ocasiões, sendo duas realizadas por Jair Bolsonaro e duas por Luiz Inácio Lula da Silva. Dessas viagens, três foram visitas de Estado, além de uma viagem realizada por Lula para comparecer à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP-28, realizada em Dubai. A primeira viagem de Jair Bolsonaro para os EAU foi em 2019, no seu primeiro ano de governo, e teve como foco a modernização na área de Defesa. O Brasil tem importante papel para os EAU nesse setor por meio de parcerias de transferência tecnológica e joint ventures, especialmente com o grupo EDGE, conglomerado estatal dos Emirados para equipamentos militares. Por outro lado, a segunda visita de Estado, em 2021, ocorreu paralelamente à feira de exposições Expo 2020, realizada em Dubai, a qual atraiu grandes investidores da região. Convenientemente, o centro das discussões entre os governos de Brasil e EAU foi a área de investimentos externos. Sendo assim, o vínculo brasileiro com os EAU foi reforçado por uma leitura política do governo Bolsonaro, o qual defendia que era necessário buscar inversões internacionais para superar as limitações orçamentárias do Estado brasileiro (Khan, 2021). Dessa forma, os EAU se apresentam como uma fonte confiável de investimentos, tendo em conta que assume a liderança entre os países do Oriente Médio em investimentos no Brasil, segundo o Banco Central do Brasil (Apex Brasil, 2024).

Por sua vez, o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem aumentado os eixos de convergência em termos de política externa entre o Brasil e os Emirados Árabes. Em abril de 2023, na primeira visita de Lula aos Emirados Árabes neste governo, vinte anos depois de visitar o país pela primeira vez, os presidentes Lula e Mohamed bin Zayed assinaram um memorando sobre mudanças climáticas. Os Emirados Árabes têm um interesse especial em investimentos ligados à sustentabilidade e é um defensor das medidas em combate às

mudanças climáticas. Essa pauta também é bem vista pelo presidente Lula, o que tem moldado a inserção internacional do Brasil no seu atual governo. Tanto é que a segunda visita de Lula aos Emirados, em novembro, foi realizada em função da COP-28 e ganhou um caráter especial para o governo brasileiro, que enviou uma grande comitiva com a presença, além do presidente, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Além disso, a delegação brasileira tinha o maior número de inscritos do evento com 1.337 inscritos, correspondendo a 5,5% dos participantes (Finotti, 2023). A busca por liderança em temáticas globais, sendo um porta-voz do Sul Global, tem sido uma postura constante do Brasil desde que começou a se perceber como uma potência regional ou potência média, postura que é capaz de aproximar esses países diversificados do Sul (Silva; Sphor; Silveira, 2016).

Além disso, os países do Golfo Pérsico e o atual governo do Brasil tem convergido em temas securitários importantes dos últimos anos, tais como a Guerra na Ucrânia e o conflito na Palestina. Desde o começo do conflito no Leste Europeu, os líderes do Golfo Pérsico têm resistido às pressões feitas pelos EUA para tomarem uma posição clara de alinhamento à causa ucraniana. Tal posição tem sido compartilhada pelo Brasil, o qual não tem interesse em prejudicar os seus vínculos com a Rússia, um dos principais membros do BRICS+ e importante ator político para o Sul Global. A respeito da violência enfrentada pelo povo palestino, agravada desde a ofensiva do grupo palestino Hamas contra Israel em outubro de 2023, o governo do presidente Lula tem adotado uma postura de solidariedade com a Palestina, enfatizando que as medidas israelenses são desmedidas, irracionais e pedindo pelo fim da guerra (Carrieri, 2024).

Não só a postura brasileira é ecoada pelos países do Sul Global, como também é recebida com ainda mais aceitação pelos países árabes, os quais historicamente utilizam os interesses do povo palestino como se fossem de interesse nacional. Por fim, percebe-se como um ponto essencial da aproximação política a entrada dos Emirados Árabes nos BRICS+, um bloco que, apesar de seu caráter ambíguo, tende a ser um fórum de concertação política para o Sul Global. Desse modo, os EAU ingressaram em um influente, apesar de agora

menos seletivo, grupos de países que têm a capacidade de moldar as relações internacionais de uma maneira propositiva e criticar às desigualdades estruturais (Mason, 2023; Stuenkel, 2023).

AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ARÁBIA SAUDITA

A relação brasileira com o reino da Arábia Saudita é uma história mais longa do que a média quando comparado com os vínculos com os demais países do Sul Global. Desde a década de 1970, o Brasil estabeleceu missões diplomáticas e trocou embaixadores com o reino saudita, tendo em vista os choques de petróleo e os interesses do governo autoritário militar, com caráter desenvolvimentista, de escoar os produtos industriais para os países do então Terceiro Mundo. Depois desse início promissor, as relações entre os Estados se mantiveram limitadas em agendas bilaterais, com avanços pontuais tanto em temas comerciais como na área de defesa, tal como o Protocolo de Cooperação Industrial-Militar de 1984. A primeira viagem de um presidente ao país, portanto, ocorreu somente em 2009, com a visita do presidente Lula (Santana, 2006; Gallas, 2023).

Em termos comerciais, a relação foi se incrementando de acordo com o crescimento das economias dos dois países em nível global. Desse modo, o ponto de inflexão certamente é o século XXI. Em 2000, o Brasil exportou apenas 1,4 bilhões de dólares para todos os países da Liga Árabe. Em 2023, o valor das exportações brasileiras chegou a 3,2 bilhões de dólares só para a Arábia Saudita. Apesar do reino ter perdido nos últimos anos o posto de principal importador de produtos brasileiros no Oriente Médio para os Emirados Árabes, a Arábia Saudita segue na segunda posição. Predomina o envio de produtos primários para a Ásia, com foco em produtos tradicionais do agronegócio como carne, soja, açúcar e trigo (Milan; Ferabolli; Gonçalves, 2023; Apex Brasil, 2024).

Neste momento, os dois Estados compartilham o privilégio de estarem no G20 e são atores influentes nos encontros. Ademais, os dois Estados têm uma certa preponderância dentro de sua região em termos de poder político (Cowie, 2023; Milan; Ferabolli; Gonçalves, 2023). Com isso, não é surpre-

endente perceber que, apesar de diferenças importantes entre os dois países, tem-se trabalhado a ideia de parceria estratégica ao longo dos anos. Em 2019, o Fundo de Investimento Público (FIP) da Arábia Saudita firmou um acordo de parceria estratégica para investimentos com o governo de Jair Bolsonaro, que tinha uma inserção internacional receptiva ao capital do Oriente Médio na economia brasileira (Rocha, 2019). Já em 2023, sob o governo do presidente Lula, o ministro de investimentos da Arábia Saudita, Khalid al-Falih, participou do primeiro fórum de investimentos Brasil-Arábia Saudita, no qual explicitou o interesse de entrar como um dos cinco maiores países em termos de investimentos estrangeiros no Brasil, com especial atenção nas áreas de mineração e frigoríficos, nos quais a Arábia Saudita já marca presença com seus investidores (Rocha, 2019; Cowie, 2023).

A área de Defesa, na qual o Brasil continha um entusiasmo em avançar os vínculos com os países do Oriente Médio nas décadas de 1970 e 1980, tem recebido uma renovada atenção por parte de Brasil e Arábia Saudita. Em 2024, os países assinaram um acordo de cooperação militar que indica a compra e venda de materiais entre as nações, transferência de tecnologia, além de pesquisas e projetos na base industrial de defesa. A ênfase industrial pode ser percebida pelo enviado brasileiro nesta missão, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento Geraldo Alckmin. Outro ponto que os países têm em comum, assumindo uma posição de liderança no Sul Global, é a defesa da transição energética. Em sua visita à Riade, em 2023, Lula discursou que pretende transformar o Brasil em uma “nova Arábia Saudita” da energia verde até 2030, com a expectativa de atrair investimentos sauditas nesse tema (Gallas, 2023; Brasil, 2024).

ANTI-HEGEMÔNICA: A PERSISTENTE POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Fundada em 1949, a República Popular da China (RPC), surge após a vitória na Guerra Civil Chinesa (1927-1937; 1946-1949), contra os chineses nacionalistas, derrotados e exilados para a ilha de Taiwan. A RPC começa sua existência em uma precária conjuntura doméstica e internacional. Apesar de

ser um país territorialmente grande e populoso, a China tinha uma economia predominantemente agrícola com grandes déficits em termos de indústria e tecnologia, além de ser alvo de uma política estratégica de contenção pelos EUA em seus aliados (Cioculescu, 2023).

Contudo, desde a fundação da RPC, as lideranças do partido tiveram a intenção de contestar a ordem internacional estabelecida e restaurar a ‘centralidade’ regional e o prestígio internacional da nação chinesa, com a intenção de superar as humilhações sofridas pela China nas mãos das potências ocidentais (Fardella; She, 2024). Tal esforço se traduziu em um contínuo esforço de atenuar a hegemonia das superpotências (URSS e EUA) e esculpir um polo alternativo liderado pela China que poderia moldar progressivamente a governança global e criar as condições para a segurança e prosperidade do país (Fardella; She, 2024).

Nesse contexto, se observa uma contínua e persistente grande-estratégia na política externa chinesa, cuja origem pode ser traçada à Mao Zedong teoria de “zonas intermediárias”. (Fardella; She, 2024). O conceito Maoísta de zonas intermediárias se difere das teorias mais tradicionais de grande-estratégia geopolítica, como a teoria “Heartland” de Mackinder, por ter um enfoque nas relações de poder da arquitetura do sistema internacional, e não um enfoque geográfico e na maximização das capacidades estatais (Garver, 2016). Também chamada de ‘estratégia de duas zonas intermediárias’, a primeira zona seriam os países subdesenvolvidos e a segunda zona os países da Europa Ocidental, a estratégia consistia em “apoio à primeira zona intermediária e conquista diplomática da segunda” (Visentini; Oliveira, 2012). A lógica anti-hegemônica da política externa de Beijing, têm com a Conferência de Bandung de 1955 o seu grande marco inicial (Fardella; She, 2024) onde os princípios básicos da política externa chinesa foram estabelecidos. São eles: respeito mútuo à soberania e integridade territorial; não agressão mútua; igualdade e vantagens recíprocas; não ingerência em assuntos domésticos; coexistência pacífica (Lopes et al., 2013). O conceito amadurece a partir dos anos 1960, em uma conjuntura do rompimento das relações Sino-Soviéticas, a deterioração do entorno estratégico chinês, ao sul, com a direta intervenção dos EUA no Vietnã (1965-

1973), e ao norte com os choques fronteiriços com a URSS (1969), levou a uma priorização das relações com a expandida segunda zona intermediária, agora incluindo também Canadá e Japão, como uma forma de mitigar o isolamento e continuar com a política anti-hegemônica contra as superpotências (Fardella; She, 2024). Sob a ótica ocidental, esse pivô para a segunda zona intermediária da RPC foi vista como uma forma de pragmatismo da política externa chinesa, que favorece os esforços de Washington em dividir o campo socialista e ganhar um aliado contra Moscou (Cioculescu, 2023).

Em 1974, Deng Xiaoping (1904-1997), futuro líder chinês, apresenta na Assembleia Geral das Nações Unidas, a Teoria de Três Mundos, onde o enfoque deixa o imperativo revolucionário e passa para o desenvolvimento econômico. Os três mundos seriam: o primeiro o mundo das superpotências (EUA e URSS), o segundo mundo, os países desenvolvidos, e o terceiro mundo, os países em desenvolvimento, com a China como o seu centro (Fardella; She, 2024). A normalização das relações sino-americanas em 1979, juntamente com as reformas em suporte de uma economia capitalista ao mesmo tempo que preservam o sistema de partido único na China, leva a diversos acordos econômicos com os EUA, Comunidade Europeia, Japão e diversos países asiáticos (Cioculescu, 2023). Contudo, isso não mudaria fundamentalmente a orientação estratégica da política externa chinesa. Nas palavras de Deng Xiaoping: “A política externa da China consiste principalmente em duas sentenças: uma sentença é opor-se ao hegemonismo e salvaguardar a paz mundial, e a outra sentença é que a China sempre pertencerá ao terceiro mundo” (Fardella; She, 2024, p. 9).

Ver creditado a Deng Xiaoping a cautelosa política externa chinesa de desenvolvimento pacífico e moderada, a fim de evitar coalizões de estados rivais temerosos do crescimento chinês, em um período em à China faltava soft power enquanto seu hard power (economia e capacidade militar) ainda estava em desenvolvimento (Cioculescu, 2023). Em essência, as bases do que é chamado socialismo de mercado, ou seja, o socialismo com características chinesas, estavam estabelecidas (Jung, 2019).

O fim da Guerra Fria (1947-1991) marcada para os chineses por dois eventos contemporâneos um ao outro, a derrota dos reformistas na repressão na Praça da Paz Celestial e a queda do Muro de Berlin, ambos em (1989), representando a derrota soviética e vitória dos comunistas chineses (Visentini, 2011). Essa não foi a interpretação de consideráveis analistas de política internacional no período, que argumentam que o próprio desenvolvimento do capitalismo chinês iria inevitavelmente levar a reformar rumo a um regime democrático liberal na China continental, ou seja, os eventos da Praça da Paz Celestial não foram um marco, somente um contratempo (Visentini, 2011).

Jiang Zemin (1993-2003) completou o processo de integração da economia chinesa às escalas de valor global, baseada em uma inserção internacional alicerçada no multilateralismo, cujo marco definitivo foi a entrada chinesa à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 (Cioculescu, 2023). Sua diplomacia era chamada a “diplomacia do sorriso”, a cultivação de boas relações com os EUA, conseguiram não somente afastar as consequências negativas dos eventos da Praça da Paz Celestial, mas também garantir o retorno dos enclaves europeus de Hong Kong (1997) e Macau (1999) e a normalização das relações com a Federação Russa (Visentini, 2011).

Chegado ao século XXI, a crise da hegemonia unipolar dos EUA no Sistema Internacional (SI) começa o processo de deterioração das relações EUA-China. O desenvolvimento chinês é dependente da sua integração internacional e a capacidade chinesa de moldá-la por dentro (Jung, 2019). Novos blocos de poder no SI (multipolaridade) são benéficos para o projeto de Estado chinês, na medida que constroem a capacidade de ação unilateral pelos EUA e facilitam iniciativas multilaterais chinesas de influenciar o SI (Jung, 2019).

Nesse contexto, o governo de Hu Jintao (2002-2012) observa o crescimento do soft power chinês, isto é, a conversão da capacidade econômica chinesa em iniciativas de governança internacional, cujo foco era a diplomacia multilateral e relações com o Sul Global (Cioculescu, 2023). A Crise Econômica e Financeira de 2008 e 2009 marcou o início de um período que se estende até o presente de maior assertividade da política externa chinesa, em especial, em 2010, onde uma disputa por quotas de votos no Fundo Monetário Inter-

nacional (FMI), culmina no nascimento do então grupo dos BRIC como uma força política efetiva (Stuenkel, 2020).

Assumindo a liderança chinesa em 2012, Xi Jinping lança a Belt and Road Initiative (BRI), também chamada Nova Rota da Seda; se caracteriza em uma série de grandes obras de infraestrutura ao longo das rotas propostas, almejando conectar à Eurásia de leste a oeste; a rota proposta tem duas vertentes principais: uma terrestre pela Ásia central, e outra marítima, pelo Oceano Índico. A BRI pretende a integração de mercados e a construção de uma estrutura regional de cooperação econômica, ao conectar simultaneamente os mercados chineses, da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), do Oriente Médio e da Europa (Jung, 2019). O modelo de gestão e financiamento da BRI, segue o típico modelo das iniciativas de cooperação Sul-Sul (CSS) chinesas, com ênfase nas parcerias público-privadas. Assim, as CSS chinesas atuaram como um catalisador para o financiamento de transações de mercado, deixando um legado permanente de investimento produtivo capaz de gerar fluxo comercial com o mercado chinês (Vadell et al., 2020).

Em uma visão panorâmica, a BRI: primeiro, contribui para evitar o desperdício da capacidade ociosa da economia chinesa e apoia à internacionalização das suas empresas; segundo, apoia a integração Eurasiática e um sistema sinocêntrico; e terceiro, reafirma a liderança chinesa em um modelo de cooperação Sul-Sul, isso é, liderança não-hegemônica, onde a China permanece parte do Sul Global, não obstante o nível de desenvolvimento chinês (Pautasso et al., 2021). A BRI combina simultaneamente a visão anti-hegemônica das zonas intermediárias de Mao Zedong, com a lógica de desenvolvimento pacífico e proativo de Deng Xiaoping, ao conectar os aliados e parceiros estratégicos da China da primeira zona com as economias avançadas dos “aliados indiretos” da China na segunda zona. Assim, contornando as estabelecidas estruturas de governança global da hegemonia dos EUA no SI (Fardella; She, 2024). A BRI se torna assim a resultante da construção de décadas de pensamento estratégico chinês, proporcionando uma nova leitura da recente assertividade chinesa no oriente médio e norte da África (MENA), em conjunto com a expansão dos novos BRICS, em que quatro dos cinco novos membros anunciados (Arábia

Saudita, Irã, EAU e Egito) pertencem a MENA e o quinto (Etiópia) se localiza na proximidade; assim fornecendo uma dimensão geoestratégica no crescimento das relações econômicas e diplomáticas da China com os países da Arábia Saudita e EAU.

CHINA E OS NOVOS BRICS (ARÁBIA SAUDITA E EAU): PIVÔS PARA O GOLFO PÉRSICO

Duas tendências simultâneas favoreceram o pivô da política externa chinesa para o Golfo Pérsico, primeiro, foi a redução da influência dos EUA na região (Lee, 2024), e a segunda foi o dual efeito do aumento da estabilidade regional, com a crescente importância estratégica para a China dos recursos energéticos da região, bem como o crescente mercado consumidor local em conjunto com iniciativas locais de diversificação econômica (Fardella; She, 2024). Essas duas tendências simultâneas resultaram em um grande incremento dos laços comerciais entre os países dos BRICS, China e Índia, e a região, com destaque também na influência do conflito Russo-Ucraniano com início em fevereiro de 2022, e o papel da região na circum-navegação das sanções econômicas à Rússia por esses países (Lee, 2024).

As relações entre a Arábia Saudita e a China, são favorecidas pela sinergia entre a BRI chinesa e a Visão Saudita 2030. O projeto saudita, visa a criação de uma economia mais sustentável e diversificada para o país, almejando a criação de mais de seis milhões de novos empregos, e dobrar o PIB até o ano 2030 (Fulton, 2020). Em números, as exportações chinesas para a Arábia Saudita passaram de 1,3 bilhão de dólares no ano 2000, para 31,8 bilhões de dólares no ano de 2020; as importações chinesas para a Arábia Saudita passaram de 1,56 bilhão de dólares no ano 2000, para 33,4 bilhões de dólares no ano de 2020 (Kayani; Saleem, 2024). Em termos de investimentos, o valor dos contratos de construção de companhias chinesas no reino está acima de 35 bilhões de dólares, entre 2005 e 2019, com destaque para a construção da ferrovia Mecca-Medina-Jeddah, pela China Railway Construction Corporation, a construção da maior usina de energia elétrica do MENA, ao norte Jeddah, e um projeto conjunto da Aramco-Sinopec para a refinaria de Yanbu. Além

disso, está em negociação um fundo de investimento conjunto entre Saudi Industrial Development Fund e China's Silk Road Fund no valor de 20 bilhões de dólares (Fulton, 2020).

Similarmente, as exportações chinesas para os EAU passaram de 2,08 bilhão de dólares no ano 2000, para 57,7 bilhões de dólares no ano de 2022; as importações chinesas para a EAU passaram de 0,372 bilhão de dólares no ano 2000, para 32,5 bilhões de dólares no ano de 2022. O EAU tem sido o maior mercado para produtos chineses no MENA, e segundo maior parceiro comercial, atrás somente da Arábia Saudita, com a expectativa que o comércio bilateral atinja 200 bilhões de dólares até 2030 (Fardella; She, 2024). Em termos de investimentos, se destacam a Al Dhafra, planta de energia solar, bem como projetos conjuntos com a chinesa Huawei e Alibaba na construção de data centers e internet 5G (Lons, 2024).

Essa compreensiva relação comercial, trouxe resultados significativos na área diplomática, como a visita de Xi Jinping ao primeiro Encontro China-Estados Árabes e o Encontro China-Conselho de Cooperação do Golfo, ambos em dezembro de 2022. Outro evento marcante, foi o papel da mediação chinesa na normalização das relações diplomáticas entre Arábia Saudita e Irã, em março de 2023, um papel que nem os EUA ou a União Europeia eram capazes de desempenhar (Lons, 2024). O acordo entre Riad e Teerã, é um claro exemplo do tipo de manobra diplomática que a China pretende desempenhar, não desafiando a hegemonia americana abertamente, mas sutil e gradativamente, gerando oportunidades para atores locais da zona intermediária fora das estruturas hegemônicas de governança internacional. (Fardella; She, 2024).

Contudo, os laços entre os países do Golfo Pérsico e os EUA e Europa são antigos e profundos. Ainda ostentando a posição de fonte primária de investimento na região, e a maior destinação de investimento do Golfo Pérsico no exterior, com ambos, Arábia Saudita e EAU se esforçando em balancear as relações com os EUA e Europa de um lado e China do outro (Lons, 2024). Isso se observa principalmente em questões securitárias, em que os EAU hospedam uma base aérea americana em Al Dhafra, ao mesmo tempo que ratificam sua entrada nos BRICS. Já a Arábia Saudita, ainda está por ratificar sua entrada

nos BRICS, bem como novos desafios trazidos pelo novo conflito Hamas-Israelense, iniciado em outubro de 2023, e as reservas sauditas sobre as relações com o Irã, agora membro dos BRICS (Fardella; She, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a estrutura das economias dos dois países selecionados, Arábia Saudita e EAU, é perceptível a natureza exportadora de insumos energéticos dessas economias, uma complementaridade aparente com as grandes e diversificadas economias do Brasil e China. Contudo, a natureza das relações bilaterais e multilaterais vem ganhando um novo contorno nas últimas décadas. Existe uma sinergia entre os projetos nacionais desses países, Arábia Saudita, e EAU em diversificar suas matrizes econômicas e expandir as possibilidades de cooperação para além do norte global, e as iniciativas internacionais de Brasil e China, que procuram não somente estáveis fontes de insumos energéticos e mercados externos para seus produtos, mas também possibilidades de formar abrangentes parcerias estratégicas para além inclusive da mera relação comercial, inclusive iniciativas em áreas estratégicas securitárias como infraestrutura de 5G. Além disso, as relações entre esses países oferecem uma alternativa de cooperação Sul-Sul, superando vínculos com países do Norte global.

Ademais, ao se pensar nas relações entre o Sul Global, os vínculos entre esses países podem ser muito positivos para a construção de instituições de governança global, como o BRICS+, o que pode levar ao reforço das estruturas multilaterais de governança global e servir para diminuir o peso do norte global e constranger as possibilidades de ação unilateral dos EUA. No entanto, ainda é cedo para apontar os resultados das novidades implementadas no bloco e a capacidade de concertação política do bloco para superar instabilidades, especialmente quando analisamos a instabilidade regional do Oriente Médio, região de origem da maioria dos novos membros do BRICS+. Desse modo, é necessário alternativas para os dilemas securitários da atualidade.

REFERÊNCIAS

APEX BRASIL. **Estudos da Apex Brasil revelam potencial de comércio e investimento com Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita.** Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/perfil-pais-eau-ara-bia-saudita.html#:~:text=O%20Brasil%2C%20em%202023%2C%20figurou.> Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Brazil and United Arab Emirates sign memorandum on climate change.** 17 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/en/latest-news/2023/04/brazil-and-united-arab-emirates-sign-memorandum-on-climate-change>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Brasil e Arábia Saudita assinam acordo de cooperação em defesa.** 04 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/brasil-e-arabia-saudita-assinam-acordo-de-cooperacao-em-defesa>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CARRIERI, Marcos. **Brazil-UAE: 50 years of diplomacy.** Brazil-Arab News Agency, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://anba.com.br/en/brazil-uae-50-years-of-diplomacy/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CIOCULESCU, Șerban Filip. Understanding the Foreign Policy of the People's Republic of China. In: NAUMESCU, Valentin (org.). **Great Powers' Foreign Policy.** Boston: Brill, 2023. P. 95-144. Disponível em: <https://lccn.loc.gov/2022043620> Acesso em: 12 ago. 2024.

COWIE, Sam. **“Strategic partners”: A look at burgeoning Saudi-Brazil trade ties.** 13 set. 2023. Al Jazeera. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/13/strategic-partners-a-look-at-burgeoning-saudi-brazil-trade-ties>.

DANIEL, I. Mission brought Brazil, **UAE closer on sustainability.** 22 mar. 2023. Ver de Notícia Brasil-Árabe Disponível em: <https://anba.com.br/en/mission-brought-brazil-uae-closer-on-sustainability/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DIKO, N Nqophisa; SEMPIJJA, Norman. Does Participation in BRICS Foster South-South Cooperation? Brazil, South Africa, and the Global South. **Jour-**

nal of Contemporary African Studies, v. 39, n. 1, 2020.

DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasília: BRICS and the G20, road to nowhere? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, p. e009, 2020.

FARDELLA, Enrico; SHE, Gangzheng. The Role of the Gulf in the Longue Durée of China's Foreign Policy. **Middle East Policy**, [S.l.], London, v. 31, n. 1, p. 50-65, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/mepo.12734>. Acesso em: 10 ago. de 2024.

FINOTTI, Ivan. **Brasil tem a maior delegação da COP28, com 1.337 nomes inscritos**. 1 dez. 2023. Folha de S. Paulo. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/12/brasil-tem-a-maior-delegacao-da-cop28-com-1377-nomes-inscritos.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

FIRME, Rafael da Silva. **A revolução nacional saudita e a política externa de Mohammed Bin Salman Al Saud**. 2024. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/276312> Acesso em: 17 ago. 2024.

FULTON, Jonathan. China-Saudi Arabia Relations Through the '1+2+3'. **Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies**, [S.l.], v. 14, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/25765949.2020.1841991>. Acesso em: 9 ago. 2024.

GALLAS, Daniel. **Lula: Brasil será “Arábia Saudita da energia verde” em 10 anos**. 29 nov. 2023. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n7d2j8zk2o>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GARVER, John W. **China's Quest**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/12799>. Acesso em: 9 ago. De 2024.

JANARDHAN, Narayanappa; BAHAROON, Mohammed. **UAE in BRICS Expansion Amplifies Multialignment Trend**. Arab Gulf States Institute, Washington DC, 5 set. 2023. Disponível em: <https://agsiw.org/uae-in-brics-expansion-amplifies-multialignment-trend/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

JUNG, Daiana Winter. **Ascensão chinesa no sistema internacional: a**

busca por uma posição um sistema em crise. 2019. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/224851> Acesso em: 9 ago. 2024.

KATEB, Alexandre. **BRICS+andtheArabGulf:ThePerksofMembership.** Carnegie, Washington D.C. 4 jan. 2024. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/sada/2024/01/brics=-and-the-arab-gulf-the-perks-of-membership?lang=en>. Acesso em: 22 set. 2024.

KATZ, Mark N. **The BRICS come to the Middle East and North Africa.** Atlantic Council, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-brics-come-to-the-middle-east-and-north-africa/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

KAYANI, Farrukh Nawaz; SALEEM, Khalil Abu. Strangers to Strategic Allies: An Overview of Thriving, Prospering and Blossoming Sino-Saudi Relations. **WSEAS Transactions on Business and Economics**, [S.l.], v. 21, p. 1355-1361, 2024. Disponível em: <https://wseas.com/journals/bae/2024/c265107-2717.pdf> Acesso em: 9 ago. 2024.

KHAN, Sarmad. **Brazil aims to double UAE trade to \$5.6bn in five years.** The National News, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.thenationalnews.com/business/economy/2021/10/03/brazil-aims-to-double-uae-trade-to-56bn-in-five-years/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

LEE, Yongjae. **Implications of BRICS Expansion: BRICS Identity Change and Expansion into the MENA Region.** Seul: Korea Institute for National Unification, 2024. Online Series. Disponível em: <https://www.kinu.or.kr/library/10150/contents/6768107> Acesso em: 9 ago. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de; IVES, Diego. Desafios Políticos Na Implementação Da Política Externa Do Governo Lula 3. **CEBRI Revista**, ano 3, n. 9, 2024. Disponível em: cebri.org/revista/br/artigo/137/desafios-politicos-na-implementacao-da-ver-externa-do-governo-lula-3. Acesso em: 2 set. 2024.

LONS, Camille. **East Meets Middle: China's Blossoming Relationship with Saudi Arabia and UAE.** European Council on Foreign Relations: Paris, 2024. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep60149> Acesso em: 9

ago. 2024.

LOPES, Bárbara Ferreira; NASCIMENTO, Daniele Cardoso do; VADELL, Javier Alberto; FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, jul-dez. 2013. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/110/68>. Acesso em 9 ago. 2024.

MASON, Robert. **The UAE Leads the Way on Gulf-South America Ties**. Arab Gulf States Institute in Washington, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://agsiw.org/the-uae-leads-the-way-on-gulf-south-america-ties/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MILAN, Edmilson; FERABOLLI, Sílvia; GONÇALVES, Alexandre Leopoldo. Relações econômicas entre o Brasil e o Mundo Árabe. **Carta Internacional**, v. 18, n. 2, p. e1305–e1305, 2023.

MILANI, Carlos; CARVALHO, Tássia. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais Da PUC Minas**, v. 1, n. 1, 2013.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago; SOUSA, Ana Paula Bernardo de; DORIA, Gaio. A Nova Rota da Seda e o dilema de Xinjiang. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 25-42, 2021.

RAHMAN, Fareed. **Saudi Arabia and UAE officially join Brics: What will it mean for the bloc?**. The National News, Abu Dhabi-EAU, 2024. Disponível em: <https://www.thenationalnews.com/business/economy/2024/01/01/saudi-arabia-and-uae-officially-join-brics-what-will-it-mean-for-the-bloc/>. Acesso em: 22 set. 2024.

ROCHA, A. **Saudi fund wants to invest as much as USD 10 bn in Brazil**. Ver de Notícias Brasil-Árabe. 29 nov. 2019. Disponível em: <https://anba.com.br/en/saudi-fund-wants-to-invest-as-much-as-usd-10-bn-in-brazil/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 2, p. 157–177, dez. 2006.

SILVA, André Luiz Reis da; HOLLEBEN, Raquel de. De Lula a Bolsonaro: Rupturas E Continuidades Discursivas Na Política Externa Brasileira Para Os BRICS (2003-2020). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 11, n. 22, 2022.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero; SILVEIRA, Isadora Leite da. From Bandung to Brasilia: IBSA and the political lineage of South-South cooperation. **South African Journal of International Affairs**, v. 23, n. 2, p. 167-184, 2016.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria Variável E Parcerias Estratégicas: A Diplomacia Multidimensional Do Governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, 2015.

STUENKEL, Oliver. **Expansão do Brics é triunfo diplomático para Pequim e desafio para o Brasil**; leia a análise. Estadão, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/oliver-stuenkel/brics-antiocidental-e-triunfo-diplomatico-para-pequim-e-desafio-para-o-brasil-leia-a-analise/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the Future of Global Order**. 2. Ed. Londres: Lexington Books, 2020. Disponível em: <https://lccn.loc.gov/2020738580>. Acesso em: 9 ago. de 2024.

VADELL, Javier Alberto; LO BRUTTO, Giuseppe; LEITE, Alexandre Cesar; CRIVELLI, Eduardo. El Rol De La Cooperación de China En La Transformación Estructural Del Sur Global. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 451-475, dez. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v-35n77p451>. Acesso em: 9 ago. 2024.

VIEIRA, Mauro. **Brazil and the UAE: a strategic partnership for the future**. The National News, 15 abr. 2023. Disponível em: <https://www.thenationalnews.com/opinion/2023/04/15/brazil-and-the-uae-a-strategic-partnership-for-the-future/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A novíssima China e o Sistema Internacional**. Ver. Sociol. Polit., Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 131-141, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/96zLf5j7CHLBYry5k8qfzYj/?lang=pt> Acesso em: 9 ago. 2024.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **BRICS+: uma sigla envolta em fantasias**.

Análise Estratégica Nerint, Porto Alegre, 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/brics-uma-sigla-envolta-em-fantasias/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. As Relações Sino-Africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 25-40, 2012. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/view/40/43>. Acesso em 9 ago. 2024.

A EXPANSÃO DOS BRICS PARA CHINA E BRASIL: UM DESCOMPASSO ENTRE NAÇÕES

*Felipe Fonseca*³³

*Felipe Oliveira*³⁴

*Natalye Cezar*³⁵

INTRODUÇÃO

Antes mesmo do anúncio da expansão do BRICS em 2023, a própria existência e desenvolvimento do grupo tem sido alvo de debates e especulações. A própria nomenclatura do grupo – de autoria do grupo financeiro Goldman Sachs, demonstra o momento de expectativa para com os países emergentes ante ao processo de globalização no início do século XXI. O que chama atenção, no entanto, não é o potencial crescimento econômico dos países (na época Brasil, Rússia, Índia e China), visto que outras siglas de grupos de países também foram instrumentalizadas pelo marketing financeiro, a exemplo do VISTA (Vietnã, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina) e CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul). A razão, portanto, para tanto debate se faz pelo fato de o BRICS ter se tornado um mecanismo político-diplomático que surge num momento de reorganização do sistema internacional (Reis, 2013).

Em 2023, o BRICS ampliou sua composição ao incluir novos membros: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, mar-

33 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: fonseca.ol.felipe@gmail.com

34 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: 0806.felipe@gmail.com

35 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: naty17051997@gmail.com

cando um novo passo importante em sua evolução como uma coalizão global influente. Uma das razões pelas quais é interessante é que ela reflete a crescente diversificação e globalização das economias emergentes. A importância dessa pesquisa é compreender a reconfiguração do poder global, analisando a influência da China e Brasil em relação ao BRICS e como a expansão de novos membros e economias emergentes remodelam a ordem internacional. E principalmente, analisar o impacto econômico e comercial através das dinâmicas multilaterais e estratégias diplomáticas no contexto de governança global.

Posto isso, o trabalho foi desenvolvido para responder uma pergunta central: Como o projeto de inserção internacional dos dois países analisados se relaciona com a expansão do BRICS? A nossa hipótese é que a expansão do BRICS é impulsionada principalmente pelos interesses geopolíticos e econômicos da China, através dos quais busca consolidar sua influência na Nova Ordem Internacional através de iniciativas como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e a Belt and Road Initiative (BRI). Ao contrário do Brasil, que após a recente década de retração em seu ativismo diplomático, mesmo posterior aos primeiros governos Lula (2003-2010), encontrou dificuldades para retomar o protagonismo que conquistou na época da formação do BRICS, assim resultando em uma participação limitada e menos influente no processo de expansão do grupo.

A partir dessa ideia, temos como objetivo analisar a expansão do BRICS através da inserção internacional do Brasil e China, explorando suas estratégias e identificando os principais fatores. A pesquisa é estruturada em quatro seções principais: (1) análise da posição do BRICS no sistema internacional, abordando sua concepção, interesses e objetivos, e debatendo seu papel potencial de reformador da ordem internacional; (2) exame da política externa chinesa em relação ao BRICS nos anos que precederam a expansão do grupo; (3) identificação dos interesses da China nos novos países aderentes ao BRICS; e (4) avaliação do papel do Brasil no contexto do BRICS, considerando sua influência e envolvimento no grupo.

O BRICS NAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL PÓS-GUERRA FRIA

Em termos concretos, é evidente que no início dos anos 2000, apesar do crescimento econômico dos países emergentes, a falta de representatividade, e, portanto, legitimidade nas instituições internacionais herdadas da ordem construída no pós-guerra ainda chamavam atenção ao que o movimento do terceiro-mundismo apontava (Reis, 2013). Segundo um parecer sobre o Fundo Monetário Internacional (FMI) do jornal *The Economist* (2006), “It is absurd that Brazil, China and India have 20% less clout within the fund than the Netherlands, Belgium and Italy, although the emerging economies are four times the size of the European ones, once you adjust for currency differences”.

Essa situação criou oportunidades para o surgimento de novas formas de cooperação e coordenação entre países em desenvolvimento. Analisando a partir de uma perspectiva crítica, um conjunto de nações variadas que busca afirmar sua presença no cenário internacional e promover uma maior igualdade nas relações globais pode ser classificado por Robert Keohane (1969 apud Sennes 2003) como *system-affecting states*. Esses países, que não têm uma influência significativa por conta própria, procuram formar coalizões e parcerias para agir de forma coordenada, tanto em nível regional quanto global. Segundo Keohane (1969), a posição relativa desses países no sistema internacional influencia diretamente a formulação de suas estratégias de inserção global.

O até então, BRIC, teve sua conformação na reunião de chanceleres em 18 de maio de 2008 em Ecatimburgo. Os principais pontos acordados destacam: fortalecimento do multilateralismo, com a Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhando papel central; necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz; China e Rússia registraram apoio às aspirações do Brasil e Índia de desempenhar maior papel nas Nações Unidas; apoio à solução de disputas por meios políticos e diplomáticos; reiteração do compromisso de contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e o apoio aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza; e

reconhecimento da importância da cooperação internacional para o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima.

De acordo com Rewizorski (2018), a discussão acadêmica sobre o BRICS se divide em três vertentes. Os primeiros consideram a ascensão do grupo como um desafio à hegemonia do sistema internacional, visando os esforços realizados pelo BRICS como uma construção de uma estrutura multipolar de governança global. Algo interessante em pontuar é a frequente menção, tanto apontada por Duggan e Azalia (2023), a relação da atuação do BRICS com a teoria de transição de poder³⁶.

Ainda, Rewizorski (2018) expõe uma segunda vertente acadêmica que se concentra na coordenação de políticas e na cooperação entre os membros do BRICS, examinando como essas nações articulam suas agendas domésticas em uma esfera global. Esse grupo de estudiosos³⁷ analisa como os membros do BRICS alavancam suas vantagens competitivas, como recursos estratégicos e populações com mão de obra barata, para desafiar o status quo da governança global, pressionando por reformas que favoreçam seus interesses, especialmente em setores onde desempenham um papel de liderança. Por fim, a terceira vertente seria dos que focam no papel do grupo na transformação da ordem mundial. Esses estudiosos argumentam³⁸ que, por meio da interação entre seus membros, o BRICS desenvolveu camadas de identidade coletiva como potências emergentes. Essa identidade comum é vista como um fator crucial que influencia as regras e normas do sistema internacional vigente.

Nesse sentido, a ascensão de novos atores internacionais não tradicionais possa estar ligada ao fortalecimento da agenda dos países em desenvolvimento em torno de propostas como a “nova ordem econômica internacional”

36 A Teoria da Transição de Poder, conforme Lemke e Kugler (1999), descreve um sistema hierárquico onde todas as nações reconhecem a existência dessa hierarquia e a distribuição relativa de poder dentro dela. Nesse sistema, o poder é distribuído de forma desigual e concentrado nas mãos de poucos. Uma nação dominante ocupa o topo dessa hierarquia, controlando a maior proporção de recursos disponíveis. No entanto, essa nação, embora dominante, não é uma hegemonia, pois não consegue controlar sozinha as ações de outras potências. Sua posição de poder é mantida através da preponderância sobre rivais potenciais e da gestão do sistema internacional de acordo com regras que beneficiam seus aliados e atendem às suas aspirações nacionais.

37 Conforme Rewizorski (2018), os autores Rohan Mukherjee, David Malone e Johannes Schmidt são citados na discussão sobre a segunda vertente.

38 Na terceira vertente, são mencionados por Rewizorski (2018) os autores Marina Larionova, Andrey Sheleпов e John Kirton.

ou à exigência de reformas na governança global, semelhante ao movimento dos Não-Alinhados. Contudo, Ricardo Sennes (2011) denomina como minimalista a agenda internacional dos países emergentes, visto que o BRICS carece, ou melhor, nem cogita um arranjo semelhante à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aos quais o autor determina como alianças e agrupamentos que garantem coerência política e agendas comuns.

Em contraste, o BRICS atua por consenso, não havendo um líder específico, e assim, atua não por uma agenda de interesses comuns, dada a heterogeneidade do grupo, mas se articula conforme as agendas semelhantes a seus membros, guardando autonomia e especificidades de cada um (Visentini, 2023). Além disso, Sennes (2011) esclarece que uma agenda internacional minimalista envolve o respaldo aos princípios gerais do direito internacional, empregando-os para minimizar os custos políticos de confrontos com potências tradicionais ou outros países.

Contudo, essa abordagem não leva esses países a investir recursos materiais e políticos para fortalecer e tornar esses princípios mais robustos e eficazes. Dessa forma, fica claro que os esforços do BRICS estão mais voltados para garantir o funcionamento do status quo, contudo, com ajustes e balanceamentos em relação à dinâmica das instituições vigentes. Em resumo, os países do BRICS, tanto como coalizão ou individualmente, não apresentam uma agenda internacional inédita, nem reformista, tal qual experienciada pelo espírito de Bandung³⁹.

A POLÍTICA EXTERNA CHINESA

O Estado chinês alcançou níveis impressionantes de desenvolvimento, especialmente a partir das reformas econômicas iniciadas no final da década de 1970, passando rapidamente de um país agrário para um polo de ascensão científica e tecnológica. Desde então, sua atuação internacional tornou-se

39 A Declaração Final de Bandung, adotada em 24 de abril de 1955, estabeleceu princípios essenciais para os países participantes, que visavam combater o neocolonialismo, assegurar o direito à autodeterminação dos povos e promover a independência e autonomia dos Estados em relação à escolha de seus sistemas políticos e estratégias de inserção internacional.

cada vez mais expressiva. Desde os anos 2000, a China vem expandindo sua presença econômica globalmente, e uma de suas principais iniciativas é a BRI, que busca criar uma rede de comércio e infraestrutura para conectar a China a outras partes do mundo, incluindo a Ásia, Europa e África. A BRI envolve a construção de estradas, pontes, ferrovias, portos e instalações de energia em diversos países.

Para financiar esses projetos, a China criou organizações financeiras como o Banco Asiático para Investimento em Infraestrutura (AIIB), fundado em 2016. O AIIB apoia a BRI e financia projetos de infraestrutura em vários países e regiões, visando apoiar o desenvolvimento econômico e melhorar a conectividade na região. Assim, a China vem substituindo gradualmente o papel do Banco Mundial para países do antigo Terceiro Mundo, oferecendo uma alternativa para esses países em busca de financiamento e investimento em infraestrutura. Essa iniciativa tem sido vista como uma forma de a China expandir sua influência globalmente, atuando como um mecanismo de poder para suprir as necessidades de outros Estados por meio de investimentos em infraestrutura (Clegg, 2009). Além disso, a BRI e o AIIB também são vistos como uma oportunidade para a China exportar sua capacidade de construção, tecnologia e serviços financeiros para outras partes do mundo.

Em 2000, a China e diversos países em desenvolvimento não assinaram um acordo formal, mas estabeleceram um conceito conhecido como Consenso de Pequim, com o objetivo de impulsionar a cooperação e o desenvolvimento mútuo. Esse consenso visava promover áreas como comércio, investimento, segurança alimentar e energética, proteção ambiental e redução da pobreza (Gresh, 2008). Para alcançar esses objetivos, o Consenso de Pequim baseou-se em três pilares principais: a cooperação Sul-Sul, que promove a troca de recursos, conhecimento e experiências entre países em desenvolvimento; a defesa da soberania nacional e da não interferência nos assuntos internos de outros países; e a busca por um desenvolvimento pacífico e equitativo, respeitando as diferenças culturais e políticas entre os países signatários (Colombo, 2018).

Em contraposição ao Consenso de Washington, que defendia reformas neoliberais impostas por instituições financeiras ocidentais, o Consenso de

Pequim representou uma alternativa que permitia aos países em desenvolvimento seguirem seu próprio caminho de crescimento econômico, sem condicionantes externas. Desse modo, o Consenso de Pequim teve um impacto significativo na diplomacia chinesa e na promoção da cooperação Sul-Sul, aumentando a influência da China no cenário internacional e fortalecendo suas relações com outras nações em desenvolvimento (Ramo, 2004).

Esses pontos pautam o desenvolvimento de uma abordagem internacional com respeito às características locais dos países com quem negocia para permear qualquer cooperação sem considerar termos de ganho absoluto com, por exemplo, a recente proposta da BRI. Desse modo, fica evidente uma consciência clara sobre as especificidades locais e o multilateralismo nas relações exteriores da China, especialmente a partir da política externa adotada pelo governo de Xi Jinping desde 2012 (Heiermann, 2022).

A China se posiciona no cenário internacional como uma potência em busca de cooperação estratégica baseada na confiança mútua e interesses compartilhados, refletida em sua política de abertura e globalização desde 1978 e no going global dos anos 2000 (Montenegro, 2019). Assim, a BRI reforça essa visão ao promover uma rede global de infraestrutura que busca integrar mercados e otimizar o acesso a recursos internacionais, enquanto o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura oferece uma alternativa ao sistema financeiro dominado pelos Estados Unidos (EUA) (Comisión Nacional de Desarrollo y Reforma, 2015). A BRI é fundamentada em princípios de abertura e cooperação, incentivando a participação de diversos países e organizações, priorizando a harmonia e a inclusão, e seguindo normas e convenções internacionais. Seu objetivo é criar um cenário de benefícios mútuos e ganhos compartilhados, facilitando a mediação e a cooperação para alcançar prosperidade global (Comisión Nacional de Desarrollo y Reforma, 2015).

Atualmente, a BRI enfrenta a necessidade crescente de fortalecer o multilateralismo, impulsionada por preocupações com impactos ambientais, sustentabilidade e transparência do projeto (Chen, 2021). À medida que a iniciativa se expande, surgem novos desafios que oferecem oportunidades para a diplomacia chinesa, especialmente em áreas como a sustentabilidade, que se

tornou uma prioridade nos planos da BRI. Tanto a China quanto outros participantes de iniciativas de governança global buscam não abolir o sistema atual ou criar um novo, mas reformar os mecanismos existentes para melhorar a governança global. O objetivo é promover opções de cooperação internacional que favoreçam relações de benefício mútuo e ganhos compartilhados (Ceará, 2023). O BRICS recebe uma atenção especial na política externa chinesa por se configurar como um arranjo que potencializa e facilita o estreitamento de laços e o processo supracitado entre os países participantes da BRI e países interessantes à China. Dessa forma, é importante destacar a relevância desses países para a implementação da BRI e para a estratégia externa da China.

OS NOVOS MEMBROS DO BRICS PARA A CHINA

A Etiópia possui um sistema financeiro pouco desenvolvido, tornando-o excessivamente dependente de crédito externo, desafio que é suprido pelos chineses, compondo um quarto da dívida externa do país. Além disso, o financiamento de inúmeras obras de infraestrutura se faz presente, com especial destaque à ferrovia Adis Abeba-Djibouti, crucial para o escoamento da produção etíope inaugurada em 2016. O plano de desenvolvimento de dez anos da Etiópia (2021-2030) possui especial destaque por nortear a atuação do país frente à BRI e agora ao ingresso no BRICS contando respectivamente com a entrada de investimento chinês e agora com uma aceleração no investimento do setor público e privado. Esses investimentos são complementares à importância que a China apresenta dentro das parcerias comerciais etíopes, figurando como a principal em 5 bilhões de dólares, concentrando-se na exportação de produtos agrícolas aos chineses (Primeira Plana, 2023). Segundo o presidente Xi Jinping, a China vê na Etiópia uma oportunidade para empresas chinesas investirem e iniciarem negócios no país. Xi destacou o uso do “canal verde” pela Etiópia para facilitar a entrada de produtos agrícolas africanos no mercado chinês, com o objetivo de expandir a cooperação econômica e comercial bilateral (Xinhua, 2024).

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) buscam se promover como um hub econômico e logístico com foco no desenvolvimento e na infraestrutura, e para

isso veem na parceria com a China uma forma de atingir seu objetivo (China Daily, 2024). Tendo fundado uma zona para cooperação econômica com foco nas capacidades industriais, as relações sino-emiradenses empolgam-se com a entrada vultuosa de indústrias chinesas na região, o que resulta no acesso à tecnologia de ponta (China Daily UAE, 2023).

O líder Mohammed Bin Zayed visitou Pequim para a assinatura de mais de 19 acordos, reforçando a parceria estratégica entre os EAU e a China (Hammadi, 2024). Os EAU são o maior parceiro comercial dos Emirados, com trocas bilaterais que totalizam 94,4 bilhões de dólares. Entre 2003 e 2022, os EAU realizaram investimentos substanciais na China, somando 11,4 bilhões de dólares em setores-chave como imóveis, serviços financeiros, energia verde e transporte (Hammadi, 2024). Durante o mesmo período, o investimento chinês nos EAU foi de 6,9 bilhões de dólares, evidenciando a reciprocidade nas relações econômicas. Essa colaboração visa construir um futuro resiliente e interconectado e reflete-se nas possibilidades que a entrada no grupo possibilita para as relações com a China e outros países (Hammadi, 2024).

Quanto à Arábia Saudita, a parceria com os chineses centra-se de modo a alinhar a BRI ao Saudi Vision 2030, uma iniciativa do governo para diversificar sua economia e orna-la menos dependente do petróleo. Esse alinhamento converge conforme os investimentos chineses são atraídos para a indústria do turismo, por exemplo, ou da própria infraestrutura (Chen; Shu; Wen, 2018). A posição estratégica e relevância geopolítica que a Arábia Saudita possui tornam o membro mais especulado para a entrada no grupo, entretanto, os sauditas têm nas últimas décadas recorrido a alternativas para não ficarem tão dependentes de Washington conforme este não se compromete com a formalização de um pacto de cooperação militar mais robusto, o principal desejo de Riade (Teruel, 2022).

No caso do Egito, a sua significância geoestratégica, a economia aberta do general Al-Sisi e a mão de obra relativamente barata oferecem à China oportunidades para aumentarem as exportações de baixo valor agregado através dos mercados europeus, africanos e árabes (Wagner; Cafiero, 2012). Isso representa uma oportunidade para o Egito conforme ele se beneficia dos altos

investimentos em infraestrutura que recebe da China, podendo implicar gradualmente em uma diminuição da dependência de Washington. Para o presidente Al-Sisi, a cooperação sul-sul posa oportunidade para desenvolvimento da indústria da agricultura e alimentar do país cuja cooperação chinesa se concentra nessa área, assim com incentivos nesse âmbito, construindo capacidade produtiva e infraestrutura nas áreas rurais o Egito pode integrar-se mais à BRI tendo no BRICS uma possibilidade de estreitar negociações e aquisição de acordos que atuem nessa área (Al-Sisi, 2024).

Para o Irã, é mister a manutenção dos laços com a China, uma vez que este observa na BRI uma proposta chinesa de futuro compartilhado, sentindo a priorização dos objetivos iranianos na forma que a China propõe a sua inserção internacional na região (Raisi, 2023). Assim, vale ressaltar a importância geoestratégica que este país possui para a iniciativa que presume o desenvolvimento estrutural incluindo o Irã. A China observou os conflitos na região como uma forma de os EUA se desgastarem, mas isso se modifica devido ao crescente envolvimento nesse espaço (Pinkas, 2024). A entrada do Irã no BRICS se propõe como facilitadora nas negociações e nas possibilidades de desafogamento para o país frente às sanções ocidentais (Pinkas, 2024).

Em suma, os esforços da diplomacia chinesa centram-se em possibilitar a realização da BRI, articulando a expansão e advogando pela entrada de membros no BRICS que coadunem seus interesses. A ênfase nas regiões do Oriente Médio e da África, que abrangem os novos membros do BRICS, reflete a diretriz estabelecida por Xi Jinping desde o início de seu mandato, que prioriza a intensificação da presença regional chinesa (Montenegro, 2019). Nesse contexto, a crescente presença da China, manifestada através de investimentos em energia, diplomacia e financiamento em projetos de grande escala, suscita preocupações quanto à viabilidade da BRI. Para enfrentar esses desafios, a China adota uma abordagem institucional que visa oferecer soluções financeiras e facilitar a inserção internacional desses países (Xi, 2022). Assim, pode-se concluir que a inclusão no BRICS, o fortalecimento da OCX e a sua influência na reaproximação diplomática entre Arábia Saudita e Irã podem servir como

indicativos da estratégia chinesa para estabilizar a região e garantir o sucesso de sua iniciativa global.

BRASIL E BRICS: RETROSPECTIVA DA POLÍTICA EXTERNA E NOVAS PERSPECTIVAS

O Brasil tem desempenhado um papel estratégico no BRICS desde a sua criação, utilizando o bloco como uma plataforma para aumentar sua influência global e fortalecer suas relações econômicas e políticas com outras economias emergentes. Conforme destacado por Sennes (2003, p. 33), o conceito de “potência média” é fundamental para entender certas limitações enfrentadas, pois embora o país busque uma maior influência, sua condição de potência média implica um alcance restrito de poder, exigindo uma atuação estratégica e seletiva no cenário global.

Nos governos Lula I e II (2003-2010), o BRICS foi utilizado para articular coalizões em negociações internacionais, impulsionando comércio e investimentos estrangeiros. Lula considerava o bloco um meio para o Brasil assumir um papel de liderança no Sul Global, priorizando a cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento sustentável (Vigevani; Cepaluni, 2007). Sua política externa no primeiro mandato via o BRICS como a chave para aumentar a autonomia brasileira, aliando-o a países em desenvolvimento em temas como desigualdade social e reformas no FMI (Fundo Monetário Internacional) e no CSNU (Corrêa, 2011). Essa política foi baseada na flexibilidade da “geometria variável” que permitiu ao Brasil adaptar suas alianças e fortalecer sua posição em negociações globais (Silva, 2015). Grupos como o G-20 comercial e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) auxiliaram na expansão do acesso a mercados e redução de subsídios, enquanto o G-4 buscava um assento permanente no CSNU (Oliveira, 2005).

Já no segundo mandato de Lula (2007-2010), o Brasil aprofundou suas relações com a China e a Índia após a formalização do BRIC, em 2009, buscando diversificação de parcerias e redução da dependência de potências tradicionais (Corrêa, 2011). A administração de Lula também enfatizou a integração regional da América do Sul, reformando o Mercosul e criando a União das

Nações Sul-Americanas (UNASUL)⁴⁰ para reforçar a coesão regional (Leão, 2016).

Durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016), o BRICS manteve-se como uma plataforma importante para a política externa, priorizando a diplomacia multilateral e a cooperação com os países, destacando o papel do grupo na promoção de uma ordem mundial mais multipolar (Silva; Pérez, 2019). Entretanto, uma crise econômica começou a afetar o Brasil em 2014 – marcada por recessão, alta da inflação e aumento do desemprego, limitando os recursos disponíveis para investimentos e dificultando a implementação de iniciativas conjuntas. A partir de 2016, a crescente instabilidade política prejudicou a credibilidade em relação ao bloco (Silva; Pérez, 2019).

A polarização política também restringiu avanços na agenda internacional. Além disso, a diversidade de interesses entre os membros do BRICS dificultou a coordenação de políticas conjuntas, principalmente devido às diferenças econômicas entre os países (Silva; Holleben, 2022). Embora o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) tenha sido uma iniciativa importante, o mesmo acabou não atendendo às expectativas de governança global, gerando críticas sobre a eficácia do Brasil no grupo e sua capacidade de liderar entre as potências emergentes (Silva; Pérez, 2019). Apesar dos esforços para alinhar-se com as metas do BRICS, a falta de uma estratégia clara e o foco nos problemas internos limitaram o papel do Brasil no bloco (Duval; Andreis, 2021).

Durante o governo Michel Temer (2016-2018), o Brasil passou por uma significativa reorientação em sua política externa, após o impeachment de Dilma Rousseff. A administração Temer procurou redefinir as relações internacionais do país, destacando uma ênfase nas relações bilaterais com nações desenvolvidas e uma reavaliação do engajamento com a América do Sul. Esta mudança foi uma clara tentativa de se distanciar da política externa de seus predecessores, Lula e Dilma, considerada excessivamente alinhada a interesses partidários pela nova administração (Silva; Holleben, 2022).

40 A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é constituída pelos doze países da América do Sul. Teve sua origem em 2004, com a criação da “Comunidade Sul-Americana de Nações” (Viana, 2017).

Além do distanciamento do BRICS, a participação do Brasil no bloco foi afetada pela crise política interna, pois sua imagem foi comprometida após escândalos de corrupção. A política externa também foi marcada pela busca por uma maior integração com outros blocos e países, como a União Europeia e a Aliança do Pacífico, além da tentativa de retomar a vocação original do Mercosul, focando no livre comércio e na convergência regulatória (Alves, 2018). Ao contrário de Dilma, que procurou utilizar o NBD como fonte de financiamento para projetos de infraestrutura, Temer preferiu utilizar as concessões e as privatizações como principais ferramentas para alcançar essas melhorias (Oliveira, 2018). Vale ressaltar, porém, que mesmo com a mudança de rumo, o Brasil continuou participando da cúpula do BRICS e cooperando com outros membros do grupo.

No governo Bolsonaro (2019-2022), a política externa passou por uma reorientação significativa, caracterizada por um distanciamento maior do BRICS e alinhamento com países desenvolvidos e conservadores, priorizando o estreitamento de laços com os EUA e a União Europeia, assim como Temer. Houve, entretanto, um afastamento das estratégias multilaterais: apesar dos discursos antiglobalistas, o pragmatismo prevaleceu, especialmente devido à dependência do Brasil nas exportações agrícolas para a China, que, paradoxalmente, era alvo de críticas do governo brasileiro (Molin; Castelli; Nadal, 2019). Durante a pandemia da COVID-19 (2020-2023), Bolsonaro destacou a importância do BRICS na resposta global à crise sanitária e na busca por vacinas, ressaltando a necessidade de colaboração entre os países do grupo (Silva; Holleben, 2022).

Atualmente, no terceiro mandato de Lula, a política externa brasileira visa retornar à antiga postura em relação aos países em desenvolvimento, retomar credibilidade ativa na política internacional, fortalecer o BRICS e promover uma maior integração regional da América do Sul e a cooperação Sul-Sul. Uma estratégia que Lula utilizou para retomar seu papel importante dentro do BRICS foi anunciar a ex-presidente Dilma Rousseff como presidente do NBD, que foca em projetos como auxiliar projetos de financiamentos em moedas locais (Brandão, 2023). Esse planejamento contribuiu para o fortalecimento do

país dentro do bloco e estreitamento de relações com esses países e se mostra necessário por conta da administração anterior, que criou rupturas significativas na tradição diplomática do Brasil (Saraiva; Silva, 2023).

Essa reconstrução da política externa orienta-se também pelo esforço de reindustrialização nacional. Com o projeto de criar uma moeda comum do BRICS, as relações com a China necessitam de uma rearticulação política e diplomática, focada na diversificação comercial e atração de investimentos para o desenvolvimento interno, o que reforça o alinhamento entre os dois países no cenário internacional (Souza; Lopes; Abrão, 2023).

Entretanto, o atual cenário internacional está sendo marcado por tensões geopolíticas, especialmente em relação às potências ocidentais, aspectos que demonstram desafios significativos para a política externa brasileira em relação ao BRICS. Um dos países membros, a Rússia, está diretamente envolvido em um conflito com a Ucrânia, o que coloca o Brasil numa posição delicada, mas que ainda mantém um diálogo ambíguo com países intermediários (Veiga; Rios, 2023).

A recente expansão do BRICS, que incorporou cinco novos membros (Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), no dia 1º de janeiro de 2024, levanta importantes questões sobre as implicações políticas e econômicas dessa ampliação, além de levantar reflexões sobre como o Brasil avalia seus interesses estratégicos em relação aos novos integrantes.

O Brasil mantém relações significativas com o Egito, especialmente no setor agrícola, destacando-se na exportação de carne bovina e na importação de produtos como peixe e algodão, o que amplia as oportunidades de comércio bilateral (Amaral, 2024). Com a Etiópia, o Brasil desenvolve uma agenda de cooperação focada em temas como o combate à fome e à pobreza, mudanças climáticas e a reforma de organizações internacionais (Silva; Cambaúva, 2024). Os EAU e o Brasil também compartilham interesses em comércio, investimentos, energia e defesa. As negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e os EAU em 2024 prometem fortalecer essas relações, potencializando o crescimento econômico e a geração de empregos (Brasil, 2024).

No contexto mais amplo, o Brasil é um ator central no plano de investimentos da Arábia Saudita na América Latina, sendo seu maior parceiro comercial na região. O crescimento das exportações sauditas e das importações brasileiras ressalta o Brasil como um elo estratégico nas relações econômicas bilaterais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou a importância de estimular tanto os investimentos sauditas no Brasil quanto às oportunidades para empresários brasileiros na Arábia Saudita (Olmo, 2024).

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã, estabelecidas em 1903, intensificaram-se a partir dos anos 2000, com a realização de visitas significativas como intercâmbios presidenciais e ministeriais. Os dois países mantêm cooperação em áreas estratégicas como energia, ciência, tecnologia, capacitação industrial, além de promover iniciativas nas esferas social, educacional e cultural (Brasil, 2024). Recentemente, as relações bilaterais buscam estreitar-se com a retomada de acordo em Trabalho e Emprego, visando à modernização dos mercados de trabalho e à utilização da formação técnica iraniana, além do desenvolvimento de parcerias em temas sociais e econômicos (Brasil, 2024).

Diante da expansão do BRICS, o presidente enfrenta o desafio de tentar equilibrar a situação do Brasil diante do novo contexto global e preservar boas relações com os EUA e a União Europeia, ao mesmo tempo em que investe na cooperação como a China, que desempenha um papel essencial dentro do bloco. Ao mesmo tempo em que essa expansão abre novas oportunidades, principalmente comerciais, traz desafios pela diversidade dos países membros, que obriga o Brasil a agir com uma postura estratégica de liderança sem comprometer suas relações externas (Lopes, 2024).

Apesar do terceiro mandato de Lula estar passando por algumas instabilidades internas, é nítida sua disposição em tomar um posto de liderança no Sul Global após anos de distanciamento durante os governos de Temer e Bolsonaro, como demonstram as políticas comerciais com os novos integrantes do BRICS, a intensificação da diplomacia presidencial e o apoio à Dilma no NBD. A atual fase do Brasil no BRICS é uma oportunidade para reafirmar seu compromisso com a diplomacia multilateral, porém, para alcançar autonomia e crescimento, sua diplomacia deve ampliar a capacidade de mediar confli-

tos internacionais, voltar a estreitar laços com países sul-americanos e buscar apoio para seu plano global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, apesar dos esforços brasileiros e da proposta de horizontalidade no BRICS, a China tem se destacado na articulação do grupo. A crescente adesão de novos países membros ao BRICS não parece ser uma mera coincidência, especialmente em relação à BRI. O Brasil, no entanto, permanece reticente em relação a essa iniciativa, o que evidencia um desajuste em sua inserção internacional, resultado direto dos anos de retração política experienciada na década de 2010.

A diplomacia chinesa está centrada na implementação da BRI, impulsionando a expansão do grupo e promovendo a entrada de novos membros que favoreçam seus interesses, especialmente no Oriente Médio e na África. A estratégia chinesa envolve intensificar sua presença nessas regiões por meio de investimentos em energia, diplomacia e grandes projetos, o que levanta preocupações sobre a viabilidade da BRI. Para superar esses desafios, a China utiliza uma abordagem institucional, oferecendo soluções financeiras e facilitando a inserção internacional desses países. Além disso, o fortalecimento do BRICS, da OCX e a mediação em conflitos regionais, como entre Arábia Saudita e Irã, são parte de sua estratégia para estabilizar a região e garantir o sucesso da BRI.

Dessa maneira, a China demonstra uma capacidade notável de projetar sua agenda interna para a arena internacional. Essa influência se deve, em parte, à sua instabilidade política interna e ao seu planejamento estratégico de longo prazo. No caso brasileiro, essa receita é representada quase inversamente, com uma dinâmica particularmente perceptível na integração regional do Mercosul, onde o processo tem enfrentado diversos desafios. Esses solavancos refletem o descompasso entre as visões e prioridades da China e do Brasil.

Diante desse cenário, além de manter o multilateralismo como uma prioridade em sua agenda internacional, o Brasil deve focar na busca por estabilidade regional. Essa é uma condição essencial para que o país consiga se firmar como uma potência média, conforme almeja. No entanto, o atual gover-

no brasileiro enfrenta uma conjuntura regional e doméstica ideologicamente desfavorável, o que tem limitado as capacidades do país, que já foram mais exploradas em tempos de maior flexibilidade.

Por fim, é importante ressaltar que o BRICS não é uma coalizão destinada a subverter a ordem internacional. Em vez disso, o grupo busca explorar uma agenda minimalista, aproveitando-se do desbalanceamento da ordem global para propor soluções às contradições que o sistema impõe às suas respectivas inserções internacionais. Compreender a expansão do BRICS, portanto, requer uma análise cuidadosa da agenda chinesa e da BRI, que refletem diretamente esse processo e evidenciam a eficácia da política externa chinesa em promover seus interesses.

REFERÊNCIAS

AL-SISI, Abdul Fatah. **Discurso na Primeira Cúpula China-Estados Árabes em Riad**. Presidência Da República Árabe Do Egito, 2024. Disponível em: <https://www.presidency.eg>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ALVES, Luciana Alves Teixeira. **A política externa brasileira na Presidência da República de Michel Temer: a influência da crise política interna no primeiro ano e seis meses de governo**. 2018. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

AMARAL, Luciana. Em busca de mais espaço do Brasil no continente africano, Lula inicia viagem para Egito e Etiópia. **CNN Brasil**. 13 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-busca-de-mais-espaco-do-brasil-no-continente-africano-lula-inicia-viagem-para-egito-e-etiofia/>. Acesso em: 22 set. 2024.

BERRINGER, Tatiana. Política externa, burguesia interna e a crise política nos governos Dilma (2011-2016). **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 67, p. 44–56, 13 ago. 2023.

BRANDÃO, Nilson. O peso de Dilma Rousseff na presidência do banco do Brics. **DW**, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-peso-de-dilma-rousseff-na-presid%C3%Aancia-do-banco-do-brics/a-65116776>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. **Comércio Exterior. Mercosul e Emirados Árabes Unidos iniciam negociações de um acordo de livre comércio.** 09 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mercosul-e-emirados-arabes-unidos-iniciam-negociacoes-de-um-acordo-de-livre-comercio>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Islâmica do Irã.** 04 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-islamica-do-ira>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil e Irã devem retomar acordo de cooperação na área do Trabalho e Emprego.** 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Julho/brasil-e-ira-devem-retomar-acordo-de-cooperacao-na-area-do-trabalho-e-emprego>. Acesso em: 15 set. 2024.

CEARÁ, Allana. **A Iniciativa Um Cinturão, Uma Rota: o projeto estratégico chinês e seus desdobramentos para a política externa chinesa.** 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

CHEN, Dongmei. **China's Belt and Road Initiative and Saudi Vision 2030: A Review of the Partnership for Sustainability.** King Abdullah Petroleum Studies and Research Center (KAPSRC), mai. 2021.

CHEN, Juan; SHU, Meng; WEN, Shaobiao. **Aligning China's Belt and Road Initiative with Saudi Arabia's 2030 Vision: Opportunities and Challenges.** China Quarterly of International Strategic Studies, v. 4, n. 3, p. 363-379, 2018.

CHINA DAILY. UAE reaps fruit of Belt and Road. **The State Council Information Office of The People's Republic of China.** 31 jul. 2023. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/beltandroad/2023-07/31/content_96966686.htm#:~:text=A%20decade%20after%20Chinese%20President,Arab%20nation's%20economic%20diversification%20plans. Acesso em: 15 ago. 2024.

CLEGG, Jenny. **China's Global Strategy: Towards a Multipolar World.** Londres: Pluto Press, 2009.

COLOMBO, Fábio Guilherme. **O desenvolvimento chinês nos séculos XX e XXI: o Consenso de Pequim.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Gra-

duação em Relações Internacionais) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

COMISIÓN NACIONAL DE DESARROLLO Y REFORMA. Perspectivas y Acciones para Promover la Construcción Conjunta de la Franja Económica a lo largo de la Ruta de la Seda y de la Ruta de la Seda Marítima del Siglo XXI. **Portal De La Franja Y La Ruta**, 2015. Disponível em: <https://esp.yidaiyilu.gov.cn/document/issue/32802.htm>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CORRÊA, Caio Bruno Macedo Sanches. **Os BRIC e sua importância para a PEB no governo Lula (2003-2010)**. 2011. 58 p. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasília: BRICS and the G20, road to nowhere? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, p. e009, 2020.

DUVAL, Pedro Vellinho Corso; ANDREIS, Felipe Jaeger. Convergências entre a política externa de Dilma Rousseff e o NDB: Uma expressão do modelo de funcionamento do BRICS. **Conjuntura Global**, v. 10, n. 1, 2021.

GRESH, Alain. Understanding the Beijing Consensus. **Le Monde Diplomatique**, November, 2008.

HAMMADI, Hussain bin Ibrahim Al. China, UAE move to promote robust cooperation and economic growth in the new era. **Global Times**, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202406/1313735.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.

HEIERMANN, Felipe Augusto. A política externa da China sob Xi Jinping nas Nações Unidas: da passividade à proatividade nos assuntos internacionais. **Revista Conjuntura Global**, v. 11, n. 1, p. 55-70, 2022.

JINPING, Xi. **Discurso proferido no primeiro China-Arab States Summit**. Riade, 9 dez. 2022. Xinhua. Disponível em: <https://english.news.cn/20221210/9c4e2500c7da4a6b84f11b57bfb64ef9/c.html#:~:text=Solidarity%20and%20mutual%20assistance%20is,the%20dream%20of%20national%20rejuvenation>. Acesso em: 22 set. 2024.

KEOHANE, R. O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. Política externa brasileira para a América do Sul: Uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 22, jan.-abr., 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6730?mode=simple>. Acesso: 14 ago. 2024.

LEMKE, Douglas; KUGLER, Jacek. The power transition: A new theory of international relations. **Journal of Conflict Resolution**, v. 43, n. 6, p. 796-817, 1999.

LOPES, Dawisson Belém. A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 9, p. 80-102, 2024.

MOLIN, Elisiane Dondé Dal; CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli; NADAL, Emanuelle de. O papel dos BRICS nas relações diplomáticas entre Brasil e China. **Idéias**, v. 10, p. e019007, 2019.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Uma Visão Geral da Política Externa Chinesa Contemporânea: Estratégias, Atores e Instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, n. 2, p. 297-329, 2019.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p. 296-309, 2018.

OLMO, G. D. Por que Brasil é central no plano bilionário da Arábia Saudita de investimentos na América Latina. Brasil. **BBC News**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c99w5x984pno>. Acesso em: 15 set. 2024.

PINKAS, Alon. China and Iran are establishing the second Silk Road in a region on the brink of all-out war. **Haaretz**, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://www.haaretz.com>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PRIMERA PLANA. China consolida-se como principal parceiro comercial da Etiópia. **Prensa Latina**, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://www.prensa-latina.com>. Acesso em: 18 ago. 2024.

RAISI, Ebrahim. Iran welcomes BRI, ready to facilitate world development with China. **CGTN**, 17 fev. 2023. Disponível em: <http://english.scio.gov.cn/>

beltandroad/2023-02/17/content_85111753.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

RAMO, J. C. China has discovered its own economic consensus. **Financial Times** Op-Ed, 8 maio 2004. Disponível em: <https://www.ft.com/content/e18c02f0-cde1-11d8-8c49-00000e2511c8>. Acesso em: 14 ago. 2024.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. Ed. Brasília: FUNAG, 2013.

REWIZORSKI, M. Brics and New Multilateral Development Banks: Towards Recalibration of Global Economic Governance. **Przegląd Strategiczny**, n. 11, p. 281–298, 30 nov. 2018.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, André Luiz Reis da. O retorno do Brasil às Relações Internacionais? Avaliando os 100 primeiros dias da política externa do novo Governo Lula. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 7–11, 30 nov. 2023.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SENNES, Ricardo. Nem restauradores, nem reformadores: o engajamento internacional minimalista e seletivo dos BRICS. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Apresentação). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. Ed. Brasília: FUNAG, 2013.

SILVA, Ailane; CAMBAÚVA, Daniella. Lula inicia agenda oficial na Etiópia. **Política Gov.**, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202402/lula-inicia-agenda-oficial-na-etiofia>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 143–184, abr. 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, A. P.; SILVEIRA, I. L. DA. From Bandung to Brasilia: IBSA and the political lineage of South–South cooperation. **South African Journal of International Affairs**, v. 23, n. 2, 2016.

SILVA, André Luiz Reis da; PÉREZ, José Oviedo. Lula, Dilma, and Temer:

The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0094582X19846521>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SILVA, André Luiz Reis da; HOLLEBEN, Raquel de. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003-2020). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 11, n. 22, p. 200-226, 2022.

SILVA, André Luiz Reis da. Brasil y la política exterior del gobierno de Lula. **Foreign Affairs Latinoamérica**, 2023. Disponível em: <https://revistafal.com/brasil-y-la-politica-exterior-del-gobierno-de-lula/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TERUEL, Ignacio. Mohammed bin Salmán: legitimidad y nuevos desafíos. **FORUM**, v. 21, p. 254-275, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/frdcp.n21.93768>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. O mundo de 2023 não é o de 2003: a política externa de Lula 3 e suas novas condicionantes. **Cindes**, 2023. Disponível em: <http://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2023/03/PDF-Breves-129.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

VIANA, Alyne. Unasul – União das Nações Sul-Americanas. **Observatório de Regionalismo**, 10 abr. 2017. Disponível em: <https://observatorio.repi.org/glossary/unasul-uniao-das-nacoes-sul-americanas/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, p. 273-335, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXt-MZdzdSm3CtzZmC/>.

VISENTINI, Paulo Fagundes. BRICS+: uma sigla envolta em fantasias. **Nerint**. 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/brics-uma-sigla-envolta-em-fantasias/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

WAGNER, Daniel; CAFIERO, Giorgio. Is the United States Losing Egypt to China? **HuffPost**, 28 nov. 2012. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/is-the-united-states-losi_b_2204252. Acesso em: 18 ago. 2024.

A ENTRADA DA ETIÓPIA NO BRICS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES BILATERAIS COM BRASIL E CHINA NO SÉCULO XXI

*Carlos da Costa Viegas*⁴¹

*João Pedro Gedoz*⁴²

*João Vittor Pereira Mullemaister*⁴³

*Maria Luísa Pigatto Trevisan*⁴⁴

*Pedro Henrique Atiense Alves*⁴⁵

INTRODUÇÃO

O cenário internacional tem assistido ao crescimento da importância de agrupamentos de economias emergentes que buscam maior representatividade no sistema global. Entre esses grupos, o BRICS – criado em 2006 por Brasil, Rússia, Índia e China, com a posterior inclusão da África do Sul – desempenha um papel significativo, promovendo a cooperação econômica e política entre seus membros. Em 2023, o grupo deu mais um passo significativo ao convidar seis novos países, entre eles a Etiópia, que sua economia emergente e posição estratégica para o comércio global possuem grande relevância para os objetivos do grupo.

41 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: carlos.viegas@ufrgs.br

42 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: jpgedoz@gmail.com

43 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: jvittor.mulle@gmail.com

44 Graduanda de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: maria.luisa.trevisan.2003@gmail.com

45 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: pedrohatiense@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto geral sobre o convite à Etiópia para entrar no BRICS, apresentando seu histórico diplomático com o Brasil e a China, além de seu recente desenvolvimento econômico. A inclusão da Etiópia no BRICS levanta questões sobre as relações bilaterais do país com membros do bloco, particularmente Brasil e China, e as razões que motivaram essa escolha. Trabalhamos com a hipótese de que os laços diplomáticos da Etiópia com esses países, especialmente a China, seu recente desenvolvimento econômico e as oportunidades que se abririam com sua aproximação ao bloco, foram fatores decisivos para o convite.

O recorte temporal escolhido se justifica pelo início de uma nova fase de crescimento econômico da Etiópia a partir de 2003, com a implementação do Growth and Transformation Plan (GTP, Plano de Crescimento e Transformação, em tradução livre). Este plano acelerou a modernização e diversificação econômica do país, tornando-o um parceiro estratégico para outras economias emergentes. A escolha de Brasil e China como variáveis centrais se dá pela relevância que esses países têm nas relações internacionais da Etiópia: a China como seu maior parceiro comercial e investidor, e o Brasil como colaborador em áreas como agricultura e energias renováveis.

Este trabalho utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica, baseada em artigos acadêmicos, dissertações, informes de agências internacionais e relatórios governamentais. O método descritivo da análise explora as relações diplomáticas, institucionais e comerciais da Etiópia com o Brasil e a China, bem como o histórico econômico etíope.

O artigo está estruturado em quatro partes: a primeira aborda o desenvolvimento econômico da Etiópia no século XXI, apresentando o plano governamental de crescimento econômico e seus resultados. A segunda seção traz um resumo das relações entre Brasil e Etiópia, com foco no século XXI, quando houve maior aproximação entre os países em número de parcerias intergovernamentais e o aumento do fluxo de comércio; a terceira seção analisa as relações entre China e Etiópia, destacando o momento de reconhecimento mútuo dos estados e os investimentos em infraestrutura recentes; por fim, na quarta parte, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ETIÓPIA NO SÉCULO XXI

A Etiópia tem apresentado altos índices de crescimento no século XXI, mais precisamente desde 2003, se destacando no continente. Entre 2004 e 2011, as taxas de crescimento da economia da Etiópia chegaram próximas dos 10% ao ano, com uma média de 8,9% (MRE, 2012). Com o objetivo de manter os altos índices de crescimento da Etiópia no presente século, o governo implementou em 2010 o Growth and Transformation Plan (GTP) para além de manter os níveis de crescimento econômico, também modernizar e diversificar a economia (Felipe Júnior, 2017).

O plano era composto por cinco pilares, sendo eles: 1) aumentar a produtividade, principalmente dos pequenos agricultores; 2) fortalecer os sistemas de marketing e comércio do país; 3) aumentar a participação do setor privado na economia; 4) aumentar a quantidade de terras irrigadas; 5) reduzir o número de pessoas com insegurança alimentar crônica (Felipe Júnior, 2017). De acordo com o Banco Mundial (2024), além do GTP, a acumulação de capital também tem tido um importante papel no desenvolvimento econômico etíope somada aos investimentos estatais.

Em consequência dos altos níveis de crescimento, a Etiópia tem atraído alto número de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de países como China, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Índia e Alemanha. Desde então, o IED tem tido importante contribuição nas taxas de crescimento etíope (Felipe Júnior, 2017). Graças às altas taxas de crescimento da economia, o governo etíope tem conseguido combater a pobreza no país. A parcela da população que vive abaixo da linha nacional de pobreza caiu de 30%, em 2011, para 24% em 2024. Porém, mesmo com a melhora dos índices de Desenvolvimento Humano, a desigualdade no país aumentou (World Bank Group, 2024). Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, o governo tem investido principalmente na educação. Em 2012, 92% dos jovens do país estavam matriculados na escola. Na esperança de manter a população na escola, têm sido feitas melhorias na alimentação escolar, nos cuidados com a saúde, além

da construção de dormitórios e da concessão de bolsas de estudo por parte do governo (Felipe Júnior, 2017).

Os objetivos do governo de diversificação da economia têm sido atingidos. Em 2000, a participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) era de 54%, e em 2023 caiu para 32%. O setor de serviços aumentou de 37,6%, em 2000, para 40% de participação no PIB em 2023. A indústria teve um grande salto, em 2000 correspondia a 10% do PIB, e em 2023 chegou a 28,8% de participação no PIB (African Development Bank Group, 2024). Visando manter as taxas de crescimento elevadas por mais uma década, o governo lançou um plano de desenvolvimento de 10 anos, para o período entre 2020/2021 e 2029/2030. Esse novo plano de desenvolvimento é baseado na Agenda de Reforma Econômica Local, de 2019 (World Bank Group, 2024).

Em suma, o desenvolvimento econômico da Etiópia se deu através da combinação entre a ação estatal, a iniciativa privada e o investimento estrangeiro. O governo soube administrar os recursos obtidos e os investiu em setores estratégicos. Além de elaborar planos econômicos bem sucedidos em viabilizar a diversificação da economia, melhorar as condições de vida da população, atrair o investimento estrangeiro e então viabilizar a manutenção das taxas de crescimento acima dos 6% ao ano, conforme as estimativas. Esse crescimento ilustre solidificou a posição da Etiópia como um país ascendente no chifre africano com oportunidades de negócios e investimentos, estreitando os laços com outros países em desenvolvimento.

RELAÇÕES BRASIL-ETIÓPIA

As relações diplomáticas entre Brasil e Etiópia remontam a 1960. No entanto, as relações bilaterais foram aprofundadas na primeira década do século XXI, quando ambos os países embarcaram em uma política externa mais proativa e diversificada. Ambos países têm buscado interesses e valores comuns nas arenas global e regional, como a reforma das Nações Unidas, a promoção dos direitos humanos e da democracia, o combate à pobreza e à desigualdade, a proteção do meio ambiente e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul. As

relações bilaterais têm sido marcadas por frequentes visitas de alto nível, consultas políticas e intercâmbios técnicos (Brasil, 2020b).

No âmbito da cooperação em agricultura e segurança alimentar, o Brasil tem compartilhado sua experiência e conhecimento em agricultura tropical, biocombustíveis e políticas sociais com a Etiópia, além de fornecer assistência técnica, treinamento e equipamentos ao país. As nações são atuantes no contexto da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA), bem como em iniciativas regionais, como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e o Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura na África (CAADP). Algumas das principais áreas de cooperação incluem irrigação, manejo do solo, produção agrícola, desenvolvimento pecuário, processamento agrário e agricultura familiar (Brasil, 2020b; FAO, 2017).

O Brasil também tem apoiado os esforços da Etiópia para melhorar seu sistema de saneamento e saúde. Os países têm trabalhado juntos no contexto da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), bem como em iniciativas regionais, como a União Africana (UA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (OMS, 2019; Brasil, 2020b).

Uma terceira área de cooperação é a de energia e de infraestrutura. O Brasil tem auxiliado a Etiópia a desenvolver seu potencial de energia renovável, especialmente em hidroeletricidade, energia eólica e solar. O Brasil também tem participado de alguns dos principais projetos de infraestrutura na Etiópia, como a construção de estradas, ferrovias, barragens e aeroportos. Brasil e Etiópia também têm cooperado no contexto da Em Internacional de Energia Renovável (IRENA) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), bem como em iniciativas regionais, como o Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura na África (PIDA) e a Iniciativa Africana de Energia Renovável (AREI) (IRENA, 2018; Brasil, 2020b).

Brasil e Etiópia assinaram diversos instrumentos bilaterais para formalizar e aprimorar sua cooperação em vários campos, destacando-se os seguintes (Brasil, 2020b): Protocolo de Intenções, firmado em 2005, sobre cooperação

técnica na área de saúde; Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2012, que estabelece o marco legal para a implementação de projetos e programas visando ao desenvolvimento sustentável e ao progresso tecnológico; Acordo de Cooperação Educacional, assinado em 2013, visando à cooperação artístico-cultural, educacional e esportiva; Acordo de Cooperação, assinado em 2013, visando à cooperação em ciência, tecnologia e inovação; Acordo de Cooperação, assinado em 2015, visando a evitar a dupla tributação dos lucros do transporte aéreo e marítimo Internacional; e o Memorando de Entendimento, assinado em 2016, para a promoção do comércio e dos investimentos.

Além da cooperação política e técnica, Brasil e Etiópia também vêm desenvolvendo suas relações comerciais nas últimas duas décadas. De acordo com dados do Ministério da Economia do Brasil, o comércio bilateral entre Brasil e Etiópia aumentou de US\$ 24,7 milhões em 2000 para US\$ 107,6 milhões em 2019, representando um crescimento de 335%. No entanto, a balança comercial tem sido amplamente favorável ao Brasil, que exportou US\$ 93,8 milhões e importou US\$ 13,8 milhões em 2019, resultando em um superávit de mais de US\$ 80 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Etiópia foram açúcar, cereais, máquinas, veículos e produtos farmacêuticos, enquanto os principais produtos importados pelo Brasil da Etiópia foram café, oleaginosas, couro e especiarias (Brasil, 2020^a).

Apesar do aumento significativo do comércio bilateral, ainda há um grande potencial para maior expansão e diversificação das relações comerciais entre Brasil e Etiópia. De acordo com o estudo de Ademuyiwa et al. (2014), a Etiópia tem uma alta demanda por produtos que o Brasil possui uma vantagem comparativa na produção, como alimentos, bebidas, produtos químicos, plásticos e metais. O estudo também identifica algumas das principais barreiras e desafios que dificultam os fluxos comerciais entre os dois países, como a falta de ligações diretas de transporte, as altas tarifas e medidas não tarifárias, o acesso limitado a financiamento e crédito, o baixo nível de conscientização e informação e as iniciativas insuficientes de promoção e facilitação do comércio. Por fim, recomenda algumas medidas para superar esses obstáculos e aumentar as oportunidades comerciais entre o Brasil e a Etiópia, como a

negociação de um acordo comercial preferencial, o estabelecimento de uma câmara de comércio bilateral, a criação de um portal de informações comerciais, a organização de feiras e missões comerciais e a oferta de esquemas de financiamento e seguros comerciais (Ademuyiwa et al., 2014).

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o investimento direto brasileiro na Etiópia foi de US\$ 3,4 milhões em 2019, enquanto o investimento direto etíope no Brasil foi insignificante. Os principais setores que atraíram investimentos brasileiros na Etiópia foram construção, energia e agricultura, enquanto os principais setores que ofereceram oportunidades de investimento para investidores etíopes no Brasil foram serviços, indústria e comércio (BCB, 2020; Brasil, 2020b).

Um dos exemplos mais proeminentes de investimento brasileiro na Etiópia é a participação da construtora brasileira Odebrecht na construção da hidrelétrica Gilgel Gibe III, que é a terceira maior barragem da África e o maior projeto de obras públicas já realizado na Etiópia. A barragem, inaugurada em 2016, tem capacidade para 1.870 megawatts e fornece eletricidade para mais de 60 milhões de pessoas na Etiópia e nos países vizinhos. O projeto, financiado pelo Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), envolveu a transferência de tecnologia, know-how e equipamentos do Brasil para a Etiópia, bem como o treinamento e emprego de trabalhadores e engenheiros locais. (Power Technology, 2019; International Rivers, 2020).

Outro exemplo de investimento brasileiro na Etiópia é o envolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no desenvolvimento do setor algodoeiro na Etiópia. A Embrapa, líder mundial em agricultura tropical e biocombustíveis, vem prestando assistência técnica, capacitação e sementes para agricultores e instituições etíopes, além de realizar projetos conjuntos de pesquisa e inovação com parceiros etíopes. A cooperação visa melhorar a produtividade, qualidade e sustentabilidade da produção de algodão na Etiópia, bem como apoiar a industrialização e exportação de produtos têxteis e de vestuário. A cooperação também beneficia empresas e investidores brasileiros, que podem acessar o mercado etíope e os acordos comerciais pre-

ferenciais que a Etiópia tem com a União Europeia, os Estados Unidos e outras regiões (Embrapa, 2012; Brasil, 2020b).

RELAÇÕES CHINA-ETIÓPIA

As relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República Democrática Federal da Etiópia foram iniciadas em 1970, quando a Etiópia reconheceu Taiwan como território chinês e a China reconheceu a Eritreia como território etíope. Após a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope tomar o poder, em 1991, as relações entre os Estados passaram a se desenvolver substancialmente. Ou seja, aumentaram os contatos diplomáticos, o comércio e também os investimentos chineses na economia do país (Gamora, 2009).

Sobre os acordos entre a China e a Etiópia, podemos citar os seguintes: os acordos entre os dois países incluem o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica (1971, 1988 e 2002); o Acordo de Comércio (1971, 1976); o Protocolo de Comércio (1984, 1986, 1988); o Acordo para Cooperação Comercial, Econômica e Tecnológica (1996) e o Acordo para Promoção Mútua e Proteção de Investimentos (1988) (Chinese Foreign Ministry, 2006, p. 1). A Etiópia é um dos países que mais cresceu no mundo nos últimos 20 anos, tendo um milagre econômico entre 2004 e 2017, crescendo 2 dígitos por ano. No período de 1999 até 2019, a renda per capita da Etiópia cresceu a uma taxa média anual de 9,3%. E a razão desse crescimento econômico importante está diretamente ligada com a China, que é o principal parceiro comercial e investidor do país. A China é responsável por um quarto da dívida externa da Etiópia, além de financiar diversas obras de infraestrutura e energia no território etíope (Fernandes, 2023).

Acerca dos investimentos chineses na Etiópia, se reconhece o padrão de política externa da China em relação ao continente africano. Geralmente pautado por investimentos financeiros diretos, construção de grandes obras de estradas, energia, parques industriais e até saneamento básico (caso da Etiópia). Uma das obras mais importantes a se citar é a ferrovia Addis Ababa-Djibuti, que liga a capital da Etiópia até o porto de Djibuti (maior porto do continente

africano). A obra possui uma grande sinergia com os parques industriais etíopes, e contribuiu muito para a criação de um corredor econômico responsável por desenvolver industrialmente o país.

Outra política que se destaca é a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que são parques industriais voltados para o desenvolvimento da indústria de exportação da Etiópia. Atualmente há dois parques operando em completo funcionamento. Um deles é o Parque Industrial Bole Lemi Phase 1, que iniciou as suas operações em 2014 e atende a investidores chineses, indianos e sul-coreanos. O segundo é o Parque Industrial de Hawassa (construído em 2016), principal parque da Etiópia e focado na fabricação de vestuário e têxteis. O Estado chinês também construiu estradas, metrô, sistemas de esgoto, um parque de energia eólica e financiou a “Grande Barragem da Renascença Etíope”, que será a maior central hidroelétrica da África quando completa, aumentando a segurança energética para todos os etíopes e vizinhos. Além disso, centenas de etíopes vão à China todos os anos para participarem de cursos de formação (Fernandes, 2023).

Analisando dados acerca da balança comercial entre a República Popular da China e a República Democrática Federal da Etiópia no ano de 2024, podemos destacar que até o período de junho, a China exportou 240 milhões para a Etiópia e importou 33,3 milhões da mesma. As exportações chinesas que tiveram mais aumento no período, se resumem a 11 milhões de dólares em ônibus (75,7%), 4,74 milhões em pesticidas (254%) e 4,49 milhões em carros (598%). Já as importações chinesas em relação à Etiópia que tiveram queda, se resumem a -16,6 milhões de dólares em oleaginosas (-71,6%), -2,75 milhões em legumes desidratados (-46%) e -1,67 milhões em algodão cru (-85,6%) (OEC, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das relações diplomáticas entre Brasil, Etiópia e China revela um panorama complexo e dinâmico, marcado por interações que se expandem para além do simples comércio. Desde o início das relações diplomáticas entre Brasil e Etiópia na década de 1960, até o fortalecimento das parcerias

nos últimos anos, é evidente que ambos os países têm buscado explorar oportunidades mútuas que beneficiem suas economias e promovam o desenvolvimento sustentável. A Etiópia, com sua economia em ascensão e suas ambições de se tornar um hub industrial na África, apresenta-se como um parceiro estratégico para o Brasil, especialmente em setores como agricultura, energia e infraestrutura. Os laços entre os dois países também são estreitados através da colaboração em pautas conjuntas no âmbito das Nações Unidas e outras organizações internacionais.

A cooperação entre a Etiópia e a China, que se intensificou desde a década de 1990, também desempenha um papel crucial nesse contexto. Os investimentos chineses em infraestrutura, como estradas, ferrovias e usinas de energia, têm sido fundamentais para o desenvolvimento econômico da Etiópia. Esses projetos não apenas melhoram a capacidade produtiva do país, mas também criam um ambiente propício para a atração de investimentos estrangeiros, incluindo os do Brasil. A experiência da China em desenvolvimento industrial e tecnológico pode servir como um modelo para a Etiópia, que busca diversificar sua economia e reduzir a dependência da agricultura.

Entretanto, a crescente dependência da Etiópia em relação aos investimentos chineses levanta preocupações sobre a sustentabilidade dessa relação. A desigualdade social e a pobreza ainda são desafios significativos que o país enfrenta, apesar dos avanços econômicos. Portanto, é essencial que a Etiópia busque um equilíbrio em suas parcerias internacionais, garantindo que os benefícios do crescimento econômico sejam distribuídos de maneira equitativa entre sua população. O Brasil, por sua vez, pode contribuir para esse processo, oferecendo experiências e práticas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a inclusão da Etiópia no grupo BRICS representa uma oportunidade única para o país fortalecer suas relações com economias emergentes e diversificar suas parcerias comerciais. A participação no BRICS pode abrir portas para novos investimentos e colaborações em áreas como tecnologia, educação e saúde. O Brasil, como membro do bloco, tem a chance de atuar

como um facilitador, promovendo diálogos e iniciativas que beneficiem tanto a Etiópia quanto os demais países membros.

Para que essas oportunidades sejam plenamente aproveitadas, é fundamental que Brasil e Etiópia estabeleçam um marco regulatório claro e eficaz que promova a transparência e a confiança mútua. A criação de uma câmara de comércio bilateral e a negociação de acordos comerciais preferenciais são passos importantes nesse sentido. Além disso, a promoção de intercâmbios culturais e educacionais pode fortalecer os laços entre os dois países, permitindo uma melhor compreensão das realidades e necessidades de cada um.

Em suma, as relações entre Brasil, Etiópia e China estão em um momento crucial de desenvolvimento. Com um enfoque estratégico e colaborativo, é possível não apenas impulsionar o crescimento econômico, mas também promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. A construção de parcerias sólidas e equilibradas será essencial para garantir que os benefícios do progresso econômico sejam compartilhados por todos os segmentos da sociedade etíope, contribuindo assim para um futuro mais próspero e equitativo.

REFERÊNCIAS

ADEMUYIWA, Idris; ONYEKWENA, Chukwuka; TAIWO, Olumide; UNEZE, Eberechukwu. **Ethiopia and BRICS: A Bilateral Trade Analysis**. SAIIA Occasional Paper, South African Institute of International Affairs, ano 2014, ed. 180, 7 abr. 2014. Disponível em: <https://saiia.org.za/research/ethiopia-and-brics-a-bilateral-trade-analysis/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

African Development Bank (AfDB). **Ethiopia Economic Outlook**, 2020. Disponível em <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2020> Acesso em: 18 ago. 2024

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **Ethiopia Economic Outlook**, 2024. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/paises/africa-oriental/etiopia>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Banco Central do Brasil (BCB). **Brazilian Direct Investment Report – 2019, 2020**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/en/publications/directinvestmentreport/2019>. Acesso em: 18 ago. 2024

BRASIL. Brasil contribui com a modernização do sistema de saneamento básico da Etiópia. **Em Brasileira de Cooperação (ABC)**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/brasil-contribui-com-a-modernizacao-do-sistema-de-saneamento-basico-da-etiofia>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Relações Bilaterais: Etiópia**, 2020a. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Resultados do Comércio Exterior Brasileiro – Dados Consolidados. **Ministério da Economia**, 05 set. 2020b. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html. Acesso em: 18 ago. 2024.

Chinese Foreign Ministry. Ethiopia. **FOCAC Beijing Summit**, 3-5, p. 1, nov. 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183534.htm>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Embrapa. **Etiópia quer fortalecer a cooperação com a Embrapa**, 29 fev. 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1462447/etiopia-quer-fortalecer-cooperacao-com-a-embrapa>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FELIPE JÚNIOR, Nelson Fernandes. Algumas lições da Etiópia na atualidade. **Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística**, 02 out. 2017. Disponível em: <https://labcit.ufsc.br/algumas-licoes-da-etiofia-na-atualidade/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FERNANDES, Marcelo Pereira. A Etiópia nos BRICS – e a união com a China. **Vermelho**, 21 set. 2023. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2023/09/21/a-etiofia-nos-brics-e-a-uniao-com-a-china/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Brazil and FAO Partnering for Food Security and Sustainable Rural Development, **FAO Knowledge Repository**, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/0a75ad9d-7efa-47b1-9433-7d1dcf43d971>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GAMORA, Gedion. Ethiopia and China Political and Economic Relations: Challenges and prospects after 1991. **Afrology.com**, p. 2-3, 2009. Disponível

em: <https://web.archive.org/web/20110707093032/http://www.afrology.com/pol/pdf/gamora.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

International Renewable Energy Agency (IRENA). **Renewable Energy Outlook: Ethiopia**, 2018. Disponível em: <https://www.irena.org/publications/2018/Jul/Renewable-Energy-Statistics-2018>. Acesso em: 18 ago. 2024.

International Rivers. **Gilgel Gibe III Dam**, Ethiopia, 2020. Disponível em: <https://riverresourcehub.org/resources/gibe-iii-dam-ethiopia/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Guia de Negócios Etiópia**, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/GNEtiopia.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

OEC.WORLD. **China/Ethiopia**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/eth>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Power Technology. **Gilgel Gibe III Hydroelectric Power Project**, 2019. Disponível em: <https://www.power-technology.com/projects/gilgel-gibe-iii-hydroelectric-power-project/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

WORLD BANK GROUP. **Ethiopia Overview**, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/ethiopia/overview>. Acesso em 18 ago. 2024.

A ÍNDIA E A TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA E BRASILEIRA PARA O ESTADO INDIANO

*Aramis Dawas*⁴⁶

*Leonardo Lagemann Pereira da Silva*⁴⁷

*Luís Felipe Guth Johnson*⁴⁸

*Vitor Redivo Ferreira*⁴⁹

INTRODUÇÃO

A Índia é um Estado que possui um relevante papel no Sistema Internacional contemporâneo, tratando-se de um importante ator regional e uma das potências que apresenta um dos maiores crescimentos em diversas variáveis, dentre elas destaca-se citar que o país possui o terceiro maior gasto com investimento militar, o segundo maior plantel de forças armadas e a quinta maior economia por PIB nominal no cenário internacional (Schaffer, 2008). Nesse sentido, é importante notar que, em sua posição internacional de potência emergente, a Índia faz parte dos BRICS, um grupo intergovernamental de países em desenvolvimento, o qual um dos principais objetivos se dá na contestação da ordem da governança global no Sistema internacional (Duggan; Azalia, 2020). Nesse cenário, a política externa dos países aliados à Índia, principalmente aqueles que atualmente fazem parte dos BRICS, é profundamente

46 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: aramisdawasvieira@gmail.com.

47 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: lagemann.pereira@ufrgs.br.

48 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: luisfel23037@gmail.com.

49 Graduando de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: 00580252@ufrgs.br.

permeada pela condição de potência emergente Indiana e sua própria atuação dentro dos BRICS, que essa condição suscita.

Assim, esse artigo busca, a partir do método de análise comparativa de política externa, um dos métodos mais antigos dentro da área da Análise de Política Externa, que se funda em uma análise comparativa de diferentes variáveis, “eventos” de política externa, se tratando, originalmente, de uma análise essencialmente quantitativa (Potter, 2017), mas, que, neste artigo, será usado como um método de análise que busca considerar tanto os aspectos de análise quantitativos, como os qualitativos, realizar uma análise comparativa da política externa do Brasil e da China, para com a Índia. Essa análise tem o objetivo de entender as características peculiares e definidoras da política externa adotada por ambas as nações e nesse processo buscando também analisar as suas mudanças ao longo da história e comparabilidade. Para isso, o artigo também se valerá da teoria dos ciclos hegemônicos de Giovanni Arrighi, que se tratam de períodos cíclicos, onde um poder hegemônico (um poder que detêm uma legitimidade de comando) lidera o sistema, e que tem seu fim em um período de transição, de crise, ou de caos sistêmico (Arrighi, 1996), como fator explicativo nesse processo, principalmente ao se tratar da ascensão dos BRICS.

Nessa análise, o artigo buscará identificar as principais variáveis responsáveis pela explicação da política externa e das relações desses Estados, centrando-se na hipótese de que a política externa dos países do BRICS (em destaque a China e o Brasil) para com a Índia é fortemente influenciada pelo crescente papel desse grupo na contestação da hegemonia global no atual período de transição de hegemonia no Sistema Internacional. Nesse sentido, para além desta introdução e nossas considerações finais, o artigo está subdividido em 3 seções: a primeira, trazendo um panorama da política externa chinesa para com a Índia, a segunda, trazendo um panorama da política externa brasileira para com a Índia, e a terceira, realizando uma análise comparativa entre as políticas externas dessas nações, buscando identificar as variáveis comuns que determinam a política externa desses países.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS INDO-CHINESAS

As relações diplomáticas entre a Índia e a China podem ser caracterizadas por uma complexidade que, em alguns momentos, beira o paradoxo, dada a sua natureza simultaneamente cooperativa e competitiva, além das constantes disputas territoriais. O histórico recente dessas interações diplomáticas remonta à criação do Estado moderno chinês, em 1949, e à independência da Índia, em 1947. A Índia foi o primeiro país não socialista a estabelecer relações diplomáticas com a China, em abril de 1950, o que deu início a uma fase inicial de cooperação e paz entre os dois Estados, marcada por um otimismo compartilhado em torno da possibilidade de uma ascensão asiática conjunta, baseada na ajuda mútua e no fortalecimento de suas respectivas posições no cenário internacional.

Essa perspectiva de cooperação foi favorecida por um histórico comum de ambos os países, que partilham um passado de subjugação colonial, dificuldades políticas e sociais, além de elites dirigentes enfraquecidas; fatores que fomentaram sentimentos anti-imperialistas e anticoloniais em ambas as nações (Tellis, 2004). Essa base histórica, associada ao desejo de criar um ambiente de estabilidade regional, culminou na formulação, por parte dos chineses, dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, acordados em 1954, os quais se tornaram pilares das relações diplomáticas sino-indianas durante a década de 1950, contribuindo para o fortalecimento da paz e da segurança regional.

No entanto, esse período de otimismo foi gradualmente minado ao final dos anos 1950, em grande parte devido a disputas territoriais não resolvidas desde o período colonial. O Tibete, em particular, emergiu como um ponto central de tensão, exacerbando as desconfianças entre os dois países, especialmente à medida que a Índia assumia um papel de liderança no Movimento dos Países Não Alinhados. As incursões militares chinesas em 1959 agravaram as tensões, tornando as divergências entre os dois países mais salientes do que suas semelhanças e áreas de cooperação. Esse acirramento das tensões culminou na Guerra Sino-Indiana de 1962, na qual a China saiu vitoriosa, encerrando, assim, o período inicial de otimismo quanto à possibilidade de uma

Ásia unificada e cooperativa que havia marcado os primeiros anos das relações entre Índia e China (Ogden, 2022).

A partir da Guerra Sino-Indiana de 1962, as relações diplomáticas entre Índia e China foram profundamente marcadas por desconfianças mútuas. Um dos reflexos mais visíveis dessa desconfiança foi o aumento significativo dos gastos militares indianos, com especial destaque para o desenvolvimento de capacidades nucleares, uma decisão que refletia as preocupações estratégicas de segurança da Índia frente à China (Perkovich, 2004). Além disso, a parceria estratégica entre China e Paquistão durante esse período intensificou ainda mais as tensões regionais, minando as possibilidades de cooperação sino-indiana ao longo da década de 1960.

Essa fase de distanciamento diplomático só começou a ser revertida nos anos 70, tendo as suas relações diplomáticas entre os dois países sido integralmente restauradas apenas em 1976 (Astarita, 2007). No âmbito dos conflitos fronteiriços, ambos os países implementaram mecanismos de segurança e comunicação no ano de 1980, como sistemas especiais de notificação prévia de exercícios militares, com o intuito de evitar escaladas inadvertidas e promover uma maior previsibilidade em suas relações. A partir da década de 1980, as relações bilaterais começaram a se aproximar novamente, impulsionadas por visitas oficiais, como a do primeiro-ministro indiano à China, bem como pelo processo de liberalização econômica da Índia. Esses fatores contribuíram para uma retomada significativa da cooperação diplomática, culminando na assinatura do “Acordo para Manter a Paz e Tranquilidade na Linha de Controle Real”, um marco importante que estabeleceu diretrizes para a gestão de fronteiras e a prevenção de conflitos (Ogden, 2022).

Embora alguns desentendimentos pontuais tenham persistido ao longo dos anos, a relação bilateral entre Índia e China foi gradualmente se fortalecendo e amadurecendo. Em 2003, a assinatura da Declaração sobre Princípios para Relações e Cooperação Abrangente representou um passo significativo na consolidação de interesses comuns, focados na modernização e no desenvolvimento, além de refletir uma convergência de visões sobre questões regionais e globais. Essa tendência de aproximação foi ainda mais reforçada em 2005, com

o “Acordo de Parceria Estratégica e Cooperativa”, que destacou uma disposição mútua para superar as diferenças bilaterais em prol de uma parceria estratégica em questões globais, ao mesmo tempo, em que aumentava a interdependência econômica entre as duas potências (Ogden, 2022). O alinhamento das visões estratégicas de Índia e China no que diz respeito à construção de uma nova ordem mundial culminou, em 2008, na elaboração do documento “Visão Compartilhada para o Século XXI”. Esse documento estipulava estratégias conjuntas para a criação de fóruns multilaterais, com especial ênfase em questões climáticas e energéticas, refletindo a preocupação dos dois países com os desafios globais. Nesse contexto, Índia e China desempenharam papéis centrais na fundação dos BRICS, um grupo que uniu os principais Estados emergentes em torno de uma agenda comum de desenvolvimento e reforma das estruturas de governança global, consolidando sua influência como potências em ascensão no cenário internacional (Cooper; Farooq, 2016).

O rápido crescimento econômico e militar da China, combinado com a crescente preocupação dos Estados Unidos em relação a essa ascensão, tem levado o governo americano a adotar estratégias para conter a influência chinesa tanto no campo econômico quanto no político. Nesse esforço de contenção, os Estados Unidos têm procurado estreitar laços com a Índia, visando utilizá-la como um contrapeso à China na Ásia. Essa dinâmica acrescenta uma nova camada de complexidade às já intrincadas relações entre Índia e China, que, apesar de manterem relações bilaterais de cooperação, são também concorrentes estratégicos na região. A relação econômica entre Pequim e Nova Déli é um elemento central dessa complexidade, embora a intensa interação caracterize um favorecimento da China na balança comercial (Markey; Wu, 2021). Ainda que haja ganhos mútuos em grande medida, a Índia adota uma postura protecionista em relação aos produtos chineses, refletida em medidas como a proibição de diversas plataformas de redes sociais chinesas em seu território, com o argumento de preocupações de segurança e espionagem. Essa postura reflete uma tentativa de equilibrar a crescente dependência econômica da China com a proteção dos interesses nacionais indianos.

Além da esfera econômica, a rivalidade sino-indiana também se manifesta em questões estratégicas, como a Belt and Road Initiative (BRI) proposta pela China. A Índia vê esse projeto com desconfiança, especialmente devido à sua estreita ligação chinesa com o Paquistão, país que disputa territórios com a Índia, no qual a China tem constantes laços militares (Ogden, 2014). A crescente presença chinesa na região, através de volumosos investimentos em infraestrutura e conexões comerciais, é percebida pela Índia como uma ameaça à sua influência na Ásia Meridional e ao seu acesso à Eurásia. Esse sentimento de cerco estratégico tem levado a Índia a adotar uma postura mais pragmática, fortalecendo suas relações com outras potências regionais e globais, como os Estados Unidos, Japão e Austrália, no âmbito do Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad).

Em suma, as relações entre Índia e China são multifacetadas e dinâmicas, refletindo tanto áreas de cooperação quanto profundas divergências. Enquanto ambos os países compartilham interesses em moldar uma nova ordem mundial multipolar, as divergências regionais e estratégicas continuam a desafiar a construção de uma parceria estável. A Índia, por um lado, busca maximizar seus ganhos econômicos e políticos, mantendo laços cooperativos com a China; por outro, procura conter o avanço chinês em sua esfera de influência, especialmente através de alianças estratégicas com potências ocidentais e regionais. Esse equilíbrio delicado define a complexa natureza das interações sino-indianas no cenário geopolítico contemporâneo. O documento “Visão Compartilhada para o Século XXI” estipulava estratégias conjuntas para a criação de fóruns multilaterais, com especial ênfase em questões climáticas e energéticas, refletindo a preocupação dos dois países com os desafios globais. Nesse contexto, Índia e China desempenharam papéis centrais na fundação dos BRICS, um grupo que uniu os principais Estados emergentes em torno de uma agenda comum de desenvolvimento e reforma das estruturas de governança global, consolidando sua influência como potências em ascensão no cenário internacional.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS INDO-BRASILEIRAS

Brasil e a Índia são países que possuem diversos pontos em comum, sendo caracterizados por elementos de semiperiferia. Assim, Arrighi (1997) analisa a semiperiferia como o conjunto dos Estados que possuem uma combinação semelhante de atividades dos países centrais (núcleo orgânico) e de periferia, assim deixando de ser periferia, mas devido às características de países não centrais impede que ascendam à condição de núcleo orgânico (Arrighi, 1997). Entre os elementos presentes está a expropriação cultural e de riquezas durante períodos coloniais e uma necessidade de política externa maleável para impor suas pautas (Sauter; Jung, 2019). Ainda assim, ambos possuem enfoques diferentes, com a Índia lidando com problemas de fronteira e relevância no cenário asiático, enquanto o Brasil possui problemas com o tráfico transfronteiriço e de desenvolvimento industrial (Singh, 2023), além das desigualdades indianas estarem centradas em pautas religiosas, enquanto no Brasil se manifestam na violência urbana em parte associada à pobreza ou ao tráfico de drogas e a violência rural à concentração da posse da terra, situação herdada de muitas décadas (Rosa, 2008).

Assim, o início dessas relações entre os países ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial, decorrente da independência indiana em 1947. Nos anos seguintes, a política externa indiana começou a tomar forma com a ideia de que a Índia deveria ocupar seu lugar de direito entre as grandes potências, sendo esse retrocesso à potência média devido à colonização (Albuquerque, 2023). Ainda, nesse período, iniciou-se um processo de descolonização de diversos enclaves, como o enclave português de Goa, cuja libertação possuía um grande apelo nacional entre os indianos. Nesse contexto, ocorreu a primeira visita oficial de alto escalão com o vice-presidente indiano Sarvepalli Radhakrishnan ao Brasil, em 1954, para amenizar as tensões entre os países, visto o apoio direto do Brasil a Portugal (Sauter; Jung, 2020).

Durante a Guerra Fria, as relações entre Brasil e Índia eram pouco significativas para ambos os países. Porém, a suas semelhanças históricas e de posição no sistema internacional resultaram muitas vezes votaram de forma

semelhante em fóruns multilaterais (como em questões nucleares), além de serem líderes entre os países em desenvolvimento. Isso culminou em um convite extra oficial para o Brasil ingressar no Movimento dos Não-Alinhados, feito pela Índia, contudo, foi recusado pelas autoridades brasileiras (Sauter; Jung, 2020).

Com o fim da Guerra Fria e a transição produtiva para a Ásia, os Estados observaram uma janela para diversificar suas relações globais, além de precisarem de novos parceiros para cadeias produtivas. Assim, na década de 1990, houve uma intensificação de visitas oficiais de alto escalão entre os países, o que permitiu um maior número de trocas comerciais, culminando em um aumento de 200% nas trocas entre Índia e América Latina entre 1991 até 1999. Além de que em 1997, a Índia teve seu primeiro superávit com o Brasil (Sauter; Jung, 2020).

Esse redirecionamento para uma cooperação com países em desenvolvimento tomou grande importância durante os governos Lula I e II. Nesse contexto, o aumento da cooperação bilateral com a Índia era de suma importância. Isso se tornou ainda mais relevante depois do superávit indiano na balança comercial entre os dois países, o que aumentou o número de visitas de ambos os lados a fim de obter vantagens comerciais. Ainda assim, com a crescente cooperação Sul-Sul, os países foram se tornando parceiros de grande importância, com acordos e memorandos que abrangem desde aliança estratégica até intercâmbio tecnológico (Sauter; Jung, 2020).

Todavia, historicamente, a política externa brasileira tem maior importância em relações multilaterais, o que é extremamente evidente em relação à Índia. Com isso, Brasil e Índia começaram a manter uma unidade em ambientes multilaterais, surgindo novos agrupamentos nos anos 2000, dentre os mais importantes estão o G20, o IBAS, o G4, o BASIC e o BRICS, além do acordo com o MERCOSUL (Albuquerque, 2023).

Esses agrupamentos multilaterais reforçam a percepção de uma transição do capitalismo do Norte para países que, até meados dos anos 2000, eram considerados em desenvolvimento. Muitos deles foram criados para ser uma alternativa à ordem liberal e assistência numa cooperação para ascensão de

seus participantes no sistema internacional. Contudo, foram se mostrando assimétricos os poderes dos Estados-membros em diferentes tópicos, criando a necessidade de acordos bilaterais ou outros fóruns com temas menos abrangentes.

O primeiro dos supracitados a ser criado foi o G20, que tem a função de trazer mais relevância para os países em desenvolvimento. Nesse grupo, tanto Brasil como Índia se mostram alinhados em suas percepções em diversos tópicos. Já o Fórum de Diálogo Trilateral Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), criado em 2003, visa a cooperação em assuntos securitários internacionais, tal fórum vem sendo pouco acionado devido à incorporação gradual pelos BRICS desde a adesão sul-africana em 2013 (Mark; Nissel, 2015). Ainda assim eles se diferem do próprio BRICS por compartilharem valores democráticos e, apesar do fórum não possuir uma sede, existia nos seus primeiros anos uma intensa cooperação em diversos assuntos no qual cada país liderava uma agenda como explicado por Mark e Nissel:

Em geral, em cada sector um país assume a liderança em uma agenda. Por exemplo, a Índia assumiu a responsabilidade pela educação e distribui tarefas da seguinte forma: a Índia se ocupa da educação em geral com foco na igualdade de gênero, o Brasil optou pelo ensino superior e profissional e África do Sul pela educação “aberta” e ensino à distância. No campo da ciência e tecnologia, a Índia está concentrada na pesquisa sobre HIV-AIDS e nanotecnologia, o Brasil no controle da malária e oceanografia, a África do Sul na investigação da tuberculose e biotecnologia (Mark; Nissel, 2015, p.4).

Outro fórum multilateral que Índia e Brasil participam é o G4, o qual tem como objetivo uma reforma no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), tendo em vista a mudança do sistema internacional desde a Segunda Guerra Mundial, com a participação de Brasil, Índia, Japão e Alemanha (Kunrath, 2012). Já o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) é um grupo formado em 2009 que discute mudanças climáticas. Ele surgiu às margens da Conferência da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e denuncia a diferença de tratamento entre países desenvolvidos e subdesenvol-

vidos no tocante à necessidade de emissões de carbono para o desenvolvimento (Albuquerque, 2023).

Ainda assim, o principal grupo em que ambos têm representatividade é o BRICS, um importante fórum multilateral fundado em 2009 com o objetivo de convergir os interesses dos cinco principais países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul a partir de 2011. Ainda assim, esses interesses se concentram em usar o fórum como instrumento para ganhos no sistema internacional ao ser uma alternativa ao ocidente, porém em diversos assuntos existem divergências entre os países, além de uma assimetria de poder global (Duggan; Azalia, 2020). É válido pontuar, além disso, que esse grupo vem se destacando como importante ator na reforma do Sistema Internacional, evidenciando a Crise Hegemônica do século XXI.

Outro momento central das relações entre Brasil e Índia foi o acordo de 2009 entre Mercosul-Índia. Nele, 450 produtos (em sua maioria primários) do Mercosul e 452 produtos indianos (em sua maioria manufaturados) ganharam redução de tarifas em trocas comerciais. Ainda assim, o acordo é extremamente limitado e possui cláusulas de salvaguarda para proteger as indústrias locais caso ocorra um descompasso de importações. No entanto, o acordo representou um volume de trocas que atingiu níveis progressivamente maiores, com intenso contato empresarial (Brasil, 2009). Assim, em 2023, começaram a ser estudados planos para uma maior diversificação do acordo (Brasil lança [...], 2023).

Esse contexto começou a mudar após 2017, quando o Brasil começou a priorizar as relações diretas com os países europeus e os Estados Unidos da América. Ainda assim, o número de transações e a importância comercial entre Brasil e Índia aumentaram, porém, em patamares menores (Sauter; Jung, 2020). Isso perdurou até o governo Modi II, quando antigos embaixadores ou funcionários que haviam trabalhado no Brasil começaram a ocupar cargos voltados para energias. Nesse cenário, houve um intercâmbio de empresários brasileiros com setores indianos sobre negociações de tecnologias relacionadas com etanol (Lago, 2023).

Assim, em 2023, com o crescimento da Índia no cenário internacional, o país se tornou o quinto principal parceiro comercial do Brasil. Além disso, nos anos mais recentes, observa-se uma crescente cooperação em fóruns sobre energia e mudanças climáticas. Em 2020, com a assinatura de um Memorando de Entendimento de Cooperação em Bioenergia e os “Etanol Talks”, foi perceptível um grande engajamento entre os países nesse setor, além da compra de carros do modelo Corolla para o desenvolvimento de carros flex fuel⁵⁰. O uso dessa tecnologia pela Índia também vai ao encontro dos esforços para incentivar o setor de cana-de-açúcar do país asiático, já que cerca de 50 milhões de pessoas no país têm suas vidas ligadas ao ciclo produtivo da cana-de-açúcar (Lago, 2023).

Além disso, as metas ambientais do governo Modi, chamadas Pan-chamrit, envolvem o desenvolvimento de diversas fontes renováveis, nas quais o Brasil possui expertise (Lago, 2023). Isso pode aumentar a cooperação entre os países ou torná-los rivais diretos pela vanguarda tecnológica em setores como hidrogênio verde e energia solar (Nunes; Gonçalves, 2024). Ainda assim, a crescente relação nesse setor se reflete na principal empresa indiana no Brasil, a Starlite, cuja participação nos leilões de transmissão de energia elétrica vem se fortalecendo. Além disso, acordos e visitas de comitivas de empresários ligados a minas e energia transcenderam governos que se propõem a ser opostos em sua política externa, mostrando que o debate energético pode ser o cerne para os próximos anos da relação entre os países (Lago, 2023).

RELAÇÕES INDO-CHINESAS E INDO-BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

A partir da compreensão do desenvolvimento histórico das relações China-Índia e Brasil-Índia, torna-se possível realizar uma análise comparativa entre ambas, permitindo, assim, um maior entendimento das interações

50 Os veículos flex ou veículos de combustível duplo estão equipados com motor de combustão interna a quatro tempos, que tem a capacidade de ser reabastecido e funcionar com mais de um tipo de combustível, misturados no mesmo tanque e queimados na câmara de combustão simultaneamente. Os veículos de combustível flexível mais comuns disponíveis no mercado mundial utilizam etanol como segundo combustível. Um sensor detecta a mistura do combustível e ajusta a injeção de acordo com a mistura. Assim é possível usar tanto álcool quanto gasolina, ou uma mistura dos dois em qualquer proporção. No caso do Brasil, o ajuste da injeção é feito com software automotivo desenvolvido por engenheiros brasileiros” (Brasil, 2023).

produzidas entre os atores a partir do cenário internacional presente. É fundamental perceber, inicialmente, que embora os três Estados possuam um contexto similar, de pertencimento ao chamado Sul Global, e defendam pautas conjuntas de reforma do sistema internacional moderno, existem importantes divergências que impactam tanto nas relações quanto nos interesses que os motivam. Para facilitar o entendimento, a comparação tem como base duas principais variáveis que impactam na convergência de interesses: as perspectivas para o sistema internacional e a localização geográfica e estratégica.

Primeiramente, tendo em vista a proximidade territorial entre ambos os Estados, separados apenas pelo Himalaia, as interações indo-chinesas perpassam o próprio desenvolvimento histórico das duas civilizações, datando desde a antiguidade. Entretanto, embora, como já dito anteriormente, ambos os países possuam interesses similares em relação à contestação da ordem hegemônica ocidental, a disputa por zonas de influência no continente asiático além de questões territoriais desestabiliza a interação entre esses Estados (Ogden, 2014). Em suma, as disputas geográficas e estratégicas atuam de forma disruptiva na Política Externa tanto do Estado chinês quanto indiano, dificultando a convergência de interesses.

Por outro lado, as relações indo-brasileiras estão inseridas em um contexto muito distinto, tanto geográfica, com ambos os Estados estando localizados em continentes distintos, quanto historicamente, tendo em vista que por muito tempo não apresentaram expressivas relações comerciais. Contudo, é visível que, a partir dos anos 2000, vem ocorrendo um processo de intensificação das cooperações econômicas e diplomáticas, principalmente em decorrência da posição similar de ambos frente ao Sistema Internacional. Tanto o Brasil quanto a Índia se destacam por defender uma reforma na configuração da distribuição de poder atual, acreditando que ela reflète uma estrutura anacrônica, buscando, dessa forma, um maior acesso aos órgãos internacionais e um maior compartilhamento da gerência global. Como principal exemplo dessa parceria destaca-se o G4 (Grupo dos 4), no qual Brasil, Índia, Alemanha e Japão reivindicam o seu direito por assentos permanentes no Conselho de Segurança (Albuquerque, 2023).

Dessa forma, percebe-se que as políticas externas de Brasil e China em relação à Índia possuem uma base similar, pautada principalmente pela defesa do multilateralismo e da reforma do sistema internacional, com a consequente maior inserção desses Estados nos espaços de tomada de decisão. Nesse tema, percebe-se os BRICS como representante principal dessa convergência de interesses, com o fórum atuando como articulador de ações responsáveis por fortalecer as reivindicações dos membros assim como produzir novas instituições internacionais, mais democráticas tendo em vista o discurso Sul-Sul incorporado pelos BRICS (Cooper; Farooq, 2016). Entretanto, Brasil e Índia se diferem da China por possuírem interesses similares de acesso às instituições internacionais, com foco no Conselho de Segurança, espaço esse já ocupado pelo Estado chinês.

Além disso, é evidente que as relações indo-chinesas possuem elementos próprios decorrentes do equilíbrio de poder regional do continente asiático, elementos esses que não afetam o Brasil. Nesse sentido, destaca-se a desconfiança mútua entre ambos, visível tanto a partir da aliança indiana com os americanos buscando a contenção do expansionismo chinês quanto pelos projetos chineses regionais que visam consolidar sua hegemonia, como a BRI, já que são percebidos como uma ameaça pelos indianos, principalmente quando envolvem o Paquistão, principal rival regional da Índia (Ogden, 2014). Em resumo, os atritos estratégicos e geográficos tensionam as interações com a China, criando um cenário de desconfiança mútua, fato esse que não ocorre nas relações com o Brasil, tendo em vista a distância geográfica.

Portanto, é visível que embora as relações indo-chinesas sejam historicamente consolidadas e ambos os Estados tenham perspectivas de mudança da ordem hegemônica, o equilíbrio de poder moderno na região produziu uma desconfiança mútua, limitando as capacidades de cooperação. Ao passo que as relações indo-brasileiras, embora muito mais recentes, estão em rápida intensificação e possuem grandes elementos de convergência acerca da perspectiva de construção do sistema internacional, tornando, dessa forma, a parceria um relevante elemento estratégico para ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o desenvolvimento histórico da política externa dos Estados trazidos neste artigo, é possível chegar a conclusão de que, apesar de haver diferenças nas políticas externas para com a Índia, na atualidade ambas são fortemente influenciadas pela variável da perspectiva de mudança da hegemonia no SI, dado o atual período de crise da hegemonia americana. Essa variável atua como um significativo fator explicativo das relações entre a Índia e o Brasil, principalmente no âmbito da forte cooperação entre essas nações, que se consolida dentro dos BRICS. Mas, a atuação desse contexto também é perceptível quando consideramos a política externa chinesa, visto que, a partir da fundação do período de transição e de decadência da hegemonia americana, que se instala no século XXI (Arrighi, 2007), há uma maior abertura da China para a cooperação multilateral, com Estados como a Índia, dentro desse espaço de contestação da hegemonia global.

Todavia, é importante considerar outra variável relevante para a análise da política externa de ambos Estados em relação à Índia, a da localização geográfica. Essa variável não tem tanto peso de análise no caso brasileiro, devido fortemente à distância geográfica entre o país e a Índia. Entretanto, essa variável é extremamente importante ao analisar-se a política externa e as relações indo-chinesas, pois, a proximidade entre os países suscita conflitos de caráter territorial e até mesmo étnico entre ambas as nações, trazendo novas perspectivas à política externa chinesa, que precisa considerar variáveis estratégicas para com a Índia, que não estão presentes no caso do Brasil.

Portanto, a partir disso, é possível chegar a conclusão de que essas duas variáveis, a disputa pela hegemonia internacional em um cenário atual de crise sistêmica e as condições geográficas, são as principais variáveis explicativas da política externa da China e do Brasil para com a Índia. Ainda, é importante ressaltar que essas variáveis permeiam e são permeadas profundamente pela atuação desses Estados dentro do BRICS, que se demonstra como um dos principais palcos para o multilateralismo e o desafio da antiga hegemonia global. A partir disso, é possível perceber que os BRICS são um dos principais

centros de transformação da política externa na atualidade e são responsáveis por significativas mudanças no modo em que ela é conduzida no Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marianna. Brasil e Índia nos foros multilaterais políticos. In: UZIEL, Eduardo (org.). **Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century**. New York: Verso, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ASTARITA, Claudia. China and India: Rivals or partners? an analysis of the background of the interactions between the two major emerging Asian powers. **Transition Studies Review**, v. 14, p. 545-561, dez. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.864**, de 29 de abril de 2009. Altera o Decreto nº 5.993, de 28 de setembro de 2005, que aprova o regulamento da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 abr. 2009. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6864.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Secretaria de Comunicação Social. **20 anos de carros flex no Brasil: entenda o impacto ambiental positivo gerado pelo uso do etanol**. Entenda o impacto ambiental positivo gerado pelo uso do etanol. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/20-anos-de-carros-flex-no-brasil>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL LANÇA consulta pública para ampliar acordos entre Mercosul, Índia e Emirados Árabes. **Exame**, São Paulo, 24 out. 2023. Disponível em: <https://exame.com/esferabrasil/brasil-lanca-consulta-publica-para-ampliar-a>

cordos-entre-mercosul-india-e-emirados-arabes/. Acesso em: 17 ago. 2024.

COOPER, Andrew F.; FAROOQ, Asif B. The role of China and India in the G20 and BRICS: commonalities or competitive behaviour?. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 45, n. 3, p. 73-106, 2016.

DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasília: BRICS and the G20, road to nowhere? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, 2020.

GUIMARÃES, Lytton L. Política Externa e Segurança da Índia: implicações para o fórum ibas. In: LOPES, Maria Marta Cezar; RODRIGUES, Lílian Silva (comp.). **Conferência Índia: iii conferência nacional de política externa e política internacional; o Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 7-51.

KUNRATH, Bruna. **Brasil e Índia: inserção internacional e a campanha pela vaga permanente no conselho de segurança da ONU**. 2012. 160 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Brasil-Índia: dimensão energética da parceria estratégica. In: UZIEL, Eduardo (org.). **Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023.

MAERK, Johannes; NISSEL, Heinz. A partir de dentro e entre o Sul: a cooperação entre Índia, Brasil e África do Sul. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 1-8, jul./dez. 2015.

MARKEY, Daniel; WU, Fuzuo. **India's vulnerabilities leave no choice but partnership**. Centre on Asia and Globalisation, v. 182, 2021.

NUNES, Claudia R. Pereira; GONÇALVES, Rafael Ribeiro. Desafios da Regulação do Hidrogênio Verde no Brasil e na Índia: Uma Transição Energética Sustentável no BRICS? **Cadernos de Direito Actual**, Lisboa, v. 24, n. 1, p. 165-184, 2024.

OGDEN, Chris. **Indian foreign policy**. John Wiley & Sons, 2014.

OGDEN, C. The double-edged sword: Reviewing India–China relations.

India quarterly, v. 78, n. 2, p. 210–228, 2022.

PERKOVICH, George. The nuclear and security balance. In: FRANKEL,

Francine; HARDING, Harry. **The India-China Relationship: What the United States Needs to Know**, p. 178-218, 2004.

POTTER, Philip B.K. Methods of foreign policy analysis. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. 2010.

ROSA, Luiz Pinguelli. Índia: Aspectos Econômicos e Tecnológicos - Comparativamente ao Brasil. In: LOPES, Maria Marta Cezar; RODRIGUES, Lílian Silva (Comps.). **III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SAUTER, Betina Thomaz; JUNG, João Henrique Salles. As relações Brasil-Índia: a cooperação sul-sul na agenda de política externa brasileira. **Revista de Estudos Internacionais**, Campina Grande, v. 2, n. 11, p. 58-81, 27 abr. 2020.

SCHAFFER, Teresita C. Partnering with India: regional power, global hopes. In: TELLIS, Ashley; KUO, Mercy; MARBLE, Andrew (Eds.). **Strategic Asia 2008-09: Challenges and Choices**. [s.l.], NBR: 2008.

SINGH, Rashmi. Brasil e Índia em segurança internacional e terrorismo. In: UZIEL, Eduardo. **Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023.

TELLIS, Ashley J. China and India in Asia. In: FRANKEL, Francine; HARDING, Harry. **The India-China Relationship: What the United States Needs to Know**, p. 134-177, Columbia University Press, 2004.



ISBN: 978-65-01-21839-7

CD



9 786501 218397

Este livro é resultado das pesquisas desenvolvidas na disciplina de Análise de Política Externa, oferecida para o curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2024. O planejamento da disciplina consistiu no objetivo de debater teorias, conceitos e métodos pertinentes ao campo científico da Análise de Política Externa, em uma perspectiva crítica e voltada à compreensão dos grandes temas que permeiam as Relações Internacionais. A condução destes debates durante o primeiro ciclo da disciplina teve como tema central e articulador a abordagem do Brasil diante dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do Sul Global.

Apoio:



ISBN: 978-65-01-21839-7

